



EUT  
Edizioni  
Università  
di Trieste



CENTRO STUDI PER L'AMERICA LATINA



*Visioni LatinoAmericane* è la rivista del Centro studi per l'America Latina (Csal). È una pubblicazione semestrale, internazionale e interdisciplinare che si propone come *forum* di discussione, riflessione e approfondimento delle problematiche che interessano i Paesi dell'America Latina. Il Csal afferisce al Dipartimento di studi umanistici dell'Università degli studi di Trieste ed è membro del Consejo europeo de investigaciones sociales de América Latina (Ceisal).

Le proposte di pubblicazione vengono sottoposte al vaglio della direzione e alla valutazione di almeno due referee anonimi italiani e/o stranieri. Devono pervenire con un anticipo di almeno 5-6 mesi rispetto alla data prevista per la pubblicazione (Gennaio e Luglio).

La rivista è indicizzata su: [Google scholar](#) e [Redial](#), Red europea de información y documentación sobre América Latina.

Foto di copertina: *Luci dallo spazio*



### **Direttore scientifico**

Francesco Lazzari (Università di Trieste)

### **Assistente alla direzione**

Luca Bianchi (Università di Trieste)

### **Comitato scientifico**

Eleonora Barbieri Masini (Università Gregoriana, Roma), Laura Capuzzo (Ansa, Trieste), Anna Casella (Università Cattolica, Brescia), Marco Caselli (Università Cattolica, Milano), Pierangelo Catalano (Università di Roma La Sapienza, Segretario generale dell'Assla), Roberto Cipriani (Università Roma Tre), Maria das Graças Pinto de Britto (Universidade Federal de Pelotas), Fernando Antônio de Araújo Sá (Universidade Federal de Sergipe), Pierpaolo Donati (Università di Bologna), Giuliano Giorio (Università di Trieste, Presidente dell'Assla), João Marcelo Martins Calaça (Tribunal regional do trabalho, Rio de Janeiro), Alberto Merler (Università di Sassari), Michinobu Niihara (Chuo University, Tokyo), Ana Cecilia Prenz (Università di Trieste), Gianpaolo Romanato (Università di Padova), Mario Sartor (Università di Udine)

### **Redazione**

Luca Bianchi, João Marcelo Martins Calaça (portoghese), Michela Calderaro (inglese), Francesco Lazzari, Ana Cecilia Prenz (spagnolo)

### **Editore**

Edizioni Università di Trieste  
Piazzale Europa, 1  
34127 Trieste

### **Contatti**

Rivista *Visioni LatinoAmericane*  
Centro Studi per l'America Latina  
Via Tigor, 22  
34124 Trieste  
Italia  
email: [csal@units.it](mailto:csal@units.it)  
[www2.units.it/csal](http://www2.units.it/csal)



*VISIONI LATINOAMERICANE*, Anno V, Numero 8, Gennaio 2013, Issn 2035-6633

Autorizzazione del Tribunale di Trieste n.1236 del 13 maggio 2011.

Direttore responsabile Francesco Lazzari

Annate precedenti

[2012](#)   [2011](#)   [2010](#)   [2009](#)





## Indice

<b>Metamorfoses do Novo mundo</b> de <i>Octavio Ianni</i>	7
<b>Educação do campo e culturas: uma discussão sobre pedagogias alternativas</b> de <i>Alberto Merler, Erineu Foreste, Gerda Margit Schütz-Foerste</i>	30
<b>Pobreza, sociabilidade e tipos de redes sociais em São Paulo e Salvador</b> de <i>Eduardo Marques</i>	42
<b>Un análisis sociológico del multiculturalismo cubano entre ajiaco y diversidad. Aproximación histórica a los problemas del reconocimiento y de la raza</b> de <i>Tristano Volpato</i>	60
<b>Banditismo giovanile e mercato della sicurezza in un barrio di Città del Guatemala</b> di <i>Paolo Grassi</i>	82
<b>O Parque estadual do Caracol através do perfil dos seus visitantes</b> de <i>Paula Carina Mayer da Silva, Eurico de Oliveira Santos, Silvio Luiz Gonçalves Vianna</i>	98
<b>Recensioni, resoconti e dibattiti</b>	116
<b>Libri ricevuti</b>	122
<b>Sintesi</b>	123
<b>Resumen</b>	125
<b>Abstract</b>	128
<b>Hanno collaborato a questo numero</b>	130





## Metamorfoses do Novo mundo

Octavio Ianni\*

### Índice

Prólogo; 1. Deslumbramento ou desencantamento; 2. Colonialismo e escravismo; 3. Nacionalismo e imperialismo; 4. Globalização e crise do Estado-Nação; 5. Epílogo

### Palavras chave

Colonialismo, escravidão, nacionalismo, imperialismo, globalização, Estado-Nação

*A revista «Visioni LatinoAmericane», com saudade e gratidão, dirige seu pensamento ao Autor, que faleceu no dia 4 de abril de 2004. O amigo e mestre Octavio Ianni havia enviado o ensaio para Francesco Lazzari e Alberto Merler em julho de 1999, poucos anos antes de falecer (Itu-Sp 1926 - São Paulo 2004). A publicação deste trabalho de reflexão sobre as relações entre a América Latina e o resto do Ocidente pretende ser uma homenagem, pequena mas significativa, de amizade e agradecimento a um homem de probidade e gentileza, a um estudioso rigoroso e exigente, a um membro da Escola paulista que encontrou em Florestan Fernandes (1920-1995) o fundador e em Octavio Ianni um dos seus discípulos mais importantes. Uma geração de professores da Usp (Universidade de São Paulo) decisiva para aprofundar os estudos sociológicos no Brasil. Eles tornaram possível a muitos brasileiros conhecer melhor uns aos outros e de pôr a sociologia brasileira na atenção dos pesquisadores latinoamericanos e mundiais. Entre seus estudos de profundidade mais significativos estão as contribuições relativas à pluralidade étnica brasileira, à escravidão, ao desenvolvimento, às relações de classe, à globalização e à injustiça social. Homem de estudo rigoroso, mas também corajoso e simples, nunca se curvou aos abusos; em 1969, durante o regime autoritário da ditadura militar, foi aposentado compulsoriamente como professor da Usp com base no chamado AI-5, o ato institucional de 13 de dezembro de 1968 (revogado em 1979), que fechou o congresso e suspendeu direitos civis e políticos. Uma vez restabelecido como professor, ele se dedicou ao ensino e à pesquisa na Puc (Pontifícia universidade católica de São Paulo), e depois na Unicamp (Universidade de Campinas), onde trabalhou até 15 dias antes de morrer. O texto aqui apresentado propõe, mesmo se não houve nenhuma pesquisa nesse sentido, uma espécie de síntese do caminho reflexivo do mestre Ianni, com sua linguagem simples, mas incisiva, ao longo do caminho do Novo mundo, com deslumbramento ou desencantamento, entre colonialismo e escravismo, nacionalismo e imperialismo, globalização e crise do estado nação. Um fio vermelho que nos leva desde a gênese do Novo mundo, com todas suas tribulações e contradições, até a pós-modernidade atual.*

### Prólogo

O Novo mundo pode ser visto como um enigma que se reitera periodicamente, desafiando os seus habitantes e assinalando algumas configurações e alguns movimentos da história universal.

Ao lado de outros enigmas também notáveis, tais como os que se revelam e reiteram na história da África e da Ásia, assim como da Europa, isto é, do Velho mundo, o Novo mundo só aparentemente está situado, esclarecido, definido ou codificado. No fim do século vinte,

---

\* Professor emérito da Usp-Universidade de São Paulo e professor da Unicamp-Universidade de Campinas (Brasil) (Itu-Sp 1926 – São Paulo 2004).



quando já se anuncia o século vinte e um, o que foi e o que tem sido o Novo mundo continua a inquietar a vida e o pensamento de uns e outros, em todo o mundo, além dos seus próprios habitantes.

São vários os desafios que atravessam épocas, conjunturas, situações e rupturas, assinalando momentos mais ou menos fundamentais da história do que foi e do que tem sido o Novo mundo, tendo-se em conta as suas continuidades e descontinuidades, as suas condições e possibilidades, as suas guerras e revoluções, as suas revoluções e contra-revoluções, os seus projetos nacionais e os seus projetos continentais. Há toda uma multiplicidade e um emaranhado de realizações e frustrações, possibilidades e distorções, projetos e ilusões, que se desenham nos horizontes de uns e outros: nativos e adotivos, colonizados e colonizadores, nacionais e imigrantes, escravos e senhores, nacionalistas e imperialistas, capitalistas e socialistas. Podem estar na América Latina, anglosaxônica, sulamericana, central, do Norte, caribenha, indoamérica, afroamérica, hispanoamérica, lusoamérica e outras modulações da geohistória. Em suas condições, possibilidades e implicações sócio-culturais, políticas e econômicas, todos são desafiados a situar-se, orientar-se, compreender-se, definir-se, submeter-se ou emancipar-se.

São muitos e notáveis os refrões, slogans, consignas, palavras de ordem, projetos, ideais, ideologias, utopias, nostalgias e ilusões que sintetizam emblematicamente alguns dos enigmas que atravessam essa história: Paraíso e Eldorado, Novo mundo e América, Civilização e Barbárie, Raça cósmica e Continente mestiço, Bolívarismo e Monroísmo, Nuestra América e Hemisfério ocidental, Ocidente e Extremo ocidente, Indoamérica e Afroamérica.

Sim, há sempre algo de deslocado, desfocado, reflexo, exótico, anacrônico, eclético, bovarista, mimético, inautêntico ou carente de auto-consciência em muito do que podem ser os indivíduos e as coletividades, em suas originalidades e imitações, em seus progressos e decadência, em suas figurações e transfigurações, se tomamos o que foi e o que tem sido o Novo mundo.

Desde o primeiro instante, o Novo mundo já se acha em transformação. O descobrimento e a conquista são simultaneamente deslumbramento e desencantamento. Os relatos dos nativos, índios, aztecas, mayas, quetehuas, aymaras, guaranis, tupis, caribes e outros parecem estranhos e reconhecíveis. O que havia, como algo primordial, revela-se simultaneamente decifrável e indecifrável.

«Esta é a relação de como tudo estava em suspenso, tudo em calma, em silêncio; tudo imóvel, calado, e vazia a extensão do céu. Esta é a primeira relação, o primeiro discurso. Não havia ainda um homem, nem um animal, pássaros, peixes, caranguejos, árvores, pedras, cavernas, barrancas, ervas nem bosques: só o céu existia. Não se manifestava a face da terra. Só estavam o mar em calma e o céu em toda a sua extensão. Não havia nada junto, que fizesse ruído, nem coisa alguma que se movesse, nem agitasse, nem fizesse ruído no céu. Não havia nada que estivesse em pé: só a água em repouso, o mar manso, só, tranquilo. Não havia nada dotado de existência»<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Popol Vuh, *Las antiguas historias del Quiché*, trad. de Adrián Recinos, Fondo de Cultura Económica, México, 1984, p.85.



«O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo»<sup>2</sup>.

## 1. Deslumbramento ou desencantamento

A descoberta e a conquista do Novo mundo abala mais ou menos radicalmente os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, tanto no Velho mundo como no Novo mundo. Todos são desafiados pela surpresa, inquietação, deslumbramento, estranhamento, desencantamento. Tudo parece igual e diferente, semelhante e exótico, conhecido e inominado, buscado e rejeitado. Os indivíduos e as coletividades nativos, assim como o reino vegetal e o reino animal, fascinam e incomodam, inquietam e desafiam. Desde os primeiros instantes, no Novo mundo as coisas, as gentes e as idéias parecem e desaparecem. Trata-se de um acontecimento excepcional, que rompe aos poucos ou drasticamente os quadros sociais e mentais de referência, compreendendo estilos de pensamento e visões do mundo.

Edmundo O'Gorman: «A ninguém escapam as revolucionárias conseqüências deste fato. É óbvio que bastava postular hipoteticamente a existência de uma 'quarta parte' para ferir a velha estrutura em sua própria razão de ser... Conceber que as novas terras formam a 'quarta parte do mundo', o que de fato se faz é conceber o mundo de uma maneira inteiramente distinta da idéia tradicional, ou seja, que em lugar da estrutura fechada de um 'mundo' localizado na Terra e constituído por três partes, com exclusão de qualquer outra parte possível, temos a estrutura aberta de um mundo que, de repente integrado por quatro partes, inclui em princípio o globo inteiro e geograficamente se confunde com ele... Esse é o momento em que o homem ocidental concebe a si próprio como o senhor nato do cosmos... Agora o problema consiste na necessidade de explicar a imprevista presença de um ente, isto é, conferir-lhe um sentido e atribuir-lhe assim um ser dentro do marco de significado da visão vigente do mundo histórico. Mas, qual é, então, o sentido com que aparece de repente o novo continente no âmbito da história?»<sup>3</sup>.

John Huxtable Elliott: «Ao descobrir a América, a Europa se havia descoberto a si mesma. A conquista militar, espiritual ou intelectual do Novo mundo tornou-a consciente do seu próprio poder e do seu próprio alcance... Em torno de 1600, tendo conquistado a América e tendo-a incorporado dentro dos limites do seu mundo intelectual, os europeus podiam contemplar a terra com orgulho, conscientes da sua própria superioridade espiritual e técnica, da sua capacidade militar e do seu poder econômico»<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*, trad. de Eliane Zagury, 20a edição, Editora Record, Rio de Janeiro, e/d, p.7.

<sup>3</sup> Edmundo O'Gorman, *La invención de América. El universalismo de la cultura do Occidente*, Fondo de Cultura Económica, México, 1958, pp.80-82.

<sup>4</sup> John Huxtable Elliott, *El Viejo mundo y el nuevo (1492-1650)*, trad. de Rafael Sánchez Mantero, Alianza Editorial, Madrid, 1934, pp.69-70. Consultar também: Antonello Gerbi, *La disputa del Nuevo mundo (1750-1900)*, trad. de Antonio Alatorre, Fondo de Cultura Económica, México, 1982; German Arciniegas, *América en Europa*, Plaza & Janes, Bogotá, 1980.



Há acontecimentos que se revelam particularmente emblemáticos, pela originalidade e fecundidade dos dilemas históricos e epistemológicos que suscitara. São acontecimentos que assinalaram uma transição mais ou menos fundamental no modo pelo qual se desenham o mapa do mundo e as formas de pensamento. Nem sempre é algo visível ou evidente na ocasião. Mais frequentemente, o acontecimento tende a ser reconhecido como marcante ao depois, aos poucos e inclusive de maneira polêmica. Em geral, são os desdobramentos posteriores do acontecido que provocam reavaliações, novas interpretações e, em certos casos, a descoberta de que o que ocorreu pode ter sido uma revolução.

Sim, há acontecimentos que podem ser tomados como emblemas de rupturas históricas excepcionais. Alteram mais ou menos drasticamente as configurações e os movimentos da geohistória, compreendendo relações, processos e estruturas político-econômicas e sócio-culturais. Alteram mapas, portulanos, cartografias ou atlas, modificando a situação ou os horizontes de indivíduos e coletividades.

Em alguns casos, os acontecimentos revelam-se contemporâneos de rupturas epistemológicas. Alteram mais ou menos radicalmente as configurações e os movimentos do pensamento científico, filosófico e artístico. Alteram o significado de conceitos e categorias, teorias e epistemologias, inaugurando figuras de linguagem, signos, símbolos e emblemas, envolvendo metáforas e alegorias.

Em geral, essas rupturas afetam de forma mais ou menos decisiva estilos de pensamento e visões do mundo. Provocam a crise e o abandono de convicções e ilusões, ao mesmo tempo que suscitam a emergência de outras convicções e ilusões. São rupturas históricas e epistemológicas que alimentam outras formas de compreensão e explicação, tanto quanto de ideologias e utopias, sem esquecer nostalgias e escatologias.

O Novo mundo é bem um produto e uma condição de uma ruptura histórica excepcional, acompanhada de implicações científicas, filosóficas e artísticas também notáveis. Surpreende, inquieta, fascina, deslumbra e desencanta. Sim, participa decisivamente do processo de desencantamento do mundo, como um momento primordial e seminal da modernidade, como emblema do modo pelo qual se inicia um novo ciclo da história.

Cabe reconhecer que a descoberta e a conquista do Novo mundo ocorre em uma época em que estão em curso a Renascença, a Reforma, a Contra-Reforma e Revolução científica. É toda uma configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura que está em causa nessa época. Os horizontes tanto se fecham como se transformam, anulam ou emergem, abandonam ou descortinam. Está em curso o declínio de um antigo, conhecido e codificado mapa do mundo; simultaneamente à formação de outro, novo, surpreendente, inquietante e fascinante. Afinal, descobre-se e incorpora-se a 'quarta parte do mundo', que talvez estivesse inscrita na imaginária simetria que povoava e povoa fantasias e mitos, como uma 'Atlântida' pretérita, incógnita e prometida. Está em curso o processo de desencantamento do mundo, em sentido literal e metafórico. O globo terrestre revela-se histórico, no sentido de produto e condição, constitutivo e constituinte da práxis coletiva e individual, nas quatro partes do mundo. Simultaneamente ao início da formação do capitalismo, à gênese do Estado-Nação e à organização das monarquias universais, inicia-se a modernidade, como modo de ser, pensar, sentir, agir,



compreender, explicar, imaginar e fabular. Está em curso a querela sobre os modernos e os antigos. Desde o primeiro momento, o Novo mundo irrompe como uma expressão fundamental do modernidade. Logo se insere nas realizações e reflexões, nos descobrimentos e desencantamentos, que assinalam a emergência de outras e novas formas de sociabilidade, diferentes modos de vida, inesperados jogos de forças sociais e surpreendentes formas de pensamento e imaginação. Estão em curso a secularização e a individuação, traduzindo a liberdade e a igualdade de proprietários de mercadorias organizados em contrato consensual ou formulado em termos jurídico-políticos.

Essa é a configuração histórico-social de vida, trabalho e cultura na qual se formam e manifestam figuras e figurações marcantes, ou mesmo excepcionais, tais como as seguintes: Colombo e Vespúcio, Cortez e Malincha, Moctezuma e Cuahutemoc, Las Casas e Sepulveda, Maquiavel e Shakespeare, Copérnico e Giordano Bruno, Galileu e Bacon, Camões e Rebelais; sem esquecer Dom Quixote e Sancho Pança, o Príncipe e Hamlet, Próspero e Caliban, o Gigante Adamastor e a Índia misteriosa, as riquezas do Oriente e o ecumenismo da Cristandade. Todos estão inseridos em um clima do questionamento e desvendamento, tanto pela rejeição ou abandono como pela inauguração e adoção de práticas, convicções e ilusões.

São vários os enigmas particularmente emblemáticos com os quais se forma e transforma o Novo mundo, fazendo com que também ele se constitua como enigma, tanto em sua gênese como em suas metamorfoses.

No primeiro instante, enquanto momento primordial e seminal de toda a história, estão Colombo e Vespúcio. Expressam e simbolizam inquietações, ambições e ilusões com as quais o Velho mundo se defronta com o Novo mundo. Algo que se desdobrará e desenvolverá nos contrapontos Paraíso e Eldorado, ou Cristandade e Mercantilismo. Mas cabe reconhecer que Colombo estava mais para o religioso, místico ou cruzado enraizado na Idade média, ainda que como aventureiro em busca de territórios, conquistas, ouro. Ao passo que Vespúcio estava mais para as práticas e os ideais do mercantilismo. Um era um tanto medieval, ao passo que o outro renascentista; um situado na visão do mundo ptolomaica, geocêntrica, ao passo que o outro na visão do mundo copernicana, heliocêntrica. Vistos assim, em contraponto, expressam as inquietações, confusões e ilusões de uma Europa que inicia a sua longa marcha no clima da modernidade, mesclando cristianismo e mercantilismo, secularização e religião<sup>5</sup>.

Nessa mesma configuração histórico-social, colocam-se Las Casas e Sepulveda. Outra vez, estão em confronto e contraponto polarizações fundamentais sobre o que fazer, agora com os nativos do Novo mundo. Cabe reconhecê-los como humanos, respeitáveis, portadores de culturas diferentes e válidas, podendo ser superiores; capazes do revelar outras formas de sociabilidade, modos de vida, modos de ser, sentir, pensar, agir, expressar, explicar, imaginar, como diz Las Casas. Ou cabe classificá-los como selvagens, primitivos,

---

<sup>5</sup> Cristóvão Colombo, *Diários da descoberta da América*, trad. de Milton Person, L & PM Editores, Porto Alegre, 1984; Américo Vespúcio, *Novo mundo*, trad. de Luiz Renato Martins, L & PM Editores, Porto Alegre, 1984; Antonello Gerbi, *La naturaleza de las Indias nuevas. De Cristobal Colón a Gonzalo Fernandez de Oviedo*, trad. do Antonio Alatorre, Fondo de Cultura Economica, México, 1978; Tsvetan Todorov, *Fictions et vérités, «L'Homme»*, 111-112, Paris, 1989, pp.7-33.



destituídos de formas de sociabilidade convenientes, concepções e possibilidades de que se assemelhem aos europeus, isto é, cristãos, como quer Sepulveda, Las Casas combate os que os escravizam, ao passo que Sepulveda defende os escravocratas, considerando que escravizar os nativos é uma forma de submetê-los, organizá-los, ensiná-los, preparando-os para a civilização, isto é, a cristandade e o mercantilismo<sup>6</sup>.

Simultaneamente, coloca-se o confronto e o contraponto Cortez e Malinche. Já não se trata mais de europeus ou conquistadores, entre si, mas do conquistador, dominante, em face do colonizado, dominado. Este é outro, diferente e mais complicado enigma, Cortez faz com que Malinche se torne sua cúmplice: tradutora, traidora, intérprete, informante, negociadora, mediadora, educadora? Não é fácil responder, mesmo porque podem realmente ter sido diversas, complementares e contraditórias as suas conversações, atividades e maquinações. Esse é um enigma, ou uma coleção de enigmas, que talvez jamais se esclarecerão. Em todo o caso, o confronto e contraponto Cortez e Malinche desenvolve alguns significados fundamentais do descobrimento e da conquista. O malinchismo pode ser muita coisa. Revela que são muitas e diferentes as modalidades de negociação, associação, acomodação, cumplicidade, desentendimento, confronto e luta entre nativo e conquistador, colono e colonizador, nacional e imperialista, trabalhador e usurpador, indígena e europeu, negro e branco, operário e burguês ou escravo e senhor. São muitas e diferentes as figuras e figurações simbolizadas pelo emblema Cortez e Malinche, passando por Las Casas e Sepulveda, Caliban e Próspero, Sexta Feira e Robinson Crusóé, além de muitos outros que povoam a história de povos e nações no curso das metamorfoses do Novo mundo<sup>7</sup>.

Em larga medida, a problemática colocada por Colombo e Vespúcio, Las Casas e Sepulveda, Cortez e Malinche, Próspero e Caliban, Robinson Crusóé e Sexta Feira prossegue, desenvolve-se e transforma-se nas lutas nativistas, nacionalistas e socialistas, ou descolonizadoras e anti-imperialistas, assim como nos enclaves, economias primárias exportadoras, quarteladas, golpes de Estado, tiranias, experimentos democráticos ocasionais, revoluções nacionais e revoluções sociais. Esses os contextos nos quais se colocam os movimentos sociais, as lutas e os ideais de escravos, indígenas, africanos, operários, camponeses, mineiros e muitos outros, nos campos e cidades, no continente e nas ilhas. Esses, também, os contextos nos quais se colocam as atividades de Tupac Amaru, Zumbi, Bolívar, Hidalgo, Artigas, Frei Caneca, Alberdi, Sarmiento, Rodó,

---

<sup>6</sup> Juan Ginés de Sepúlveda e Fray Bartolomé de Las Casas, *Apologia*, trad. de Angel Losada, Editora Nacional, Madrid, 1975; Lewis Hanke, *La humanidad es una*, trad. de Jorge Avendaño-Inestrillas e Margarita Sepulveda de Baranda, Fondo de Cultura Económica, México, 1974; David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Penguin Books, Londres, 1970.

<sup>7</sup> Silvio Zavala, *La filosofía política en la conquista de América*, Fondo de Cultura Económica, México, 1993; Lepoldo Zea (compilador), *El descubrimiento de América y su impacto en la historia*, Fondo de Cultura Económica, México, 1991; Enrique Dussel, *1492 o encobrimiento do outro. A origem do 'mito da modernidade'*, trad. de Jaime A. Clasen, Vozes, Petrópolis, 1993; Tzvetan Todorov, *A conquista da América. A questão do outro*, trad. de Beatriz Perrone Moisés, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1983.



Euclides da Cunha, Maria-tegui, Sandino, Ernesto Che Guevara, Fidel Castro e muitos outros, através do continente e das ilhas.

Os enigmas da modernidade aparecem de forma muito desigual, em diferentes realizações, inquietações, frustrações e ilusões de indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades, partidos e correntes de opinião, intérpretes e realizadores. Estão sempre presentes as descontinuidades, não-contemporaneidades, anacronismos, exotismos ou originalidades. Sob vários aspectos, o Novo mundo, em suas configurações e movimentos, parece um vasto laboratório de modos de ser e devir, ou realizações e frustrações de europeísmos, americanismos, ocidentalismos, nazifascismos, liberalismos e socialismos, sempre atravessados por catolicismos e protestantismos, de par-em-par com afroamericanismos, indigenismos, islamismos e outras expressões de uma ampla, intrincada e contínua transculturação.

Esta é a idéia: o Novo mundo nasce, desenvolve-se e transforma-se, ou articula-se, desarticula-se e rearticula-se sob o signo da modernidade. Sim, o modo pelo qual os enigmas se formam, sucedem e coexistem pode ser uma perspectiva fecunda para esclarecer o modo pelo qual o Novo mundo reflete, expressa, realiza e elide formas e possibilidades da modernidade. Sem esquecer que a modernidade pode ser vista como uma espécie de revolução permanente, atravessada por não-contemporaneidades, desenvolvimentos desiguais e contraditórios, retrocessos, decadências, dissoluções.

## **2. Colonialismo e escravismo**

A história do Novo mundo pode ser vista como uma história de metamorfoses também surpreendentes. Algumas são radicais, em termos continentais, compreendendo também as ilhas caribenhas, ao passo que outras são principalmente nacionais; sem esquecer que umas e outras com frequência se mesclam. Vale a pena relembrar algumas das metamorfoses continentais, não só porque ressoam nas nacionais, mas também porque expressam algo, ou muito, do que têm sido as transformações mundiais. Em muitas ocasiões, são evidentes ou subjacentes as ressonâncias múltiplas, conjugadas ou desencontradas, entre transformações do alcance continental e nacional, passando pelo que pode ser local e regional, internacional e transnacional.

O Novo mundo nasce e desenvolve-se como produto e condição da acumulação originária, processo por meio do qual se inicia e desenvolve a metamorfose do dinheiro em capital, metamorfose que influencia decisivamente as condições sob as quais se dá a Revolução Industrial Inglesa. Além das grandes navegações, descobrimentos e conquistas, assim como do cristianismo, renascentismo e experimentalismo, cabe reconhecer o papel decisivo da acumulação originária, ou do que tem sido conhecido também como mercantilismo. Está em curso a gênese do capitalismo, envolvendo a busca de metais preciosos, especiarias, produtos tropicais, matérias-primas, formas compulsórias de organização do trabalho e produção, pirataria, intensa e generalizada reprodução mercantil e metamorfose do dinheiro em capital.



Um dos baluartes, se não o principal baluarte da acumulação originária, mercantilismo, colonialismo ou gênese do capitalismo, foi o escravismo. Diferentes formas de organização social e técnica do trabalho compulsório fundamentaram a formação e o desenvolvimento das colônias espanholas, portuguesas, inglesas, francesas e holandesas em todo o mundo; assim como fundamentaram a formação das sociedades mercantis, burguesas ou capitalistas na chamada Europa ocidental, compreendendo principalmente a Holanda, Inglaterra e França; sendo que a Espanha e Portugal, influenciados por tradicionalismos, estruturas jurídico-políticas centralizadoras e a mentalidade da Contra-Reforma, logo perderam os dinamismos da época inicial dos descobrimentos e conquistas. As monarquias ibéricas participam ativamente do expansionismo inicial do mercantilismo e cristianismo pelo mundo, mas logo começam a ser superadas pela Holanda e a Inglaterra.

Toda a história dos séculos dezesseis, dezessete e dezoito é uma história de escravismos no Novo mundo, Em pouco tempo, abandonam-se as ilusões sobre o Paraíso terrestre e afirmam-se as realidades do Eldorado: intensa e generalizada produção de metais preciosos, principalmente ouro e prata, especiarias, produtos tropicais tais como açúcar e tabaco, simultaneamente ao crescente comércio de produtos manufaturados e industriais europeus nas colônias. Simultaneamente, realizava-se programadamente a pirataria. E desenvolvia-se o comércio triangular, compreendendo a Europa, de onde saíam os barcos carregados de manufaturados e industriais, a África, aonde se descarregavam esses produtos e carregavam-se africanos e as colônias do Novo mundo, nas quais se trocavam os escravos africanos por metais preciosos, especiarias, açúcar, tabaco e outros produtos. Assim, formavam-se e desenvolviam-se as estruturas sócio-políticas, econômicas e culturais coloniais, acoplados com as metropolitanas.

«Nesse comércio triangular, a Inglaterra - da mesma maneira que a França e a América colonial - fornecia as exportações e os navios; a África, a mercadoria humana; as plantações, a matéria-prima colonial. O navio negreiro zarpava da metrópole com uma carga de artigos manufaturados. Estes eram trocados com lucro, na costa da África, por negros, que eram traficados nas plantações, com outro lucro, em troca de uma carga de produtos coloniais a ser transportada para a metrópole... O comércio triangular proporcionava assim um estímulo triplo à indústria britânica. Os negros eram adquiridos com artigos manufaturados britânicos; transportados para as plantações, produziam açúcar, algodão, anil, melão e outros produtos tropicais, cujo beneficiamento criava novas indústrias no Inglaterra; enquanto a manutenção dos negros e seus donos nas plantações propiciava outro mercado para a indústria britânica... Havia uma restrição - o monopólio. A filosofia econômica da época não dava oportunidade à 'porta aberta', e o comércio colonial era um rígido monopólio da metrópole. Os mercantilistas eram inflexíveis nesse ponto. As colônias, escreveu Davenant, constituem uma força para seu reino metropolitano, enquanto estiverem sob boa disciplina, enquanto forem obrigadas



rigorosamente a observar as leis fundamentais de seu país de origem e enquanto se conservarem dependentes dele»<sup>8</sup>.

Outra ruptura histórica excepcionalmente importante ocorre na transição do século dezoito ao dezenove, no âmbito das condições e conseqüências da Revolução Industrial Inglesa, da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, quando as monarquias universais da Espanha e Portugal sofrem séria derrota, na Europa e nas suas colônias, em todo o mundo. Nas colônias do Novo mundo intensificam-se e generalizam-se os movimentos nativistas e emancipacionistas, realizando-se a descolonização de grande parte das colônias. Formam-se os Estados Unidos da América do Norte, México, as várias repúblicas centro-americanas e sulamericanas, sem esquecer o formação de monarquia brasileira, como artifício político e simbólico de continuidade e legitimidade relativas a famílias monárquicas lusitanas e européias. As guianas e os povos caribenhos permaneceram colonizados, sob o domínio inglês, francês, holandês e espanhol. Em vários países novos a independência foi acompanhada da abolição formal da escravatura ou formas de trabalho compulsório. No sul dos Estados Unidos, em Cuba ainda colônia da Espanha e no Brasil a escravatura continuou por décadas.

Esse foi o contexto histórico-social, político-econômico e sócio-cultural em que as novas nações são levadas a elaborar as suas constituições nacionais, com os seus códigos, as suas leis e os seus regulamentos. Estão em causa as articulações entre a Sociedade civil e o Estado, espaços público e privado, trabalho livre e trabalho escravo ou compulsório, relações étnicas e de gênero, partidos políticos e associações, imprensa e opinião pública, poderes legislativo, executivo e judiciário, monopólios da violência pública e privada. Esse, também, foi o contexto em que se iniciaram as definições do que deveria ser considerada a história nacional e as suas tradições, os heróis e os santos, os feitos e as façanhas, os monumentos e as ruínas, a memória e o esquecimento. Foi assim que se oficializou a 'língua nacional', isto é, o espanhol (ou castelhano?), o português e o inglês, herdados do colonialismo britânico, português e espanhol. Foi assim que todas as línguas das populações nativas e africanas tornaram-se marginais, secundárias, dialetais ou não conspícuas. Aos poucos, em cada país, o discurso do poder, os debates parlamentares, as atividades docentes nas escolas, os jornais, as revistas, os livros e tudo o mais que se define como nacional, oficial, governamental ou público passa a expressar-se de conformidade com a gramática e o dicionário e os escritores canônicos herdados da metrópole. Aos poucos, a língua se revela, outra vez, como durante o período colonial, uma poderosa técnica de integração e administração, mudança e inovação, controle e opressão.

Note-se que a transição do século dezoito ao dezenove, quando se dá a formação de toda uma série de estados nacionais, as idéias principais dos movimentos e líderes políticos da independência são paráfrases, transcrições, recriações ou transfigurações de

---

<sup>8</sup> Eric Williams, *Capitalismo e escravidão*, trad. de Carlos Nayfeld. Companhia Editora Americana, Rio de Janeiro, 1975, pp.57, 58 e 61. Consultar também: Octavio Ianni, *Escravidão e racismo*, 2a edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1988; Artur Ramos, *As culturas negras no Novo mundo*, 4a edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979.



idéias emancipacionistas, libertárias e abolicionistas de inspiração européia, compreendendo o escritos de iluministas, enciclopedistas e outros, como Adam Smith, David Ricardo, Rousseau, Harder e outros. Estão em curso idéias liberais, republicanas e jacobinas. Aí ressoam diferentes influências da modernidade que se desenvolve na Europa. São ressonâncias nas quais aparecem eufonias e cafonias, novidades e estridências, exotismos e carnavalizações.

«Foram determinadas as garantias mais perfeitas: a *liberdade civil* é a verdadeira liberdade; as demais são nominais ou de pouca influência em relação aos cidadãos. Garantiu-se a *segurança* pessoal, que é a finalidade da sociedade e da qual emanam as demais. Quanto à *propriedade*, ela depende do código civil que vossa sabedoria logo deverá compor, para a felicidade de vossos concidadãos. Conservei intacta a lei das leis: a *igualdade*; sem ela perecem todas as garantias, todos os direitos. A ela devemos fazer os sacrifícios. Aos seus pés coloquei, coberta de humilhação, a infame escravidão»<sup>9</sup>.

Mas a modernidade adquire formas e dinamismos diversos, muito diversos, se tomarmos as nações uma a uma, em suas peculiaridades sócio-culturais, político-econômicas, étnicas, geohistóricas. Cabe reconhecer que o dinamismo presente na história das nações iberoamericanas tem sido diverso e cada vez mais diverso do dinamismo presente na história dos Estados Unidos. Condições histórico-sociais, culturais e políticas diferentes na formação dos sistemas coloniais inglês e ibérico, ou espanhol e português, ao menos parcialmente estão na origem do modo pelo qual se organizam e dinamizam umas e outras nações.

Note-se que essa é a época em que se coloca o dilema compreendido pela formação dos Estados Unidos da América do Norte, como uma nação “diferente” das nações originárias dos sistemas coloniais espanhol e português. Quando se formam, os Estados Unidos polarizam-se em Três regiões distintas, com dinamismos diversos. Na sua região norte predominam uma economia e sociedade praticamente isentas de compromissos com o escravismo. Aí predomina o trabalho livre, a pequena propriedade, a disciplina do trabalho e da produção comprometidos com a realização dos indivíduos e coletividades, organizados em moldes de uma sociabilidade simultaneamente comunitária e mercantil; todos mais ou menos polarizados pela “ética protestante e o espírito do capitalismo”. Benjamin Franklin, um dos fundadores da nação, é o autor da frase “time is money”, entre outras com o mesmo espírito e as mesmas implicações práticas. No sul dos Estados Unidos predomina uma sociedade e economia baseadas no trabalho escravo, organizada para a exportação, principalmente para a Europa. As polarizações e oposições entre as formas de sociabilidade, os jogos das forças sociais e as dinâmicas econômicas acentuam-se e agravam-se no curso da primeira metade do século dezanove, o que leva à Guerra de secessão (1861-1865). No Oeste vivem principalmente populações indígenas, uma região que se revela uma vasta e rica fronteira de expansão

---

<sup>9</sup> Simón Bolívar, *Escritos políticos*, trad. de Jaques Mario Brand e Josely Vianna Baptista, Editora da Unicamp, Campinas, 1992, p.117. Consultar também: Túlio Halperin Donghi, *História da América Latina*, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976; Eric J. Hobsbawm, *A era das revoluções (1789-1848)*, trad. de Maria Teresa L. Teixeira e Marcos Penchel, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.



da economia e sociedade, organizadas principalmente com base nos princípios desenvolvidos na região norte. Vista assim, em forma brevíssima, a história dos Estados Unidos, desde fins do século dezoito aos fins do dezenove pode ser vista como uma história na qual se desenvolve a revolução burguesa, por meio da qual se constitui a nação; uma nação capitalista e expansionista, mas também atravessada por contradições regionais, de classes e castas; já que os problemas raciais subsistem e desenvolvem-se no longo da história, entrando pelo século vinte. Sim, os Estados Unidos são oriundos literal e metaforicamente da Reforma, isto é, das várias tendências oriundas do luteranismo e calvinismo, crescentemente secularizados. Sem esquecer as inspirações do mercantilismo britânico.

Nas nações formadas na América Latina, oriundas do colonialismo espanhol e português, a economia e a sociedade estão influenciadas pelo mercantilismo, o escravismo, a grande propriedade, as civilizações indígenas e as contribuições das nações africanas escravizadas. Aí predominaram ou mesmo dominaram as distinções de castas: senhores e escravos, brancos e negros, índios e brancos, mestiços em diferentes hierarquizações sociais. Em alguma medida, além das heranças ibéricas, todas essas nações formam-se sob a proteção, o incentivo ou até mesmo as fórmulas de organização oferecidas pelo imperialismo inglês. São nações nas quais estão presentes catolicismo, africanismo, indigenismo e hispanismo ou lusitanismo. Sim, as nações latino americanas são oriundas, literal e metaforicamente, da Contra-Reforma; sem esquecer as peculiaridades do mercantilismo ibérico.

Essa é uma história que não se resolve, principalmente desenvolve-se. Algumas das suas heranças continuam a ressoar através de todo o século vinte, freqüentemente de formas decisivas.

Bonfil: «A diversidade cultural da sociedade mexicana remete, em última instância, à presença antagonica de duas civilizações. Nos extremos da sociedade, o contraste e a oposição são evidentes e totais: a velha oligarquia aristocratizante e os seus epígenos tecnocratas da modernidade, frente às comunidades índias que conservam a sua própria identidade»<sup>10</sup>.

Arguedas: «As comunidades ainda isoladas de índios, não conhecem do Peru senão a bandeira. Não sabem sequer pronunciar o nome da sua pátria; o universo se encerra para eles nos limites do distrito; não conheciam e não conhecem, quase todas elas, o nome da província, muito menos o do departamento. 'Bandeira peruana!' sim, sabe dizer. E intentam proteger-se com ela das incursões dos fazendeiros, das autoridades políticas e das policiais. E a agitam quando se sentem felizes»<sup>11</sup>.

Oliveira Silveira: *Charqueada grande*

«Um talho fundo na carne do mapa:

Américas e África margeiam.

Um navio negreiro como faca:

<sup>10</sup> Guillermo Bonfil Batalla, *México profundo. Una civilización negada*, Grijalbo, México, 1990, p.95.

<sup>11</sup> José Maria Arguedas, *Todas las sangres*, Alianza, Madrid, 1982, p.272.



mar de sal, sangue e lágrimas no meio.

Um sol bem tropical ardendo forte,  
ventos alíseos no varal dos juncos  
e sal e sol e vendo sul no corte  
de uma ferida que não seca nunca»<sup>12</sup>.

### 3. Nacionalismo e imperialismo

No século vinte, o que predomina é o empenho de cada uma e todas as nações da América Latina e Caribe no sentido de formular, pôr em prática e desenvolver *projetos nacionais*, orientados de modo a concretizar e desenvolver a emancipação e a soberania nacionais. Em sua maioria, são projetos de capitalismo nacional, em diferentes versões, Alguns, no entanto, como os de Cuba, Nicarágua, Granada e Chile, são socialistas, também em diferentes versões.

A rigor o século vinte está permeado e atravessado de guerras e revoluções, golpes e contra-golpes, revoltas e quarteladas, muitas vezes envolvendo incursões abertas ou encobertas dos imperialismos norte-americano, inglês, alemão e francês, sem esquecer incursões italianas, japonesas ou outras. São crises, rupturas, retrocessos e retomadas desenhando trajetórias erráticas, por suas implicações, realizações ou ilusões político-econômicas e sócio-culturais; tendo-se em conta os jogos das forças sociais em âmbito interno e externo compreendendo várias modalidades de projetos nacionais, ou nacionalismos, e imperialismos.

Nesse vasto e complicado cenário histórico que é o século vinte, os projetos nacionais não se formulam nem se põem em prática sem muitas negociações, lutas, conflitos, frustrações e realizações. Defrontam-se com os interesses e as tradições das oligarquias comprometidas com economias primárias exportadoras, empenhadas em manter o 'modelo' agrário-comercial, as estruturas de poder estabelecidas às vezes desde a independência, os monopólios político-econômicos nos quais se incluem as agências governamentais. Também defrontam-se com os interesses dos imperialismos europeus, dentre os quais sobressai, para a América Latina e o Caribe, o inglês; e o imperialismo norte-americano. Todos empenhados em manter e desenvolver os fluxos das economias primárias exportadoras, sob um discurso político-econômico de estilo liberal.

Cabe reconhecer, no entanto, que alguns projetos nacionais alcançaram notáveis realizações. Iniciaram e desenvolveram a industrialização, a urbanização, a democratização do sistema de ensino, a reforma agrária e outras mudanças. Promoveram a interiorização de centros decisórios, através de medidas efetivas no âmbito da economia e finanças, bem como por meio de negociações diplomáticas e, também, exigências ou mesmo fatos consumados, em face de práticas colonialistas ou imperialistas.

---

<sup>12</sup> Oliveira Silveira, *Charqueada grande*, publicado por Oswaldo de Camargo (seleção e organização), *A razão da chama. Antologia de poetas negros brasileiros*, Edições Grd, São Paulo, 1986, p.65.



Em poucas décadas, em alguns países realiza-se a transformação de economias primárias exportadoras, ou de enclaves, em economias baseadas na industrialização substitutiva de importações. Assim se efetiva toda uma ampla e às vezes profunda transformação das estruturas sociais, quando as heranças das estruturas coloniais, de castas, começaram a ser recobertas ou dissolvidas, já que as estruturas de classes adquirem maior dinamismo e tendem a generalizar-se pelas diferentes partes da sociedade.

Essa é, em parte, a história do cardenismo oriundo da Revolução mexicana iniciada em 1910; do varguismo formado a partir da 'Revolução de 1930' no Brasil, quando o Estado oligárquico sofre uma séria derrota; do peronismo, com o qual se articulam e desenvolvem as alianças e as propostas do capitalismo nacional formuladas ao fim da segunda grande guerra mundial. Esses e outros nacionalismos, inspirados em projetos de capitalismo nacional, tornam-se realidades políticas fundamentais na América Latina, desde os anos trinta. Em sua fase inicial, devido aos êxitos desses nacionalismos, a Comissão econômica para a América Latina (Cepal) esteve bastante comprometida com a idéia e prática de capitalismo nacional.

Na maioria dos casos, os projetos nacionais são projetos de capitalismo nacional. Foram projetos apoiados em blocos de poder emergentes, combinando setores burgueses, de classes médias, operários, camponeses e intelectuais. Uma aliança de classes sociais, ou setores de classes, em formação ou em fase de amadurecimento, em luta por transformações sócio-culturais e político-econômicas mais ou menos frontalmente anti-imperialistas; em busca de novas perspectivas e afirmações de soberania, conquistas sociais, democratização.

Em larga medida, os projetos nacionais de cunho socialista emergem no mesmo clima histórico-social, apoiados em jogos de forças sociais nos quais predominam setores populares, bem como compromissos e práticas políticas mais radicais. Mais radicais em termos de planejamento econômico-social orientado a partir do poder estatal, redistribuição mais ampla dos produtos do trabalho coletivo, anti-imperialismo e luta contra os aliados internos do imperialismo. Em termos diversos, mas nessa direção, é o que se define como castrismo, allendismo e sandinismo, enquanto projetos socialistas que alcançam o poder nacional. São também diversos os movimentos socialistas que participam ativamente do debate sobre as diretrizes nacionais, colaborando na fermentação de alternativas, a despeito de não alcançarem o poder nacional.

Vistos em perspectiva histórica ampla, os projetos de capitalismo nacional e socialismo nacional sofrem graves distorções, sendo que alguns são literalmente derrotados e destruídos, devido à contra-revolução mundial orquestrada pelos governantes dos Estados Unidos, da Europa ocidental e do Japão, no âmbito da Guerra fria iniciada em 1946 e terminada em 1989, com a queda do Muro de Berlin. A 'diplomacia total' formulada e posta em prática principalmente pelos governantes norte-americanos bloqueia, distorce, mutila ou destrói projetos nacionais em todo o mundo, incluindo-se aí os que se exercitaram na América Latina e Caribe.

Cabe lembrar, neste ponto, que a Guerra fria, orquestrada pela diplomacia total formulada e posta em prática pelos governantes dos Estados Unidos, desenvolveu-se também como uma contra-revolução mundial. Bloqueou, mutilou e destruiu experimen-



tos políticos nacionais em todo o mundo; sempre contando com a passividade e cumplicidade de setores sociais ‘nativos’, em geral beneficiários de alianças ou negócios com o imperialismo. Também as nações da América Latina e Caribe, individual e coletivamente, foram atingidas pela contra-revolução desenvolvida por dentro da Guerra fria. Desestabilizaram-se governos, incentivaram-se violências de todos os tipos, formaram-se esquadrões para-militares clandestinos para ações de terrorismo de Estado, organizaram-se operações interamericanas para assassinato de lideranças políticas, satanizaram-se partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública; além de muitas outras ações abertas ou encobertas de cunho nazi-fascista, combinando recursos materiais, organizatórios e profissionais das agências governamentais ou para-governamentais norte-americanas, O que estava em causa era o comunismo, o marxismo-leninismo, a civilização ocidental cristã, a revolução social, a influência soviética, a perda de fontes de matérias-primas, a perda de mercados, a geoeconomia, a geopolítica<sup>13</sup>.

Durante a Guerra Fria, o América Latina e o Caribe, tanto quanto a África, Ásia e Oceania, sem esquecer a própria Europa Ocidental e os próprios Estados Unidos, pagaram um altíssimo preço, devido ao modo pelo qual principalmente os governantes norte-americanos conduziram a sua diplomacia total.

*Nunca mais*: «Em nome da segurança nacional, milhares e milhares de seres humanos, geralmente Jovens e até adolescentes, passaram a integrar a categoria tétrica ou fantasmagórica: a dos Desaparecidos... Levados pela força, deixarem de ter presença civil... No que se refere à sociedade, ia enraizando-se a idéia da desproteção, o obscuro temor de que qualquer um, por inocente que fosse, poderia cair naquela infinita caça às bruxas, apoderando-se de uns o medo aterrador e de outros uma tendência consciente ou inconsciente a justificar o horror: ‘Por algum motivo será’, murmurava-se em voz baixa, como querendo assim propiciar aos terríveis e inescrutáveis deuses, olhando como empestados os filhos ou pais do desaparecido... O delírio semântico, encabeçado por qualificações tais como ‘marxismo-leninismo’, ‘apátridas’, ‘materialistas e ateus’, ‘inimigos dos valores ocidentais e cristãos’, tudo era possível: desde gente que favorecia uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam às favelas para ajudar seus moradores. Todos caíam na rede. (...). Contam-se por milhares as vítimas que jamais tiveram qualquer vínculo com tais atividades e foram, no entanto, objeto de horrendo suplício, por sua oposição à ditadura militar, por sua participação em lutas sindicais ou estudantis, por tratar-se de reconhecidos intelectuais que questionaram o terrorismo de Estado, ou simplesmente por vínculos familiares, de amizade; ou por estarem mencionados na agenda de alguém considerado subversivo»<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Martin Walker, *The Cold War. And the Making of the Modern World*, Vintage, Londres, 1994; Richard J. Barnett, *Intervention and Revolution. America's Confrontation with Insurgent Movements Around the World*, Meridian Books, Nova York, 1968; Pablo González Casanova, *Imperialismo y liberación en América Latina*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1978; Agustín Cueva, *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.

<sup>14</sup> *Nunca mas*, Informe de la Comisión nacional sobre la desaparición de personas, Editorial Universitaria de Buenos Aires, Buenos Aires, 8a edição, 1985.



La noche de Tlatelolco: «Jaziam os cadáveres no chão de concreto, esperando que os levassem. Contei muitos desde a janela, cerca de sessenta e oito. Iam amontoando-os sob a chuva... Eu recordava que Carlinhos, meu filho, vestia uma blusa de tecido verde e a cada cadáver acreditava reconhecê-la... Nunca esquecerei a um infeliz menino, com mais ou menos dezesseis anos, que chega arrastando-se pelo edifício da esquina, mostra sua cara pálida e levanta as duas mãos com o V da vitória. Estava totalmente fora de si; não sei o que pensava, talvez pensou que quem disparava eram também estudantes. Então os de luvas brancas lhe gritaram: ‘Sai daqui, moleque estúpido, saia, não está vendo? Saia’. O menino levantou e, sem desconfiar, aproximou-se deles. Dispararam em seus pés, mas continuou avançando; seguramente não entendia o que se passava e atiravam nas pernas e nas coxas. Tudo o que recordo é que em vez de brotar aos jorros, o sangue começou a sair mansamente. Mercedes e eu nos pusemos a gritar-lhes como loucas: ‘Não o matem!... Não o matem!... Não o matem!’ Quando viramos para a calçada, já não estava o menino. Não sei se correu, apesar de ferido, não sei se caiu, não sei o que aconteceu com ele»<sup>15</sup>.

#### 4. Globalização e crise do Estado-Nação

Quando termina a Guerra fria, com a dissolução do bloco soviético, intensifica-se ou estende-se o desenvolvimento do capitalismo. As nações que haviam experimentado projetos socialistas transformam-se em espaços do mercado mundial, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, que atinge mais ou menos drasticamente tanto a América Latina e o Caribe como a Ásia, África e Europa central e oriental. Inclusive a Europa ocidental, o Japão e os Estados Unidos são envolvidos nos processos e estruturas deflagrados com a globalização do capitalismo desenvolvida por dentro da Guerra fria e acelerada com a transformação do mundo socialista em uma vasta fronteira de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo.

Esse é o cenário histórico ou, mais propriamente, geohistórico, no qual o Fundo monetário internacional (Fmi), o Banco mundial (Bird) e a Organização mundial do comércio (Omc), bem como as corporações transnacionais pressionam estados nacionais a promoverem reformas políticas, econômicas e sócio-culturais, envolvendo amplamente instituições jurídico-políticas, destinadas a favorecer a dinâmica das forças produtivas e relações capitalistas de produção. Esse o clima em que a reforma do Estado se torna a palavra de ordem predominante em todo o mundo.

São diversas, diferentes e insistentes as pressões externas e internas destinadas a provocar a reestruturação do Estado. Trata-se de promover a desestatização e desregulação da economia nacional; simultaneamente, promover a privatização de empresas produtivas estatais e dos sistemas de saúde, educação e previdência. Além disso, abrem-

---

<sup>15</sup> Margarida Nolasco, antropóloga, em depoimento transcrito por Elena Poniatowska, *La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*, 53a edição, Ediciones Era, México, 1996, pp.172-173.



se os mercados, facilitam-se as negociações e associações de corporações transnacionais com empresas nacionais. Muitas conquistas sociais de diferentes categorias operárias e outros assalariados já foram ou estão sendo redefinidas, reduzidas ou mesmo eliminadas, sempre a partir de palavras de ordem tais como 'mercado', 'produtividade', 'competitividade'; com graves prejuízos para os que são obrigados a vender a sua força de trabalho para viver ou sobreviver.

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de 'mercados emergentes', é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional; bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global. Em lugar do projeto nacional, capitalista ou socialista, o projeto de capitalismo transnacional, transnacionalizado, administrado desde o alto e desde fora<sup>16</sup>.

Sim, a nação se transforma em mera província do capitalismo mundial, sem condições de realizar sua soberania e, simultaneamente, sem que os setores sociais subalternos possam almejar a construção de hegemonias alternativas. Um Estado-Nação em crise, amplamente determinado pelo jogo das forças produtivas predominantes em escala mundial, dispõe de escassas ou nulas condições para manifestar ou conquistar soberania. Nesse Estado-Nação, as classes e os grupos sociais subalternos terão de criar e desenvolver outras e novas formas de organização, conscientização e luta, para formular e pôr em prática hegemonias alternativas.

Sem esquecer que grande parte da vida política, em âmbito local, nacional, regional e mundial, é dominada ou induzida pela mídia, isto é, pelas corporações da mídia, em geral controladas por grupos e blocos de poder predominantes em escala mundial<sup>17</sup>.

Esse é o contexto em que se verifica uma crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a Sociedade civil. Amplos setores da Sociedade civil, compreendendo classes e grupos sociais, são alijados, barrados, esquecidos ou desafiados a situarem-se e moverem-se apenas ou principalmente nos espaços do mercado. Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais ou menos absolutos não só na economia e finanças, mas também na educação, saúde, habitação, transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de Sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de luta para influenciar ou conquistar o poder<sup>18</sup>.

Ocorre que o metabolismo Estado e Sociedade civil, que se havia criado e desenvolvido com a criação e o desenvolvimento de projetos nacionais, esse metabolismo se rompe, mutila ou simplesmente esfacela, com a adoção de projetos de capitalismo

<sup>16</sup> Alfredo Guerra-Borges (coord.), *Nuevo orden mundial: Reto para la insercion de América Latina*, Instituto de Investigaciones Económicas, Unam, México, 1994; «Cuadernos Arcie-Lom», *Globalización, modernización y equidad en América Latina*, Santiago, 1997.

<sup>17</sup> Stefano Rodotà, *Tecnopolítica*, Editori Laterza, Roma-Bari, 1997.

<sup>18</sup> Octavio Ianni, *A era do globalismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997. Jeremy Brecher, John Brown Childs and Jill Cutler (Editors), *Global Visions. Beyond the New World Order*, South End Press, Boston, 1993; Doctors Without Borders, *World in Crisis. The Politics of Survival at the End of the Twentieth Century*, Routledge, Londres, 1997.



transnacionalizado, fortemente determinados pelos processos e as estruturas predominantes no capitalismo global. Daí a dissociação Estado e Sociedade civil, uma anomalia com sérias implicações práticas e teóricas.

A dissociação entre Estado e Sociedade civil, conforme ocorre sob o neoliberalismo, torna o Estado muito mais comprometido com tudo o que é transnacional, mundial ou propriamente global, reduzindo-se o seu compromisso com as inquietações, reivindicações ou tendências dominantes na Sociedade civil. Amplos setores da Sociedade civil são desafiados a situarem-se na lógica de um mercado, ou de mercados, nos quais a força e o domínio das corporações transnacionais dificulta ou simplesmente anula a capacidade de negociação de diferentes categorias de assalariados. Simultaneamente, os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais das classes e grupos sociais subalternos são colocados em desvantagem, por sua reduzida capacidade de mobilizar recursos materiais e organizatórios para movimentar as reivindicações de amplos setores da sociedade. Sem esquecer que a mídia, isto é, as corporações da mídia transnacional e transnacionalizada predominam no debate, equacionamento, decisão e implementação de grande parte do que se refere à política; isto é, assuntos relativos à soberania e à hegemonia, passando por democracia e cidadania. Assim, enquanto a maioria da Sociedade civil sente-se, define-se e atua enquanto nacional, o Estado é levado a comprometer-se e atuar em termos das injunções do que é transnacional. Sim, sob o neoliberalismo, quando se dá a dissociação entre o Estado e a Sociedade civil, o Estado adquire todas as características de um aparelho administrativo das classes e grupos dominantes, ou dos blocos de poder predominantes em escala mundial. Trata-se de um Estado comprometido principalmente com a abertura e a fluência dos 'fatores de produção' nos mercados, tendo em conta os dinamismos do capital produtivo e especulativo, bem como das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, além dos movimentos do mercado de força de trabalho; tudo isso conforme as sugestões, injunções ou imposições das corporações transnacionais, em geral secundadas pelo Fundo monetário internacional, Banco mundial, Organização mundial do comércio, Grupo dos 7, Organização para cooperação e desenvolvimento econômico (Oede) e outras organizações empenhadas em favorecer a dinâmica dos 'fatores da produção'; com escassa ou nula atenção por suas implicações ou custos sociais.

Esse processo de dissociação é evidente nos países da América Latina e Caribe, revelando-se mais ou menos acentuado em países da África, Ásia, Europa central e Europa de Leste; é também evidente na Europa ocidental e na América do Norte, compreendendo os Estados Unidos e o Canadá. É claro que a dissociação, a rearticulação, o desencontro e muitas vezes o confronto entre a maior parte da Sociedade civil e as tendências predominantes no Estado não se revelam semelhantemente em todas as partes. Em muitos, o problema logo fica evidente no que se refere à indiferença ou incapacidade do Estado de fazer face ao desemprego estrutural e ao agravamento da questão social. Em outros, e esse é o caso dos Estados Unidos, o problema logo fica evidente pelo desinteresse crescente de amplos setores da população pelo político e pelo processo eleitoral, o que se concretiza na altíssima abstenção dos eleitores. Sem esquecer que nos Estados Unidos, assim como em



outras nações do Grupo dos 7, muitos, imigrantes de todos os tipos, são barrados pela xenofobia, etnicismo, racismo e fundamentalismo.

Sim, também na América Latina e Caribe são muitos os que não são aceitos, ou são apenas tolerados, o que coloca negros, mulatos, índios, criolos, cholos e outros na condição de ‘outros’, ‘diferentes’, ‘não integrados’<sup>19</sup>.

A rigor, o Estado-Nação sempre foi e continua a ser uma realidade problemática, atravessada por processos de integração e dissociação, desenvolvimento e distorção, acomodação e fragmentação. A questão nacional continua a desafiar indivíduos e coletividades, em termos práticos e teóricos. São poucas as nações, e em momentos nem sempre duradouros, que alcançaram ou alcançam razoável integração entre a Sociedade civil e o Estado. Na maioria dos casos, subsistem tensões, antagonismos e contradições muitas vezes profundos, umas vezes no âmbito de regimes democráticos e, na maioria dos casos, em regimes autoritários, tirânicos ou nazi-fascistas. As longas e famosas tiranias que atravessam a história da América Latina e Caribe comprovam uma história de dissociações reiteradas e demoradas, oligárquicas, populistas, militaristas ou outras; em geral alimentadas, apoiadas ou mesmo criadas pela combinação de imperialismos com os seus aliados nativos.

Talvez se possa afirmar que a dissociação Estado e Sociedade civil seja algo congênito, algo inerente à questão nacional, já que a nação sempre foi, e continua a ser, um processo histórico-social problemático. A novidade, na época da globalização do capitalismo, quando o neoliberalismo se torna a prática e ideologia predominante em escala mundial, é que essa dissociação adquire profundidade e extensão sem precedentes, transformando amplos setores da Sociedade civil em deserdados, não só de condições e possibilidades de soberanias e hegemônias, mas também de bases sociais indispensáveis à sobrevivência.

Nessa situação, indivíduos e coletividades, compreendendo grupos e classes sociais, etnias e gêneros, são desafiados a criar ou recriar movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, bem como formular novas interpretações e novos meios de conscientização e atuação, para fazer com que a Sociedade civil caminhe no sentido de influenciar, conquistar ou educar duramente o poder estatal. Para isso, pode ser indispensável que as classes e os grupos sociais subalternos de diferentes países, próximos e distantes, se associem, organizem, conscientizem. Trata-se de somar e multiplicar experiências e vivências, organizações e conscientizações, reivindicações e lutas, de modo a fortalecer e dinamizar a globalização desde baixo<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> José Maria Argüedas, *Formación de una cultura nacional indoamericana*, seleção e prólogo de Angel Rama, Sigilo Veintiuno Editores, México, 1977; José Alcina Franch (Org.), *Indianismo e indigenismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1990; Magnus Morner, *Race Mixture in the History of Latin America*, Little Brown and Co., Boston, 1967; Roger Bastide, *As Américas negras*, trad. de Eduardo de Oliveira e Oliveira, Difel, São Paulo, 1974.

<sup>20</sup> Pablo González Casanova, *O colonialismo global e a democracia*, trad. de Márcia Camargo Cavalcanti, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995; Pablo González Casanova e John Saxe-Fernández (Organizadores), *El mundo actual: situación y alternativas*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1996; Tomas Moulian, *Chile actual. Anatomia de un mito*, Lom-Arcis, Santiago, 1998; Geronimo de Sierra



## 5. Epílogo

Talvez se possa dizer que o que foi e o que tem sido o Novo mundo continua polarizado pelo que se supõe sintetizar-se na idéia de modernidade. A modernidade pode ter algo a ver com moderno, modernização ou modernismo, no sentido de modo de vida, trabalho e cultura correspondentes ao que se supõe ser o padrão mais desenvolvido, avançado, contemporâneo, conspícuo. Simultaneamente, a modernidade pode ter algo a ver com democracia e tirania, elite e massa, povo e cidadania, alienação e emancipação, reforma e revolução ou capitalismo e socialismo. Em todos os casos, a modernidade envolve algo de secularização, urbanização, industrialização, individuação, liberação. Trata-se de um conceito que pode traduzir-se na idéia de iluminismo e romantismo, tanto quanto de racionalismo e pragmatismo ou liberalismo e marxismo. É possível ir longe nessa estrada, especificando e desdobrando o conceito, as realizações, as conquistas e as ilusões. Mas é inegável que tudo isso entra no que podem ser os dilemas e as metamorfoses do que foi e tem sido o Novo mundo. Mais ainda, tudo isso entra decisiva e radicalmente nas diversidades e polarizações que se observam no que resulta da história do Novo mundo no fim do século vinte, quando já se anuncia o vinte e um.

São nítidas, drásticas, impressionantes e fascinantes as polarizações que se observam, não só entre umas e outras nações, mas também no interior de cada nação. É como se elas estivessem ainda em formação, ou dissolução, buscando realizar-se em condições sempre diversas e insuspeitadas, de tal modo que dão a impressão de nebulosas em busca de forma e fisionomia, algo simultaneamente possível e impossível, real e ilusório.

A despeito da supremacia norte-americana na América latina e Caribe, por seu imperialismo, com implicações não só político-econômicos mas também sócio-culturais, é inegável que também nos Estados Unidos subsistem e reiteram-se debates e inquietações sobre o seu diálogo com o Ocidente e o Oriente, o Iluminismo e a Modernidade, o Ocidentalismo e/ou o Americanismo dos próprios Estados Unidos. Simultaneamente, em alguns setores sociais norte-americanos, desenvolvem-se reflexões críticas sobre o modo pelo qual os governantes norte-americanos relacionam-se com os outros povos, a começar pelos latinoamericanos e caribenhos. Há questionamentos sobre o 'destino manifesto', a 'teoria da fronteira mundial', a idéia de 'núcleo mais ativo do ocidentalismo', a proposta de 'missão civilizatória e policial' dos Estados Unidos no mundo. Alguns chegam à crítica do fundamentalismo calvinista mesclado de darwinismo social presente e ativo, explícito ou difuso, em manifestações da indústria cultural e, em alguns casos, do próprio pensamento social norte-americano<sup>21</sup>.

---

(compilador), *Democracia emergente en América del Sur*, Unam, México, 1994; Carlos M. Vilas, *América Latina en el Nuevo orden mundial*, Centro de Investigaciones Inter-disciplinarias, Unam, México, 1994.

<sup>21</sup> Richard Hofstadter, *Social Darwinism in American Thought*, Beacon Press, Boston, 1967; Richard Hofstadter, *O antiintelectualismo dos Estados Unidos*, trad. de Hamilton Trevisan, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967; George Steiner, *Pasión intacta*, trad. de Menohu Gutiérrez e Encarna Castejón, Ediciones Siruela, Madrid, 1997.



No que se refere à América Latina, sempre compreendendo o Caribe, a grande maioria dos indivíduos e coletividades está mais ou menos desafiada pelas inquietações, realizações ou ilusões da modernidade, evidentemente em diferentes acepções. Desde o primeiro instante, há sempre alguma preocupação com o que pode ser atual, presente, contemporâneo ou moderno, tanto quanto o que pode ser europeu, ocidental, cristão, capitalista ou socialista. O mercantilismo e o cristianismo, assim como o colonialismo e o nacionalismo, tanto quanto o imperialismo e o globalismo, podem ser vistos como diferentes configurações histórico-sociais nas quais indivíduos e coletividades buscam algum tipo de modernidade.

São muitas as interrogações sobre a originalidade ou não, síntese ou combinação, mescla ou transculturação, do modo de ser latino-americano. Sob certos aspectos, essas são interrogações presentes ou subjacentes em narrativas científicas, filosóficas e artísticas. As várias linguagens artísticas, assim como as diferentes ciências sociais e as distintas correntes de pensamento filosófico, são desafiadas a responder, comentar, repetir ou desenvolver as interrogações sobre o 'ser' latino-americano. São muitos os que se interrogam, crescentemente, no curso das metamorfoses do que foi e do que tem sido o Novo mundo<sup>22</sup>.

Há toda uma gama de polarizações e nuances sobre a originalidade e a caricatura, a imitação e a invenção, a mimesis e a representação ou o criador e a criatura. Em todos os casos, há algum tipo de reconhecimento, aceitação, rejeição ou transfiguração do que pode ser a ocidentalidade ou o ocidentalismo, significando modernismo ou modernidade, sempre na ilusão da contemporaneidade, lembrando que a contemporaneidade em geral parece encontrar-se em outro lugar, algo que pode ser real e imaginário.

## Referências bibliográficas

- «Cuadernos Arcie-Lom», *Globalización, modernización y equidad en América Latina*, Santiago, 1997.
- Arciniegas German, *América en Europa*, Plaza & Janes, Bogotá, 1980.
- Arguedas José María, *Todas las sangres*, Alianza, Madrid, 1982.
- Argüedas José María, *Formación de una cultura nacional indoamericana, selección e prólogo de Angel Rama*, Sigilo Veintiuno Editores, México, 1977.
- Barnet Richard J., *Intervention and Revolution. America's Confrontation with Insurgent Movements Around the World*, Meridian Books, Nova York, 1968.

---

<sup>22</sup> Augusto Salazar Bondy, *Existe una filosofía de Nuestra América?*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1968; Leopoldo Zea, *Dialéctica de la conciencia americana*, Alianza Editorial Mexicana, México, 1976; José Carlos Mariátegui, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Biblioteca Amauta, Lima, 1965; José Lezama Lima, *A expressão americana*, trad. de Irlomar Chiampi, Editora Brasiliense, São Paulo, 1938; José María Arguedas, *Formación de una cultura indoamericana, op. cit.*; João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956; Richard Morse, *O espelho de Próspero*, trad. de Paulo Neves, Companhia das Letras, São Paulo, 1988; Miguel Rojas Mix, *Los cien nombres de América*, Editorial Lumen, Barcelona, 1991.



- Bastide Roger, *As Américas negras*, trad. de Eduardo de Oliveira e Oliveira, Difel, São Paulo, 1974.
- Bolívar Simón, *Escritos políticos*, trad. de Jaques Mario Brand e Josely Vianna Baptista, Editora da Unicamp, Campinas, 1992.
- Bonfil Batalla Guillermo, *México profundo. Una civilización negada*, Grijalbo, México, 1990.
- Brion Davis David, *The Problem of Slavery in Western Culture*, Penguin Books, Londres, 1970.
- Colombo Cristóvão, *Diários da descoberta da América*, trad. de Milton Person, L & PM Editores, Porto Alegre, 1984.
- Cruz Costa João, *Contribuição à história das idéias no Brasil*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956.
- Cueva Agustin, *El desarrollo del capitalismo en América Latina*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.
- de Sepúlveda Juan Ginés, de Las Casas Fray Bartolomé, *Apologia*, trad. de Angel Losada, Editora Nacional, Madrid, 1975.
- de Sierra Geronimo (compilador), *Democracia emergente en América del Sur*, Unam, México, 1994.
- Doctors Without Borders, *World in Crisis. The Politics of Survival at the End of the Twentieth Century*, Routledge, Londres, 1997.
- Dussel Enrique, *1492 o encobrimento do outro. A origem do 'mito da modernidade'*, trad. de Jaime A. Clasen, Vozes, Petrópolis, 1993.
- Franch José Alcina (Org.), *Indianismo e indigenismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1990.
- Garcia Márquez Gabriel, *Cem anos de solidão*, trad. de Eliane Zagury, 20a edição, Editora Record, Rio de Janeiro, e/d.
- Gerbi Antonello, *La disputa del Nuevo mundo (1750-1900)*, trad. de Antonio Alatorre, Fondo de Cultura Eonomica, México, 1982.
- Gerbi Antonello, *La naturaleza de las Indias nuevas. De Cristobal Colón a Gonzalo Fernandez de Oviedo*, trad. do Antonio Alatorre, Fondo de Cultura Economica, México, 1978.
- González Casanova Pablo, *Imperialismo y liberación en América Latina*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1978.
- González Casanova Pablo, *O colonialismo global e a democracia*, trad. de Márcia Camargo Cavalcanti, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.
- González Casanova Pablo, Saxe-Fernández John (Organizadores), *El mundo actual: situacion y alternativas*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1996.
- Guerra-Borges Alfredo (coord.), *Nuevo ordem mundial: Reto para la insercion de América Latina*, Instituto de Investigaciones Econômicas, Unam, México, 1994.
- Halperin Donghi Túlio, *História da América Latina*, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- Hanke Lewis, *La humanidad es una*, trad. de Jorge Avendaño-Inestrillas, Margarita Sepulveda de Baranda, Fondo de Cultura Economica, México, 1974.



- Hobsbawm Eric J., *A era das revoluções (1789-1848)*, trad. de Maria Teresa L. Teixeira e Marcos Penchel, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- Hofstadter Richard, *O antiintelectualismo dos Estados Unidos*, trad. de Hamilton Trevisan, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1967.
- Hofstadter Richard, *Social Darwinism in American Thought*, Beacon Press, Boston, 1967.
- Huxtable Elliott John, *El Viejo mundo y el nuevo (1492-1650)*, trad. de Rafael Sánchez Mantero, Alianza Editorial, Madrid, 1934.
- Ianni Octavio, *A era do globalismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1997.
- Ianni Octavio, *Escravidão e racismo*, 2a edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1988.
- Jeremy Brecher, John Brown Childs and Jill Cutler (Editors), *Global Visions. Beyond the New World Order*, South End Press, Boston, 1993.
- Lezama Lima José, *A expressão americana*, trad. de Irleamar Chiampi, Editora Brasiliense, São Paulo, 1938.
- Margarida Nolasco, antropóloga, em depoimento transcrito por Elena Poniatowska, *La noche de Tlatelolco. Testimonios de historia oral*, 53a edição, Ediciones Era, México, 1996.
- Mariategui José Carlos, *Siete ensayos de interpretacion de la realidad peruana*, Biblioteca Amauta, Lima, 1965.
- Morner Magnus, *Race Mixture in the History of Latin America*, Little Brown and Co., Boston, 1967.
- Morse Richard, *O espelho de Próspero*, trad. de Paulo Neves, Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- Moulian Tomas, *Chile actual. Anatomia de un mito*, Lom-Arcis, Santiago, 1998.
- Nunca mas*, Informe de la Comision nacional sobre la desaparición de personas, Editorial Universitária de Buenos Aires, Buenos Aires, 8a edição, 1985.
- O’Gorman Edmundo, *La invencion de América. El universalismo de la cultura do Occidente*, Fondo de Cultura Economica, México, 1958.
- Ramos Artur, *As culturas negras no Novo mundo*, 4a edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979.
- Rodotá Stefano, *Tecnopolitica*, Editori Laterza, Roma-Bari, 1997.
- Rojas Mix Miguel, *Los cien nombres de América*, Editorial Lumen, Barcelona, 1991.
- Salazar Bondy Augusto, *Existe una filosofia de Nuestra América?*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1968.
- Silveira Oliveira, *Charqueada grande*, publicado por Oswaldo de Camargo (seleção e organização), *A razão da chama. Antologia de poetas negros brasileiros*, Edições Grd, São Paulo, 1986.
- Steiner George, *Pasión intacta*, trad. de Menohu Gutiérrez e Encarna Castejón, Ediciones Siruela, Madrid, 1997.
- Tvzetan Todorov, *Fictions et vérités*, «L’Homme», 111-112, Paris, 1989, pp.7-33.
- Tzvetan Todorov, *A conquista da América. A questão do outro*, trad. de Beatriz Perrone Moisés, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1983.
- Vespúcio Américo, *Novo mundo*, trad. de Luiz Renato Martins, L & PM Editores, Porto Alegre, 1984.



- Vilas Carlos M., *América Latina en el Nuevo orden mundial*, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias, Unam, México, 1994.
- Vuh Popol, *Las antiguas historias del Quiché*, trad. de Adrián Recinos, Fondo de Cultura, México, 1984.
- Walker Martin, *The Cold War. And the Making of the Modern World*, Vintage, Londres, 1994.
- Williams Eric, *Capitalismo e escravidão*, trad. de Carlos Nayfeld. Companhia Editora Americana, Rio de Janeiro, 1975.
- Zavala Silvio, *La filosofía política en la conquista de América*, Fondo de Cultura Economica, México, 1993.
- Zea Lepoldo (compilador), *El descubrimiento de América y su impacto en la historia*, Fondo de Cultura Economica, México, 1991.
- Zea Lepoldo, *Dialéctica de la conciencia americana*, Alianza Editorial Mexicana, México, 1976.



## Educação do campo e culturas: uma discussão sobre pedagogias alternativas

Alberto Merler\*

Erineu Foerste\*\*

Gerda Margit Schütz-Foerste\*\*\*

### Índice

1. Antecedentes históricos; 2. *Que tipo de progresso queremos?*; 3. Marcos legais; 4. Bases conceituais: iniciando uma discussão; 5. Considerações para continuidade do diálogo; Referências bibliográficas

### Palavras chave

Educação do campo, pedagogias alternativas, culturas, parceria

## 1. Antecedentes históricos

A realização<sup>1</sup> em julho de 1998 da I conferência nacional, *Por uma educação básica do campo*, na cidade de Luziânia no Estado de Goiás Região Centro-Oeste do Brasil – promovida pelo Movimento sem terra, em parceria com a Conferência nacional dos bispos do Brasil (Cnbb), Universidade de Brasília (UnB), Fundo das Nações Unidas para a infância (Unicef) e Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura (Unesco) – constitui-se como marco e divisor de águas nas lutas dos trabalhadores do campo por uma educação do campo no período posterior à abertura política<sup>2</sup>. As lutas históricas dos camponeses, contra a espoliação da classe trabalhadora pelo capital, todavia, remetem à história da gênese da classe burguesa até nossos dias (Williams, 1989; Stedile *et al.*, 1994; Hobsbawm, 1995). Hoje os povos tradicionais do campo consolidam suas lutas por justiça, levantando a bandeira da educação em todos os níveis e modalidades como dimensão indissociável da reforma agrária; impulsionam-se debates interinstitucionais pela construção e implementação de políticas públicas de

\* Universidade de Sassari.

\*\* Universidade Federal do Espírito Santo.

\*\*\* Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>1</sup> As discussões feitas neste artigo foram enriquecidas nos diálogos com pesquisadores que participaram do *IV congresso internacional de pedagogia social*, realizado na Universidade de Campinas (Unicamp) nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2012.

<sup>2</sup> A ditadura militar chegou a completar 20 anos. Foi instaurada em 1964 e a abertura política teve seu início em 1985, quando movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos de esquerda, etc. saíram da clandestinidade.



demarcação de territórios (povos indígenas, quilombolas, pomeranos, sertanejos, ribeirinhos, etc.), para assentamentos dos trabalhadores sem-terra e garantia de educação do campo, como educação pública de qualidade enquanto direito dos cidadãos. Estão envolvidos no processo movimentos sociais, igreja, universidades, órgãos governamentais e não-governamentais.

Com explicitação da gravidade de problemas denunciados de forma recorrente entre nós – sobretudo pela falta de escolas, pelo desconhecimento e/ou desprezo às especificidades do campo, desrespeito aos profissionais do ensino e baixa qualidade do ensino no meio rural – adquirem novo impulso, mobilizações em torno de lutas populares, com participação de movimentos dos trabalhadores do campo e cidades, para novas resistências engajadas e conscientes, através da *Articulação nacional por uma educação do campo*<sup>3</sup>. Reafirmam-se as lutas coletivas dos trabalhadores do campo, que não se limitam à educação escolar em seu sentido estrito (Foerste, Schütz-Foerste e Duarte, 2004). Elas colocam ênfase na construção de um projeto público de educação, em que a formação ao longo de toda a vida é um direito do cidadão e dever do Estado.

O governo nas suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal) é pressionado pelos movimentos sociais organizados, para atender plenamente a demandas de educação do campo. Desde seu surgimento na primeira metade dos anos Oitenta, o Movimento sem terra, por exemplo, coloca a luta por educação pública do trabalhador do campo como uma de suas principais bandeiras. Nos últimos anos, sobretudo a partir da criação do Programa nacional de educação na reforma agrária em 1998 e Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão (Secadi) em 2004, já se observam algumas conquistas importantes, que fazem avançar a construção coletiva e implementação de políticas de estado de educação do campo, a partir dos trabalhadores que produzem sua existência no cultivo da Terra. Em assentamentos da reforma agrária, por exemplo, implementaram-se, graças à persistência de mulheres e homens assentados, programas de educação de crianças, jovens e adultos, na oferta de cursos técnicos profissionalizantes, na educação continuada, na formação inicial e continuada de professores, etc.

Projetos como esses colocam uma questão importante, firmada com produções acumuladas nas experiências concretas e debates ampliados sistemáticos, pelo resgate das múltiplas identidades dos indivíduos que trabalham no campo: o trabalhador camponês é o sujeito da construção de outro projeto de desenvolvimento do campo, fundamentado na agricultura familiar agroecológica, para além do latifúndio e do agronegócio (Foerste, Schütz-Foerste e Duarte, 2004). Isso significa, do ponto de vista teórico e prático, que o campo é uma construção de todos no movimento permanente pela conquista da terra, cultivando a vida digna a cada dia. O trabalho coletivo e a prática da solidariedade fazem nascer, portanto, projetos alternativos sem precedentes no campo, que fortalecem cada vez mais lutas históricas dos oprimidos por outras possibilidades mais humanizadas de cultivo da Terra, sem dicotomizar ser humano-natureza.

---

<sup>3</sup> Consulta: <http://educampoparaense.org/site/pages/foruns/articulacao-nacional-por-uma-educacao-d-o-campo.php>.



A Constituição de 1988 já havia incorporado aspectos das lutas sociais pelo resgate da cidadania dos excluídos das cidades e do campo, com respeito às diferenças culturais, étnicas, religiosas e rejeição das diferenças sociais, que legitimam a distribuição desigual das riquezas. Debates enfatizam a importância da afirmação de direitos populares na construção e implementação de políticas públicas, em que a educação é um dos pilares fundamentais. Assim, a participação efetiva do povo na gestão pública, exercendo controle sistemático sobre os órgãos de governo, tornou-se uma conquista constitucional que precisava também se fazer presente em relação ao processo educativo formal no campo, desde a educação infantil até o nível universitário.

Discussões que culminaram com a aprovação da Lei de diretrizes e bases da educação nacional n.9.394/96 apontam especificidades da educação do campo (conforme artigo 28), o que pressupõe outro tipo de prática educativa, que coloque no centro do processo pedagógico questões vividas pelos trabalhadores do campo, em suas lutas na produção de subsistência a partir do cultivo agroecológico da Terra. Tal conquista, ainda que a duras penas, (as elites sofisticam seu discurso para a criminalização dos movimentos sociais, fazendo uso, sobretudo da grande imprensa) vem se concretizando aos poucos, graças à persistência e articulações de entidades de representação dos trabalhadores do campo, como: Movimento sem terra (Mst), Confederação nacional dos trabalhadores na agricultura (Contag), Movimento dos pequenos agricultores (Mpa), Comissão pastoral da terra (Cpt), União nacional das escolas famílias do Brasil (Unefab), Federação dos trabalhadores da agricultura no Espírito Santo (Fetaes) entre outras.

O artigo 28 da Ldb levou o Conselho nacional de educação/Câmara de educação básica (Cne/Ceb) a aprovar Parecer Cne/Ceb n.36/2001 e Resolução Cne/Ceb n.1/2002, instituindo *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*<sup>4</sup>. Estes textos legais explicitam relevância do respeito à diversidade na igualdade, com ênfase em processos formais e informais de formação humana como prática inclusiva. Nesse sentido, a educação do campo é tomada aos poucos oficialmente no País, como prática social que não se constrói como oposição ao urbano ou às *coisas da cidade*, tampouco produzida por um teórico em particular (Merler *et al.*, 2012); mas é construída de forma coletiva como devir e possibilidade concreta, conforme Nosella (2011) e Gimonet (2011), de uma pedagogia alternativa<sup>5</sup>, articuladora de todos os seres humanos históricos no processo de produção das condições de subsistência de todas as pessoas do campo e da cidade. Deixando-nos provocar por Streck *et al.* (2010), podemos afirmar que no cenário das práticas e fontes das pedagogias latino-americanas emerge um sujeito coletivo que produz – na luta de todos os trabalhadores (do campo e das cidades) por uma sociedade mais humanizada – uma “pedagogia alternativa dos camponeses”, hoje denominada por todos no Brasil como *educação do campo*.

Na atual conjuntura internacional, com o fortalecimento das formas perversas de exclusão geradas pelo neoliberalismo e globalização (lei da economia de mercado), os

<sup>4</sup> Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>.

<sup>5</sup> Consulta Nosella (2011) e Gimonet (2011).



movimentos sociais redobram esforços de análise e de articulação (Thompson, 1995; Mezaros, 2004). Crescem índices de empobrecimento do povo, aumentando as diferenças sociais e culturais entre a classe detentora do capital e os trabalhadores das cidades e do campo. A degradação das condições de vida da população é galopante (o Brasil está entre os quatro Países com maior desigualdade social da América Latina, depois da Guatemala, Honduras e Colômbia), elevando significativamente desigualdades, que naturalizam processos históricos de exclusão social. A assim chamada “escola rural” no discurso oficial reforça ainda a lógica de mercado na medida em que seu currículo reproduz um modelo de desenvolvimento de agricultura que legitima o paradigma utilitarista de natureza das ciências modernas, paradigma este que naturaliza o latifúndio e o agronegócio. Os montantes de recursos públicos destinados a este modelo das elites de desenvolvimento rural não tem se revertido, na mesma proporção, em benefícios sociais para os trabalhadores do campo, por representar interesses do capital. A riqueza, ainda que questionável na sua base de sustentabilidade ecológica, não tem sido socializada. Não há equidade social no modelo de desenvolvimento do agronegócio e do latifúndio.

## 2. Que tipo de progresso queremos?

O projeto hegemônico de desenvolvimento nacional brasileiro das cidades e do campo coloca em questão pressupostos das lutas dos trabalhadores em geral, em detrimento de conquistas importantes para a consolidação de uma sociedade humanizada, sem injustiças sociais. Reforçam-se políticas que favorecem a hegemonia do capitalismo internacional, o que inviabiliza projetos populares e alternativos de desenvolvimento com sustentabilidade do campo, em que a educação é um dos pressupostos fundamentais. Pensar uma educação do campo no sentido proposto pelos sujeitos do campo exige desconstruir o paradigma hegemônico de desenvolvimento, bem como de educação imposto aos trabalhadores do campo. Nossas lutas coletivas ressignificam práticas sociais e culturais a partir de outro conteúdo político-ideológico em que a agroecologia é eixo articulador. Este se constitui como uma dimensão fundante da educação do campo aqui por nós compreendida como a pedagogia alternativa. Ela emerge do debate sobre o projeto popular-libertador de educação dos oprimidos que Paulo Freire sintetizou no seu tempo.

O direito à educação constitui-se como marco legal inalienável e indispensável para o resgate da cidadania de um povo, no discurso oficial, para impulsionar transformações políticas e ideológicas, consolidando o projeto econômico da classe dominante. As lutas do povo por uma educação popular-libertadora, entretanto, colocam-se a serviço da construção de uma sociedade humanizada e democrática social e economicamente, que não coincide com o projeto burguês de educação nas cidades e no campo. Sendo assim a educação do campo baliza-se a partir de princípios inaugurais que estão se mostrando viáveis, por exemplo, em experiências concretas de uma educação popular alternativa em assentamentos de reforma agrária (Prонера, 2004; Andrade *et al.*, 2004), que



gradativamente levaram a discussões coletivas pela superação de concepções equivocadas, pelas quais se consolidou uma hierarquia de valoração entre as cidades e o campo, sobrepondo aquelas a este.

Processos de engajamento ideológicos revolucionários, emanados de ações reflexivas e politicamente identificadas com os movimentos sociais dos trabalhadores rurais, colocam, a partir de novos patamares teórico-práticos, a relevância de transformações de base que favoreçam a superação de abordagens idealizadas do campo, reforçadas pelas políticas públicas e pela mídia de um modo geral (jornais, televisão, livros, filmes, músicas, etc.). Um passo importante a se dar, não resta dúvida, é a produção coletiva de críticas dos discursos que apresentam o campo como contexto em que prevalece abundância e não existem conflitos próprios da sociedade de classes. Ao mesmo tempo em que é construção de uma contra-ideologia, trata-se de lutas que não se restringem aos sujeitos oprimidos do campo. A educação do campo e das cidades é um dos projetos que pode contribuir de forma significativa nesse processo revolucionário de reconhecimento e valorização de identidades e culturas na construção de outro projeto de desenvolvimento.

Vale ressaltar, então, na perspectiva dos trabalhadores das cidades e do campo, que a abordagem da educação emancipatória/libertadora constitui-se como produção histórica, materializada por contradições explicitadas nos embates da sociedade de classes. Ao longo do tempo as elites criaram mecanismos que cerceiam aos trabalhadores do campo e das cidades acesso pleno às condições que garantem dignidade ao ser humano.

O direito à educação em todos os níveis é um desses direitos negados aos trabalhadores ao longo da história brasileira. Não perdendo de vista esta dimensão importante, hoje se colocam condições concretas para reflexão e debates sobre educação do campo como produção coletiva de sujeitos que acreditam que é possível resgatar o direito à fala de todos aqueles que se encontram hostilizados nas relações desiguais produzidas pela sociedade capitalista.

A educação do campo não comporta uma perspectiva compensatória, como querem os detentores do poder econômico nacional.

Qual projeto de desenvolvimento do campo se pretende implantar com as políticas públicas de educação de nosso País?

Não podemos abordar a problemática da educação do campo focando o olhar nas questões da formação humana como se elas não estivessem articuladas com aspectos econômicos, sociais e culturais, permeadas por ideologias e disputas por hegemonia (Gramsci, 1977). Compreendê-la como política social, num quadro complexo de ação governamental e não-governamental, em que políticas públicas de saúde, educação, agricultura, moradia, transporte, etc. formam uma totalidade complexa, apresenta-se como desafio político e acadêmico. Trata-se de projetos que não se encontram dissociados num conjunto de práticas sociais que se colocam no movimento pelo resgate da cidadania dos excluídos. Neste contexto de discussões a educação do campo é compreendida como prática construída e produzida na luta coletiva dos trabalhadores.

A tarefa de sistematizar princípios norteadores para a construção de um projeto político de educação do campo constitui desafio que deve se pautar na reflexão a partir



de uma história de lutas e discussões coletivas de diferentes segmentos de populações exploradas, ligados direta ou indiretamente aos movimentos sociais organizados do campo e das cidades.

Refletir a respeito de uma escola emancipatória/libertadora, no sentido proposto por Paulo Freire, não exclui nem hierarquiza sujeitos, porém busca incluí-los na medida em que todos são oprimidos na sociedade de classe e todos se libertam na luta pela superação das contradições das injustiças produzidas pela produção e distribuição desigual de bens materiais e simbólicos.

Elencamos a seguir alguns pontos para discussão, na tentativa de contribuir com debates partilhados com todos aqueles que acreditaram e continuam pensando que é possível em nosso País transformar a escola, garantindo no seu interior o encontro de muitas cores, muitas falas, muitas histórias de vida, para a dignificação de todos. Esta é uma luta dos oprimidos do campo e dos oprimidos das cidades por um projeto pedagógico popular-libertador de educação do campo e das cidades. Não se trata de pensar *pelo* povo do campo, na lógica das cidades, ou *para* ele, mas dialogando *com* suas histórias, para compreender como participar de suas lutas, compartilhando sofrimentos, mas principalmente aprendendo com eles a cultivar práticas de humildade e de diálogo em favor da humanização de todas as pessoas, para fazer nascer em toda a terra, em todos os lugares, o desejo de ocupar terra, aprendendo a escutá-la, ouvindo o que ela nos tem a dizer sobre como nos organizarmos para construir uma sociedade sem fome, sem injustiças étnicas, de gênero, religiosas, etc.

### 3. Marcos legais

Destacamos os seguintes instrumentos legais que servem de base para a construção de projeto diferenciado de educação do campo a partir do governo central: Constituição de 1988; Lei de diretrizes e bases da educação nacional n.9.394/1996 de 20/12/1996; Parecer Ceb/Cne n.14/1999 de 14/09/1999 – Diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas; Resolução Ceb/Cne n.03/1999 de 10/11/1999 institui diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas; Lei n.10.172/2001, Plano nacional de educação; Parecer Ceb/Cbe n.36/2001 de 04/12/2001, Diretrizes operacionais à educação básica nas escolas do campo; Resolução Ceb/Cneb n.01/2002 de 03 de abril de 2002 institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo; Lei n.10.639/2003 de 09/01/2003 estabelece inclusão de temas da cultura afro-brasileira no currículo escola; Parecer Ceb/Cne n.03/2004 de 10/03/2004 diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; Resolução Ceb/Cne n.01/2004 de 17/06/2004 institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana; Parecer Ceb/Cne n.01/2006 de 01/02/2006 recomenda a adoção da pedagogia da alternância em escolas do campo; Decreto n.6.040/2007 de 07/02/2007 institui política nacional sustentável dos



povos e comunidades tradicionais; Lei n.11.645/2008 estabelece o ensino de história e cultura indígena e afro-brasileira no currículo escolar.

Discussões acumuladas no cenário nacional até o momento apontam para a construção coletiva do projeto político e pedagógico, que leve em consideração características próprias dos contextos locais, diretamente relacionadas a identidades e culturas. Encontram-se importantes disposições legais que se referem ao processo educativo do campo com fortalecimento de lutas coletivas nessa perspectiva.

Vale ressaltar que o *conceito de campo* não é monolítico, uma vez que a produção de subsistência da agricultura familiar do minifúndio (são propriedades pequenas que em geral têm 25 hectares ou menos) não coincide com o modelo ganancioso de desenvolvimento do agronegócio promovido pelo latifúndio. Por outro lado, é preciso considerar uma significativa diversidade de territórios e comunidades produtivas em áreas de pequena extensão que organizam o processo produtivo a partir de características muito próprias. Este é o caso, por exemplo, dos povos tradicionais das florestas (extrativistas da Amazônia), povos ribeirinhos, povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades pomeranas, etc.

#### **4. Bases conceituais: iniciando uma discussão**

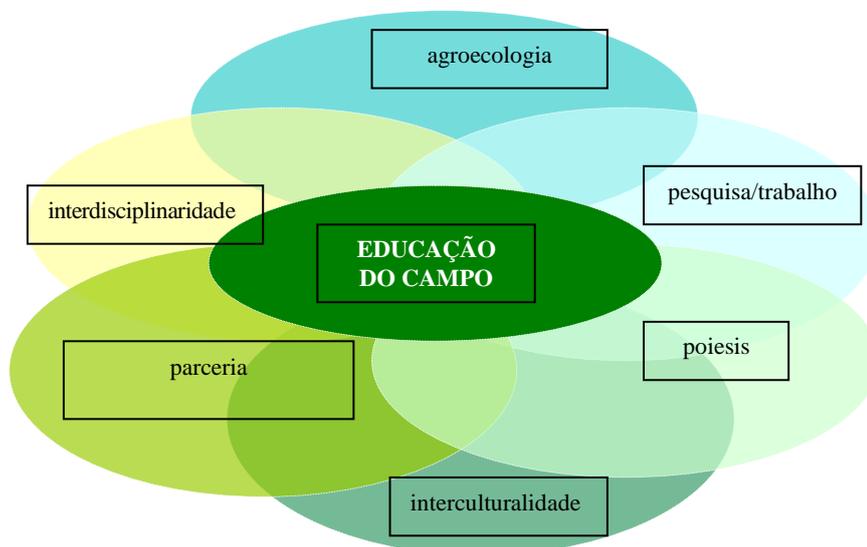
A educação do campo considera: sujeitos do campo; economia familiar agroecológica; povos tradicionais em seus respectivos territórios; saberes da terra; trabalho e pesquisa como princípio educativo; cultura como produção social da vida; interculturalidade; interdisciplinaridade como construção de conhecimento coletivo e engajado; cooperativismo e/ou associativismo como construção dialógica e política de participação; sustentabilidade e agroecologia.

As propostas pedagógicas de educação do campo hoje em construção nas escolas são orientadas a partir de pressupostos, tais como: sujeitos do campo, saberes da terra, territórios e povos tradicionais do campo, trabalho, alternância, pesquisa, agricultura familiar, sustentabilidade e agroecologia, culturas, identidades e interculturalidade, participação cidadã, diálogo, interdisciplinaridade, formação inicial e continuada, entre outros aspectos.

A seguir faremos uma abordagem introdutória sobre conceitos, como: campo, agricultura familiar, sustentabilidade, agroecologia e *poiesis*, partindo do seguinte quadro:



Quadro 1 - Educação do campo como prática pedagógica alternativa



a) O que é campo?

Parte-se da concepção de campo como espaço de produção integrado à sociedade nos seus modos de produzir bens de consumo materiais e culturais. O campo não se constitui como ente geográfico ou cultural isolado do contexto nacional e internacional. Todavia, cabe destacar que os povos tradicionais do campo (indígenas, quilombolas, pomeranos, pescadores, ribeirinhos, extrativistas das florestas, etc.) diferenciam-se entre si, com processos produtivos próprios. Assim os povos tradicionais do campo constroem culturas e identidades próprias, o que não significa que estejam isolados ou que sejam autônomos em relação ao resto do mundo.

«O campo compreendido a partir do conceito de *territorialidade* é o lugar marcado pelo humano e pela diversidade cultural, étnico-racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. É espaço emancipatório quando associado à construção da democracia e de solidariedade de lutas pelo direito à terra, à educação, à saúde, à organização da produção e pela preservação da vida. Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio dos vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar como um espaço vivido, são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável» (Mec, 2008).

A palavra *campo* não é utilizada aqui em oposição à idéia de urbano. O termo *campo* deve ser tomado com sentido peculiar e diverso, não mais como sinônimo de “atraso”. Há que se resgatar o campo como *locus* de produção de subsistência importante,



processo presente ao longo de toda a história da humanidade, estabelecendo condições de vida para aqueles que cultivam a terra e vivem do trabalho da terra. Nesse sentido é preciso resgatar culturas e identidades dos trabalhadores do campo. Isso significa afirmar que os conhecimentos ou saberes da terra acumulados pelos povos camponeses contribuem para impulsionar a construção coletiva de projetos alternativos de educação a partir de *comunidades sustentáveis*.

Partindo disso, então, pode-se falar de uma educação do campo como uma pedagogia alternativa e diferenciada, que leve em consideração especificidades das demandas de formação dos trabalhadores do campo, partindo da noção de diversidade e pluralidade.

Compreende-se que as políticas públicas devem atender às necessidades de projetos pedagógicos que emanam dos interesses daqueles que trabalham na terra e vivem no campo, sem estabelecer dicotomias com o urbano e as cidades em geral.

#### b) Agricultura familiar, sustentabilidade e agroecologia

Um projeto popular-libertador de educação do campo, intrinsecamente articulado com as lutas dos trabalhadores do campo, ressignifica a idéia de desenvolvimento e progresso. Parte-se do princípio de valorização da vida, não somente no sentido de sua preservação, mas também de sua reprodutibilidade. A dicotomia homem *versus* natureza perde significado, na medida em que a Terra é a *mãe terra*, que abriga a todos e que precisa ser cuidada e não explorada para atender a interesses de acumulação de riquezas em detrimento da vida.

Este debate coloca outra racionalidade para definir o homem e a natureza. Chegamos a compreender assim porque somos capazes de refletir sobre nós e os outros, sobre nossas ações, enfim sobre nossos modos de estar e ser no mundo.

Não há como ser de outro modo, uma vez que o ritmo do desenvolvimento capitalista nos desafia a pensar outras perspectivas de relação do homem com a natureza, não predatórias, que estejam articuladas com possibilidades concretas de sustentabilidade, considerando contextos específicos em que nos encontramos.

Cabe-nos perguntar como vemos o meio-ambiente e como nos relacionamos com a natureza no contexto em que produzimos nossas existências.

Que saberes acumulamos sobre nós e a natureza e que usos fazemos desse conhecimento?

Faz sentido também questionar a respeito das possibilidades que produzimos para que todos tenham acesso de forma igual e justa a bens materiais e culturais, sem reforçar práticas de exclusão e/ou de autoritarismo, através da dominação das elites, detentoras do poder econômico e político, sobre as populações menos favorecidas.

Compreender o campo como território de formação de pessoas, de interações sociais e econômicas implica uma concepção diferenciada das relações dos trabalhadores dos diferentes territórios do campo com a terra e com a sociedade como um todo no processo de produção e distribuição de bens materiais e simbólicos. Essa prática deriva uma pedagogia alternativa. Nesse âmbito identifica-se agroecologia como criação dos



trabalhadores do campo e das cidades nas lutas de resistência ao processo produtivo capitalista, que separa a força do trabalho e os meios de produção.

O debate sobre *agricultura familiar, sustentabilidade e agroecologia* constitui-se como pressuposto da educação do campo. Coloca-se a serviço dos trabalhadores, fundamentando lutas coletivas no campo e nas cidades que se contrapõem ao projeto hegemônico de desenvolvimento, gerador de injustiças sociais e exclusão, ao mesmo tempo em que fortaleceu historicamente a exploração predatória da natureza por grupos econômicos que se revezam no poder.

A sustentabilidade fundamenta uma forma diferenciada de relação do homem com a natureza, favorecendo a produção de conhecimentos que antes pareciam ter pouco significado ou eram considerados secundários, pois não serviam para a acumulação de riquezas. Essa pedagogia alternativa contribui para pensar e produzir a vida na perspectiva da *poiesis*, a partir da qual o ser humano busca um novo sentido para si, na sua relação com os outros e com a natureza.

#### c) Educação do campo como prática da *poiesis*

A educação do campo exige posturas de risco, de engajamento pela construção do novo, rejeitando todas as formas de preconceito. Por isso não se pauta simplesmente na transmissão e assimilação de conhecimentos sistematizados. Nega a imposição de cânones, redimensionando-os a partir dos saberes dos camponeses e dos saberes que estes demandam da escola para fortalecer lutas pela humanização do campo e das cidades. Tampouco a educação do campo fundamenta-se numa perspectiva espontaneísta, segundo a qual o ato de ensinar e aprender é a arte de tirar de dentro da pessoa aquilo que já está latente em todos os seres humanos, valorizada pelos defensores da educação essencialista inspirada em Platão.

Educação do campo é práxis do movimento e contradição, com auto-crítica, para apurar, numa postura permanente de reflexão, o olhar a novas leituras, articuladoras de práticas de interpretação e transformação coletiva do mundo, este referido a saberes, tempos e lugares das lutas dos oprimidos.

### **5. Considerações para continuidade do diálogo**

A educação do campo é construção coletiva como prática de diálogo libertador (Freire, 1970), em cujo processo as pessoas constroem-se e são produzidas pelo movimento como sujeitos históricos autônomos e capazes de ler o mundo, atribuindo novos sentidos ao mundo e à realidade (Bahktin, 1986), sempre partindo de contradições das relações do homem com a natureza e dos seres humanos com outros seres humanos, na produção das condições materiais e simbólicas de existência de todas as pessoas, na busca incansável de um mundo mais digno e humanizado. É por isso mesmo instrumento de produção de hegemonia (Gramsci, 1977), como forma de resistência ao capital.



A educação do campo não se encontra acabada, mas é reinventada a cada dia, como pedagogia alternativa, visto que é precária e sempre incompleta, porque se articula como resistência ao projeto hegemônico de educação ditado pelas elites nacionais e internacionais.

Essa relação do eu com o outro (seres humanos e natureza) é fecundada pela problematização das culturas. Na ação revolucionária os sujeitos se reconhecem precários, admitindo que os resultados de nossas lutas são cultivados e reinventados sempre, fortalecendo práticas colaborativas e de cooperação (Foerste, 2005). Isso implica postura de reverência de cada pessoa frente à vida e à natureza, revoltando-se contra todos os tipos de agressão à Terra e todos os tipos de injustiças produzidas pela dominação humana. Porém, solidarizando-se de forma engajada com aqueles que são humilhados e excluídos, desafia a todos que exercem opressão sobre os outros a se libertarem de sua condição desumanizadora nessa relação com seus semelhantes e consigo mesmos.

Essa *revolta dialógica* impulsiona reflexões e atitudes de esperança e alegria, para a construção de novas alternativas sociais, alicerçadas no respeito à vida, no direito à liberdade.

Essa práxis, em construção coletiva, podemos definir como pedagogia alternativa ou como *educação do campo*.

## Referências bibliográficas

- Andrade Márcia Regina *et al.*, *A educação na reforma agrária em perspectiva; uma avaliação do Pronera, Incra/Pronera/Ação educativa*, Brasília, 2004.
- Bakhtin Michail, *Marxismo e filosofia da linguagem*, Hucitec, São Paulo, 1986.
- Foerste Erineu, *Parceria na formação de professores*, Cortez, São Paulo, 2005.
- Foerste Erineu, Schütz-Foerste Gerda Margit (org.), *Educação do campo: diálogos interculturais*, Secadi/Mec, Brasília, 2011.
- Foerste Erineu, Schütz-Foerste Gerda Margit, Duarte Maria Laura Scneider (orgs.), *Por uma educação do campo*, Caderno n.6, Ufes/Pronera, Vitória/Brasília, 2004.
- Freire Paulo, *Pedagogia do oprimido*, Paz e Terra, São Paulo, 1970.
- Gimonet Jean-Claude, *Da experiência pedagógica à alternativa educacional* (texto avulso), Uninove, São Paulo, 2011.
- Gramsci Antonio, *Quaderni dal carcere* (voll. 1, 2, 3 e 4), Einaudi, Turim, 1977.
- Hobsbawm Eric, *A era dos extremos*, Cia. das Letras, São Paulo, 1995.
- Mec, *Referências para uma política nacional de educação do campo*, Mec, Brasília, 2004.
- Merler Alberto, Foerste Erineu, Caliaro Rogério, Paixão Laura M.B. Muri (orgs.), *Educação do campo: diálogos interculturais em terras capixabas*, Edufes, Vitória, 2012.
- Mezaros Istvan, *O poder da ideologia*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.
- Nosella Paolo, *Educação, território e globalização*, in *Anais do VII seminário sobre trabalho e educação na Amazônia*, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- Pronera, *Pesquisa de avaliação do programa nacional de educação na reforma agrária*, Incra/Pronera, Brasília, 2004.



- Stédile João Pedro *et al.*, *A questão agrária hoje*, Ufrgs, Porto Alegre, 1994.
- Streck Danilo (org.), *Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia*, Autêntica, Belo Horizonte, 2010.
- Thompson John B., *Ideologia e cultura moderna*, Vozes, Petrópolis, 1995.
- Williams Raymond, *O campo e a cidade na história e na literatura*, Cia das Letras, São Paulo, 1989.



## Pobreza, sociabilidade e tipos de redes sociais em São Paulo e Salvador

Eduardo Marques\*

### Índice

*Introdução; 1. Os entrevistados e suas redes; 2. Os tipos de redes e de sociabilidade em São Paulo e Salvador; 3. À guisa de conclusão; Referências bibliográficas*

### Palavras chaves

*Pobreza urbana, redes sociais, sociabilidade, Brasil*

### Introdução

O período recente tem sido pródigo de referências a redes sociais na investigação dos mais variados fenômenos. Como se sabe, redes pessoais são representações dos padrões de interação social dos indivíduos em suas atividades cotidianas. Também no caso da pobreza, as referências às redes são relativamente comuns, embora digam respeito muitas vezes à idéia de que ‘relações importam’, mais do que à consideração específica dos efeitos de determinadas características dos padrões de relação sobre as condições de vida em geral, ou de pobreza em especial. O presente artigo dá continuidade à agenda de pesquisa sobre o tema que vem tentando precisar tais efeitos através do estudo sistemático das redes e da sociabilidade de indivíduos em situação de pobreza.

O estudo das redes tem sido uma constante na literatura internacional para investigar fenômenos sociais diversos, desde mobilização política em movimentos sociais (Mische, 2008; Hedstrom et al., 2000) até elites políticas e econômicas (Misruchi, Schwartz, 1987; Heinz et al. 1997; Kadushin, 1995) e políticas públicas (Knoke et al., 1996) passando pela sociabilidade de diversos grupos sociais (Bidart, Lanevu, 2005; Bierman et al., 2004; Campbell, Lee, 1992), entre muitos outros temas. No caso brasileiro, a maior parte dos estudos que dialogam com este artigo têm se concentrado em políticas públicas (Marques, 2000 e 2003; Lotta, 2010), assim como no seu entorno (Pavez, 2008; Soares, 2009), além dos estudos realizados no interior da linha de investigação em que se inscreve este artigo e discutidos resumidamente na próxima seção.

Mas porque mobilizar analiticamente redes sociais para estudar pobreza?

No caso específico da pobreza, como tais redes mediam o acesso a recursos materiais e imateriais, contribuem de forma destacada para a reprodução das condições de

---

\* Universidade de São Paulo (Usp).



privação e da desigualdade social. Portanto, analisar a diversidade de tais redes, assim como a sua mobilização cotidiana diferenciada entre indivíduos e em diferentes momentos, representa uma chave importante para melhor compreendermos a pobreza. Nesse sentido, a integração das redes ao estudo da pobreza pode permitir a construção de análises que escapem dos pólos analíticos da responsabilização individual do pobre por sua pobreza, assim como de análises sistêmicas que foquem apenas nos macro-processos e constrangimentos estruturais que cercam o fenômeno. Parece-nos evidente que tanto constrangimentos e processos supra-individuais (incluindo os econômicos) quanto estratégias e credenciais dos indivíduos importam para a constituição e a reprodução de situações de pobreza. Entretanto, essas devem ser analisadas no cotidiano dos indivíduos, de forma a compreendamos de que formas mediam o seu acesso a mercados, ao Estado e às trocas sociais que provêm bem-estar (Esping-Andersen, 2000).

De uma forma geral, o tema representou um desdobramento da agenda de estudos de segregação urbana, sendo analisado tanto de forma quantitativa, como em Briggs (2005), Small (2007) e Ferrand (2002), quanto qualitativamente como em Small (2009) Sako e Murie (2002), Blokland e Savage (2008). Em termos gerais, representou uma forma de precisar e testar vários dos elementos levantados pioneiramente por Wilson (1987) conectando aumento da pobreza com elevação do isolamento social e espacial nos guetos negros americanos em período recente. A utilização das redes permitiria separar analiticamente (e testar separadamente) os efeitos dos dois tipos de isolamento.

A presente pesquisa também tem origem nesse tipo de preocupação. Desenvolvemos coletivamente estudos sobre a associação entre pobreza e segregação em registro mais tradicional (Marques e Torres, 2005), chegando ao resultado que a segregação tendia a ter um efeito negativo sobre a pobreza independente do de outras dimensões sociais – indivíduos igualmente pobres, mas submetidos diferentemente à segregação tendiam a ter condições sociais distintas, sendo o piores para o mais segregado. Entretanto, o efeito de isolamento da segregação em si poderia ser combatido, para determinados indivíduos, por suas redes sociais, que poderiam conectá-los ‘por sobre o território’. Por essa razão, esta pesquisa analisa simultaneamente os efeitos das redes sociais e da segregação sobre a pobreza.

## 1. Os entrevistados e suas redes

Foram realizadas entrevistas com 209 indivíduos pobres em São Paulo e 153 em Salvador, num total de 362 indivíduos em situação de pobreza, além de 30 indivíduos da classe média em São Paulo. Todas as informações a seguir dizem respeito a indivíduos em situação de pobreza, exceto quando indicado.

Foram entrevistados 56% de mulheres e 44% de homens, com idades entre 12 e 94 anos (com média de 37 anos). As famílias tinham um tamanho médio de 3,9 pessoas, um número que não varia entre as cidades. A amostra incluiu 43% e 34% das pessoas que vivem em lugares segregados em São Paulo e Salvador, respectivamente.

A Tabela 1 a seguir resume os principais indicadores.



Tabela 1 - Indicadores médios escolhidos da amostra, São Paulo e Salvador

Indicador	São Paulo	Salvador
<i>Indicadores médios dos entrevistados</i>		
Número de entrevistados	209	153
Habitando locais segregados (%)	43	34
Anos médios de estudo	6	7
Renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo (%)	19	22
Renda familiar per capita média (Sm)	0,82	0,77
Empregados (%)	54	38
Desempregados ou trabalhadores informais (%)	32	45
Frequentadores de práticas associativas (%)	12	16
Frequentadores de templos religiosos (ao menos quinzenais) (%)	47	54
Autodenominados católicos (%)	63	45
Autodenominados evangélicos pentecostais (%)	20	20
Autodenominados seguidores do candomblé (%)	0	5
Autodenominados sem religião (%)	12	22
Migrantes (%)	70	34
Dentre os migrantes, chegados há 10 anos ou mais (%)	72	89
Moradores do bairro há 10 anos ou mais (%)	54	89
Dentre os trabalhadores, trabalham na comunidade (%)	38	44
Cor da pele classificada como preta pelos entrevistadores (%)	34	74
Cor da pele autot classificada como preta (%)	-	62
<i>Indicadores das redes e da sociabilidade</i>		
Número médio de nós	52,5	40,7
Número médio de vínculos	53,4	74,7
Localismo (%)	60,5	63,5
Número médio de esferas	3,8	3,5
Sociabilidade na família (%)	40	42
Sociabilidade na vizinhança (%)	32	32
Sociabilidade no trabalho (%)	9	7
Sociabilidade na igreja (%)	5	3
Sociabilidade nos estudos (%)	3	3

Fonte: Coleta primária de dados.

Como se pode ver, os entrevistados tinham escolaridade muito baixa – em média 64% tinham completado a 8ª série, no máximo, com um perfil um pouco melhor em Salvador. Em Salvador os entrevistados tinham em média 7 anos de estudo e, em São Paulo, 6 anos. Essas posições relativas foram invertidas no caso do rendimento: 19% em São Paulo e 22% em Salvador tinham renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo. Na verdade, a renda familiar média per capita em São Paulo foi de 0,82 salários mínimos, enquanto em Salvador alcançava apenas 0,77. Isso expressa as diferenças entre os dois mercados de trabalho: em São Paulo, 54% dos entrevistados estavam empregados, e em Salvador apenas 38% tinham essa condição. Por outro lado, os trabalhadores informais e os desempregados em Salvador chegaram a 45% dos entrevistados, contra apenas 32% em São Paulo.



Práticas associativas tendem a ser baixas em ambas as cidades (12%), porém mais presentes em Salvador (16%). Com relação à frequência a templos religiosos, 47% dos entrevistados em São Paulo relatou ir a um lugar de culto pelo menos uma vez a cada 15 dias, um número que chegou a 54 % em Salvador. Nas duas cidades, aproximadamente 20% das pessoas declararam-se como evangélicas, enquanto 63% afirmaram ser católicas em São Paulo e 45% em Salvador. Esta última cidade também teve 5% de seguidores do Candomblé (ausentes na amostra de São Paulo) e 22% consideraram não ter religião, contra 12% em São Paulo.

Os migrantes estavam muito mais presentes em São Paulo (70%), enquanto em Salvador eram apenas 34%. Em ambas as cidades a maioria dos imigrantes tendem a ser residentes de longa duração, e 72% em São Paulo e 89% em Salvador chegaram às cidades há mais de 10 anos atrás. A estabilidade dos bairros também é alta em ambas as cidades, apesar de maior em Salvador, onde 89% das pessoas vivem em seus bairros há mais de 10 anos, enquanto em São Paulo apenas 54% dos entrevistados estavam nessa condição. O maior localismo de Salvador também está presente no mercado de trabalho, uma vez que 44% dos entrevistados trabalhavam dentro da comunidade, enquanto apenas 38% em São Paulo trabalhavam no mesmo local onde moram. Finalmente, a cor da pele foi muito mais proeminente em Salvador, onde 74% dos entrevistados tiveram sua cor da pele classificada como preta pelos entrevistadores, contra 34% em São Paulo. Por outro lado, 62,1% dos entrevistados em Salvador autotranscreveu a sua cor como preta<sup>2</sup>.

As redes médias das duas cidades apresentaram características similares, mas não iguais. As redes médias em São Paulo apresentaram mais nós – 52,5<sup>3</sup> contra 40,7 em Salvador –, mas menos vínculos, 53,4 contra 74,7, em Salvador. O localismo foi maior em Salvador – 63,5% dos indivíduos citados nas redes vivem no mesmo lugar do entrevistado, contra 60,5% em São Paulo. Várias outras medidas de rede sugerem, em média, atividades relacionais mais intensas em Salvador. Embora apresentem diferenças, entretanto, esses valores médios são bastante próximos quando comparados com as redes de classe média pesquisadas em São Paulo, que tinham um tamanho médio de 93 nós e 183 vínculos, e localismo inferior a 20%.

A variabilidade da sociabilidade tendia a ser ligeiramente maior em São Paulo: 3,8 esferas de sociabilidade em média, contra 3,5 em Salvador. Entretanto, em ambos os casos isso indica uma variabilidade da sociabilidade muito menor entre os pobres do que entre a classe média de São Paulo, que apresentou, em média, 5,5 esferas<sup>4</sup>. Os perfis

---

<sup>2</sup> Dada a relevância política e identitária da dimensão racial em Salvador, optamos por classificar os entrevistados em termos de cor da pele e também usar a auto-classificação. Em São Paulo, só usamos a classificação pelo entrevistador.

<sup>3</sup> Em análise de redes as entidades (pessoas, no caso dessas redes, mas também empresas, grupos, associações ou outras organizações em outras pesquisas) que compõe uma rede são chamadas de nós, e as relações entre elas de vínculos.

<sup>4</sup> Denominamos de esfera de sociabilidade uma 'região' da sociabilidade de um dado indivíduo, conforme reconhecido por ele próprio. Não se trata de tipo de vínculo ou de um atributo de um dado nó da rede, mas de uma parte da sociabilidade segundo seu próprio entendimento. Dessa forma, alguém pode manter relações de amizade (tipo de vínculo) com um primo (tipo de nó) na esfera da vizinhança. Nesse caso, o que importa é o espaço onde ocorre a sociabilidade.



de sociabilidade, no entanto, mostraram considerável semelhança entre as cidades, com a família respondendo por 40,6% das esferas e a vizinhança aparecendo como a segunda esfera mais importante, com 31,6% dos vínculos. Além dessas, o trabalho correspondia a 8,0% dos vínculos, a amizade 5,9%, a igreja 4,6%, e os estudos 3,3%. As variações individuais em torno dessas médias, no entanto, são elevadas em ambas as cidades, sugerindo a existência de uma grande heterogeneidade na sociabilidade, que nos levou a realizar a construção de tipologias descrita na seção que se segue. Novamente para criar um parâmetro externo de comparação, entre os indivíduos de classe média em São Paulo, 35% dos vínculos estavam associados com a esfera familiar, seguidos por trabalho (26%), amizade (14%), e estudos (10%). Vínculos na vizinhança e na igreja chegaram a apenas 5% e 1%, respectivamente. As principais diferenças com relação às redes de indivíduos em situação de pobreza, portanto, dizem respeito às esferas do trabalho, amigos e dos estudos (menores entre os pobres) e à vizinhança (muito maior entre os pobres). A esfera da família apresenta presença similar nos dois grupos sociais.

Em suma, as redes de indivíduos pobres tendem a ser menores, menos variadas em termos de sociabilidade, mais locais e mais baseadas em vizinhança do que as redes dos indivíduos de classe média. No entanto, elas apresentam características semelhantes em São Paulo e em Salvador, com exceção do maior localismo e da maior atividade relacional em Salvador e das redes um pouco maiores e mais variadas em São Paulo. Como veremos mais adiante, essas diferenças podem ser causadas pela menor oferta de vínculos novos em Salvador devida ao maior localismo, levando a redes menores, porém mais densamente conectadas.

Mas qual é a relação entre os atributos sociais e as características das redes e de sociabilidade?

Para começar a explorar essas associações discutimos a seguir as associações entre redes e atributos<sup>5</sup>, para em seguida comparar de forma mais detida alguns indicadores que apresentam diferenças entre São Paulo e em Salvador.

Com relação ao sexo dos entrevistados, não existem grandes diferenças entre as redes de homens e mulheres, apesar de aparecerem pequenas diferenças na sociabilidade, com as redes dos homens mais centradas no trabalho e no lazer, enquanto que a presença da esfera igreja tende a ser maior para as mulheres. Esses padrões são coerentes com a tipologia de sociabilidade, como será visto.

O efeito do ciclo de vida sobre as redes é muito mais claro e parece representar um grande organizador das transformações das redes no tempo<sup>6</sup>. Com o avanço da idade, as redes tendem a ter sociabilidade menos variada, com redes egocentradas mais redundantes. Em termos de sociabilidade, a família se torna mais importante e as esferas estudos (o que seria esperado) e amizade estão relativamente menos presentes. Mas essa dinâmica não é linear em todas as idades, sendo mais concentrada nos dois pólos do

---

<sup>5</sup> Foram desenvolvidos testes univariados entre redes e atributos. O conteúdo técnico dos testes foi omitido para tornar o texto mais fluente, mas são reportadas apenas as associações estatisticamente representativas a 99% de significância.

<sup>6</sup> O mesmo efeito também se verificou para redes egocentradas de apoio social analisadas por nós em Marques e Bichir (2011).



ciclo de vida. Para os jovens (com menos de 21 de anos de idade), por exemplo, as redes tendem a ter mais nós e vínculos, além de redes egocentradas mais eficientes, porém apresentam maior localismo e maior presença de estudos e menor presença da esfera trabalho do que o resto da população. Os idosos (mais de 60 anos) têm redes com características opostas: são menores em termos de nós e vínculos, menos variadas em sociabilidade, têm menor presença de estudos e de amigos, e maior presença relativa da esfera família.

Outra variação importante nas redes está associada a grupos sociais, nesse caso caracterizados por renda e escolaridade. Isso é muito interessante, uma vez que a amostra inclui apenas indivíduos em situação de pobreza e, conseqüentemente, renda e escolaridade tendem a variar muito pouco. Entretanto, características da rede tendem a variar de acordo com grupos sociais mesmo entre os pobres. As tendências são semelhantes no caso da variabilidade da sociabilidade e da atividade relacional, que tendem a aumentar com o aumento da renda e da escolaridade. O tamanho das redes tende a aumentar com os anos de escolaridade, e o localismo diminui com o aumento da renda. Finalmente, com o aumento da escolaridade e da renda, a presença das esferas da família e da vizinhança diminui, enquanto aumentam as esferas da amizade e do trabalho.

Essas tendências são confirmadas quando condições de pobreza extrema são consideradas. Pessoas muito pobres (com renda familiar per capita média inferior a ½ salário mínimo) tendem a ter redes com sociabilidade menos variada, com menor clusterização e diâmetros maiores (para o mesmo tamanho médio, o que significa menor conectividade), além de uma sociabilidade que se baseia mais na vizinhança e menos no trabalho, assim como maior localismo. Os mais pobres entre os pobres (com renda familiar per capita média inferior a ¼ do salário mínimo) têm redes ainda menos clusterizadas e com diâmetros ainda maiores, e sua sociabilidade inclui mais vizinhos.

Uma das diferenças importantes encontra-se no localismo das redes, ou na proporção, em uma dada rede, de contatos com pessoas que habitam o mesmo local de moradia, conforme definido pelos próprios entrevistados<sup>7</sup>. Os resultados anteriores referentes a São Paulo já haviam indicado elevado localismo como uma dimensão importante na diferenciação entre as redes de indivíduos em situação de pobreza e de classe média, mas a comparação com Salvador sugere que o localismo também varia substancialmente entre os pobres dependendo da estrutura urbana. Essas diferenças no localismo nos fornecem um excelente caso para explorar as conseqüências diferenciadas de tipos diferentes de homofilia sobre atributos individuais e relacionais.

O localismo médio nas redes de indivíduos em situação de pobreza em São Paulo é um pouco menor do que em Salvador – 60,5% contra 63,5, variação não muito expressiva se repetirmos que o localismo médio entre a classe média é de 18,0%. Apesar disso, as distribuições do localismo são diferentes nas duas cidades e em Salvador as situações de alto localismo são mais presentes relativamente. Que

---

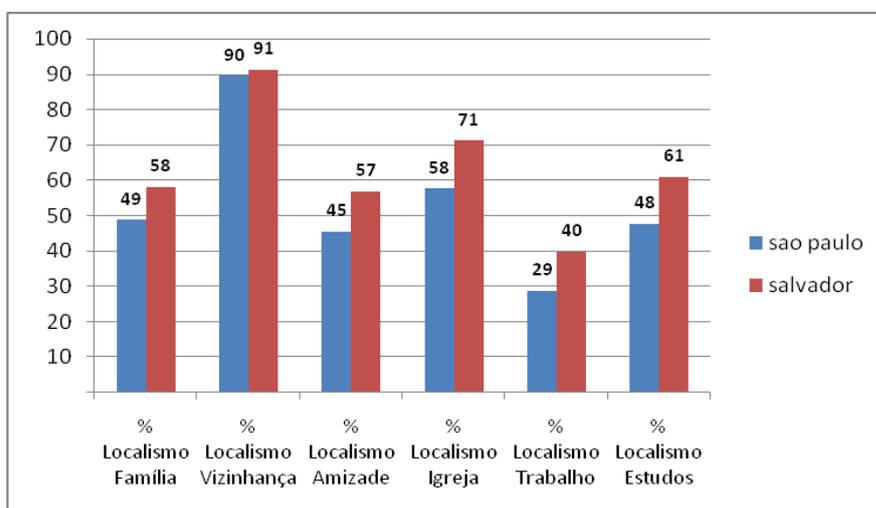
<sup>7</sup> Localismo é, portanto, o grau em que a sociabilidade mapeada por certa rede ocorre no mesmo local de moradia do que o entrevistado. É sempre expressa como a percentagem dos vínculos de uma dada rede.



consequências podem ser esperadas desse padrão mais local de redes para a sociabilidade de ao menos uma parte dos indivíduos?

Poderíamos assumir que alto localismo seja apenas reflexo de sociabilidades estabelecidas com vizinhos e com familiares concentrados próximos ao local de moradia, característica mais presente entre pobres do que entre indivíduos de classe média – enquanto 5,5% das relações dos indivíduos de classe média são com vizinhos, entre os pobres os vizinhos alcançam proporcionalmente 32%, tanto de São Paulo quanto de Salvador. Contudo, os dados indicam que a distribuição das sociabilidades por esfera nas duas cidades é muito similar. Mas será que o localismo está presente em diferentes esferas da mesma forma nas duas cidades? O Gráfico a seguir apresenta essa informação.

Gráfico 1 - Proporção média de vínculos locais nas principais esferas de sociabilidade



Fonte: Entrevistas e trabalho de campo.

O Gráfico confirma que o localismo é mais forte em Salvador em todas as esferas de sociabilidade. Vizinhança se associa por definição a localismo, e conseqüentemente não há variação entre as duas cidades<sup>8</sup>. Em todas as demais esferas, a presença de localismo é maior em Salvador, mas a diferença tende a ser maior nas esferas que caracterizam sociabilidades que acontecem em ambientes organizacionais: igreja, trabalho e estudos (13, 11 e 13%, respectivamente). Portanto, em Salvador o localismo atinge com maior frequência as diferentes esferas de sociabilidade da vida dos indivíduos, mas o faz com maior intensidade nas esferas onde a homofilia potencial é menor, reduzindo ainda mais

<sup>8</sup> A proporção dos vínculos na vizinhança que são locais não é igual a 100% por duas razões. Em primeiro lugar, pois vínculos podem ser estabelecidos na vizinhança, mas se manter mesmo quando as pessoas com as quais os entrevistados se relacionam já não moram no mesmo bairro, ou vice-versa. Em segundo lugar, pois um dado contato pode morar em outro lugar, mas se relacionar com o ego no que ele reconhece como esfera da sua vizinhança. Em ambos os casos, os entrevistados reconhecem esses vínculos como participando da esfera da vizinhança.



os acessos potenciais a bens, oportunidades, informações e repertórios no caso de uma parcela significativa das redes de Salvador.

Em Castello e Marques (2011) testamos a associação do localismo com diversas dimensões sociais de interesse, como acesso ao mercado de trabalho, características relativas à sociabilidade dos indivíduos, entre outras. Os resultados apontaram para uma associação de maior localismo com a pobreza mais intensa, vínculos de trabalho mais precários e baixa consolidação dos migrantes em seus atuais locais de moradia. Em São Paulo o localismo estava associado também à sociabilidade concentrada em esferas primárias e, em Salvador, diferentemente, a pessoas mais jovens e mais segregadas. Na primeira cidade, baixo localismo está associado a sociabilidades organizacionais e na segunda está associado à sociabilidade variada. Assim, em São Paulo o localismo reforça as condições de homofilia trazidas pelos padrões primários de relação, por inserções precárias e locais no mercado de trabalho, e se reduz na presença de sociabilidade organizacional. Em Salvador, diferentemente, o localismo reforça a homofilia das redes dos mais jovens, dos inseridos precariamente no mercado e dos segregados, mas diminui frente à variabilidade da sociabilidade. Essas associações não devem ser entendidas como causais, entretanto, pois tanto localismo (um atributo) como padrões de relação e sociabilidade (redes) foram produzidos por processos de causalidade múltipla de forma associada.

## **2. Os tipos de redes e de sociabilidade em São Paulo e Salvador**

Considerando a intensa variabilidade das redes, decidimos explorar essa variação construindo duas tipologias utilizando análises de agrupamento (cluster). Essa estratégia já havia sido utilizada com sucesso em Marques (2012), indicando a presença de tipos de rede e de sociabilidade bastante distintos. A primeira classificação levou em conta medidas de redes frequentemente usadas pela análise de redes sociais. Na segunda, as redes foram classificadas de acordo com seus perfis de sociabilidade, considerando a distribuição relativa dos atores (nós) em diferentes esferas de sociabilidade: família, vizinhança, amigos, trabalho, religião, lazer e práticas associativas. Enquanto a primeira tipologia visava explorar as características estruturais centrais das redes, a segunda gerou informações sobre como elas são diferentemente mobilizadas no dia a dia.

Esta seção se inicia pela apresentação dos tipos de redes para em seguida descrever os tipos de sociabilidade. Na última parte, as duas tipologias são combinadas com o objetivo de explorar diferentes aspectos relacionais, ilustrando-os com casos atuais de São Paulo e Salvador.

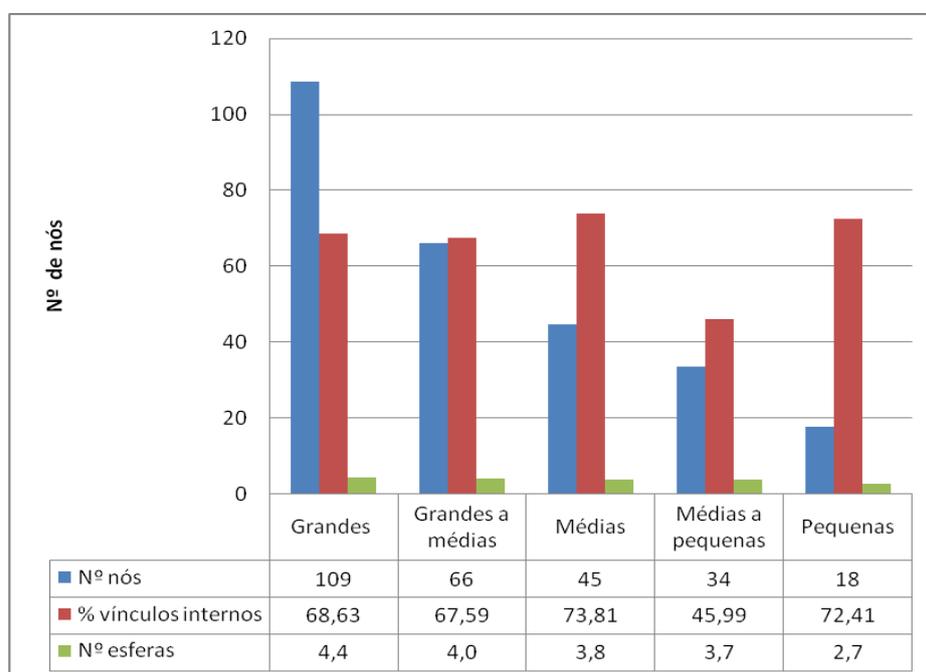
### **2.1. Tipos de redes**

Com o propósito de analisar e classificar a heterogeneidade das redes pessoais nas duas cidades, 362 redes foram submetidas à análise de cluster de diversas medidas de redes sociais: número de nós, número de vínculos, diâmetro, grau médio, centralização,



coeficiente de clusterização, E-I índices, n-clans, intermediação, informação, buracos estruturais, número de contextos e número de esferas<sup>9</sup>. A análise gerou cinco tipos de redes, que podem ser ordenados segundo o tamanho das redes – número de nós e vínculos. A variabilidade da sociabilidade – medida pelo número de esferas – cai levemente das grandes redes para as pequenas. O localismo apresentou nível similar (e alto) nos dois primeiros tipos de redes, em torno de 68%, assim como no terceiro e quinto tipos, embora ainda maior – 73%. O quarto tipo de redes, médio para pequeno, apresentou localismo muito mais baixo e possui apenas 46% de relações internas. O Gráfico n.2 apresenta essas características gerais.

Gráfico 2 - Tamanho, localismo e esferas de sociabilidade por tipo de rede



Fonte: Elaboração própria baseada na coleta de dados empíricos.

Os tipos de redes se apresentam de forma bastante similar nas duas cidades estudadas, embora com maior presença das redes maiores e menores em Salvador e das redes de médias a pequenas em São Paulo (indicados nos grupos abaixo). A seguir, os aspectos centrais de cada um dos tipos de redes são brevemente apresentados.

<sup>9</sup> Todas essas medidas foram submetidas a análise de cluster no software Spss 13.0, usando o algoritmo de K-means. Para detalhes sobre a medida, ver Wasserman e Faust (1994).



## 2.2. Tipos de sociabilidade

Além de classificar as redes pessoais de acordo com suas características estruturais, as redes foram agrupadas de acordo com a participação relativa das esferas de sociabilidade – família, vizinhança, amizade, igreja, trabalho e outras – no dia a dia dos indivíduos. Uma análise de cluster sobre os perfis de sociabilidade revelou seis grandes tipos de sociabilidade concentrados respectivamente na família, na vizinhança, nos amigos, na igreja, no trabalho ou em associações. Podemos considerar os três primeiros tipos – família, vizinhança e amigos – como primários e, potencialmente, homofílicos; já os demais – igreja, trabalho e associação – tendem a ser menos homofílicos e mais baseados na construção de vínculos dentro de ambientes organizacionais, o que pode lhes possibilitar menor homofilia, no sentido descrito por Small (2009).

A Tabela n.1, abaixo, apresenta os tipos de rede segundo esferas de sociabilidade, ressaltando as concentrações elevadas (em hachura clara) e acima da média (em hachura mais escura). Essas últimas foram consideradas como as dimensões que caracterizam cada grupo.

Tabela 1 - Tipos de sociabilidade de acordo com esferas de sociabilidade (%)

Esferas	Tipo de sociabilidade						Total
	Família	Vizinhança	Amizade	Igreja	Trabalho	Associação	
Família	64,07	28,75	37,41	33,34	31,37	34,47	40,57
Vizinhança	20,68	57,08	23,96	25,32	26,41	24,80	31,61
Amizade			26,22				5,89
Trabalho				6,16	29,05		8,05
Igreja				25,02			4,56
Associação						19,01	1,40
N. de casos	93	86	57	48	55	22	361

Fonte: Elaboração própria baseada na coleta de dados empíricos. Porcentagens abaixo de 6% foram omitidas. Células escuras possuem porcentagens acima da média e células cinza claro representam concentrações significativas, apesar de estar abaixo da média.

Como podemos ver, a presença da família e da vizinhança é alta em todos os tipos<sup>10</sup>. Contudo, apesar dessa concentração em esferas primárias, proporções importantes da sociabilidade são organizadas em outras esferas, relativas à relevância dos seis tipos de sociabilidade apresentados abaixo.

A distribuição dos tipos por cidade mostrou padrões praticamente idênticos (indicados nos grupos a seguir). As situações sociais tipicamente associadas em cada tipo de sociabilidade estão descritas abaixo.

a. Sociabilidade centrada na família: 93 casos (25,4% em São Paulo e 26,3% em Salvador).

<sup>10</sup> Este também é o caso da esfera família dentre as pessoas da classe média, como já citado.



Como apontado anteriormente, este é o tipo de sociabilidade mais comum: 25% de todas as redes pessoais analisadas aqui foram agrupadas neste tipo. De fato, existem apenas 4 indivíduos sem nenhum vínculo na esfera *família*. As redes dos indivíduos centradas na família tendem a ser menores que as demais considerando o número de esferas, nós e vínculos. Pessoas com redes centradas na família possuem idade, escolaridade e renda abaixo da média geral. Mulheres, migrantes, pessoas casadas e sem escolaridade são sobrerrepresentadas neste tipo de rede, assim como donas de casa, aposentados e pessoas desempregadas. Católicos e pessoas que não participam de associações civis são mais comuns dentre aqueles com redes centradas na família.

*b. Sociabilidade centrada na vizinhança: 86 casos (23,9% em São Paulo e 23,7% em Salvador).*

Este é o segundo tipo mais frequente de sociabilidade e apenas 23 indivíduos pobres não possuem nenhum vínculo na esfera *vizinhança*. Indivíduos com sociabilidade centrada na vizinhança apresentam idade, escolaridade e renda inferiores à média geral. As redes desse tipo de sociabilidade apresentam números de nós e vínculos superiores à média, além, é claro, de altas taxas de localismo. Diversas características demográficas – sexo, condição de migração – são similares às médias. Homens solteiros, autônomos, desempregados e pessoas que trabalham no mesmo bairro de moradia são sobrerrepresentados neste tipo de sociabilidade. A mesma condição vale para os beneficiários de programas de transferência de renda e aqueles que não participam de organizações civis.

*c. Sociabilidade centrada na amizade: 57 casos (14,8% em São Paulo e 17,1% em Salvador).*

Indivíduos com sociabilidade centrada na *amizade* representam 16% do total das redes pessoais dos pobres. Este tipo de sociabilidade é ligeiramente mais frequente em Salvador que em São Paulo. Os indivíduos que possuem este padrão de sociabilidade são os mais jovens, e apresentam melhores níveis de escolaridade e renda que a média geral. Suas redes são um pouco maiores e variadas que a média levando em consideração o número de esferas, nós e vínculos. Mulheres, não-migrantes e solteiros são sobrerrepresentados neste tipo de sociabilidade, assim como estudantes, donas de casa, funcionários públicos e aqueles que trabalham no mesmo bairro em que vivem.

*d. Sociabilidade centrada na igreja: 48 casos (13,9% em São Paulo e 12,5% em Salvador).*

Sociabilidade centrada em qualquer tipo de organização religiosa representa 13% do total dos casos. No Brasil é bem comum as pessoas afirmarem pertencer a alguma religião, mesmo quando raramente – ou nunca – freqüentam nenhum tipo de culto religioso. Mas esse tipo de sociabilidade vai além de professar culto ou frequentar templos, pois este tipo de sociabilidade evidencia pessoas que possuem um padrão sistemático de vínculos construídos no interior dos templos. Este tipo de sociabilidade é levemente mais frequente em São Paulo que em Salvador.

Indivíduos com este padrão de sociabilidade possuem idade, escolaridade e renda próximas à média geral, mas suas redes são maiores que a média quando considerados os números de esferas, nós e vínculos. Mulheres, migrantes antigos e pessoas casadas



apresentam este tipo de sociabilidade com maior freqüência. Este tipo de sociabilidade também é mais comum entre donas de casa, aposentados, pessoas com carteira assinada e aqueles que trabalham fora do bairro em que vivem. Como esperado, evangélicos que praticam sua religião semanalmente são muito mais comuns neste tipo de sociabilidade, assim como pessoas que participam em outros tipos de associações civis.

*e. Sociabilidade centrada no trabalho: 55 casos (15,3% em São Paulo e 15,1% em Salvador).*

Como descrito em seções anteriores, a maior parte dos entrevistados trabalha – independentemente do nível de proteção do trabalho – ou está procurando emprego. Contudo, uma porção pequena deles – 15% – de fato possui padrão de sociabilidade rico em pessoas com as quais trabalham. A distribuição deste padrão de sociabilidade é semelhante nas duas cidades, apesar das grandes diferenças entre os dois mercados de trabalho.

Como esperado, pessoas com sociabilidade centrada no trabalho apresentam melhores níveis de renda (o mais alto) e escolaridade, para além da idade média. Suas redes apresentam os menores níveis de localismo – menos vínculos com pessoas do mesmo bairro –, um número de esferas maior que a média, e um número de nós e vínculos similares a média geral. Homens, não migrantes e casados estão sobrerrepresentados neste tipo de sociabilidade. O mesmo vale para proprietários de pequenos comércios, empregados com carteira assinada, funcionários públicos, empregados sem carteira assinada e aqueles que trabalham fora do bairro em que vivem. Católicos não praticantes e aqueles que não participam de associações civis também estão sobrerrepresentados neste grupo.

*f. Sociabilidade centrada em práticas associativas: 22 casos (6,7% em São Paulo e 5,3% em Salvador).*

Este é o tipo de sociabilidade menos frequente, representa apenas 6% do total das redes pessoais. Vimos na seção anterior que a participação em associações (de bairro, partidos políticos ou quaisquer outras) é baixa. A existência desse tipo de sociabilidade nos indica que, embora rara, essa participação pode ser muito importante para um conjunto dos indivíduos, embora esse seja pequeno.

Indivíduos com este padrão de sociabilidade possuem médias de idade e escolaridade acima da média geral, mas rendas abaixo da média. Os números de esferas e nós estão acima da média. Homens, solteiros, aqueles que trabalham no bairro em que vivem, trabalhadores sem carteira assinada, autônomos e desempregados estão sobrerrepresentados neste tipo de sociabilidade. Como esperado, aqueles que participam de algum tipo de associação estão extremamente sobrerrepresentados neste grupo, mas o mesmo não é verdadeiro quando levada em consideração a participação em atividades religiosas.



### 2.3. Principais situações relacionais

A combinação das duas tipologias gera informações interessantes para a análise das redes dos indivíduos pobres nas duas cidades. Apesar de existirem 30 combinações possíveis (5x6), apenas algumas dessas combinações aparecem com frequência. Em particular, quatro combinações de redes e sociabilidade, contemplam 92,4% do total das redes pessoais analisadas:

- a) sociabilidade primária em redes pequenas
- b) sociabilidade primária em redes médias
- c) sociabilidade primária em redes grandes
- d) sociabilidade organizacional em redes médias.

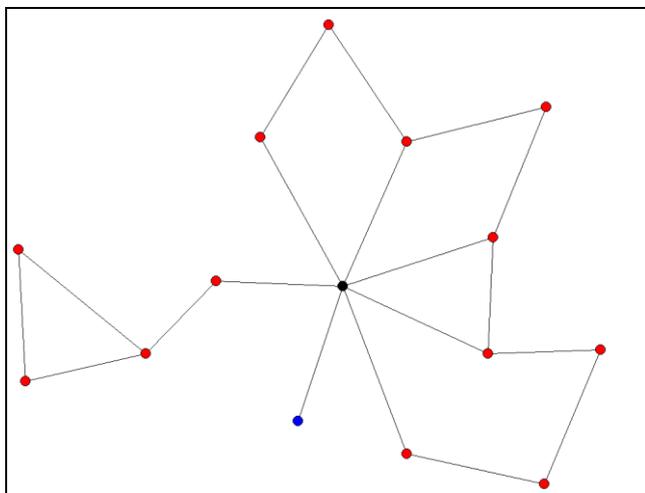
E essa evidência ganha ainda maior importância porque enquanto os três primeiros tipos – sociabilidade primária em redes pequenas, médias ou grandes – tendem a ser associados às piores condições socioeconômicas, o último tipo de situação relacional – redes médias com sociabilidade em ambientes organizacionais, tende a se associar a melhores condições e atributos sociais. Abaixo serão apresentados exemplos de São Paulo e Salvador que ilustram cada uma dessas situações relacionais.

*a) Sociabilidade primária em redes pequenas: 101 casos, 27,9%.*

O caso número 379, do Bairro da Paz, nos dá um exemplo deste padrão em Salvador. Ela tem 23 anos, é nativa de Salvador e mora neste bairro extremamente segregado desde que nasceu. Ela é casada, possui 2 filhos e está desempregada atualmente – costumava trabalhar como empregada doméstica – possui renda média domiciliar de apenas  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. Sua rede tem 14 nós, 17 vínculos e apenas 2 esferas de sociabilidade: família e vizinhança.



Figura 1 - Caso 379, Salvador

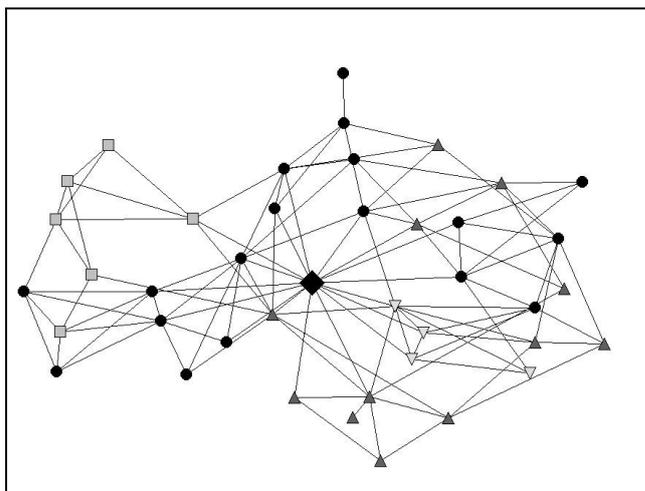


Fonte: Elaboração própria baseada na coleta de dados empíricos. Legenda: Ego em preto, família em vermelho, vizinhança em azul, trabalho em verde, igreja em amarelo, estudos em cinza, lazer em rosa, amizade em azul claro, associação em branco e outras esferas em laranja.

b) Sociabilidade primária em redes médias: 72 casos, 20,0%.

O caso 121, de Paraisópolis, é ilustrativo deste tipo de rede e sociabilidade em São Paulo. Ele é um homem de 52 anos de idade, que migrou de Alagoas há mais de 10 anos. Ele conclui apenas o ensino fundamental I e atualmente é empregado com carteira assinada como jardineiro de um condomínio de casas da classe média perto da favela em que ele vive. A sua rede possui 40 nós, 54 vínculos e 4 esferas: família, vizinhança, amizade e trabalho.

Figura 2 - Caso 121, São Paulo



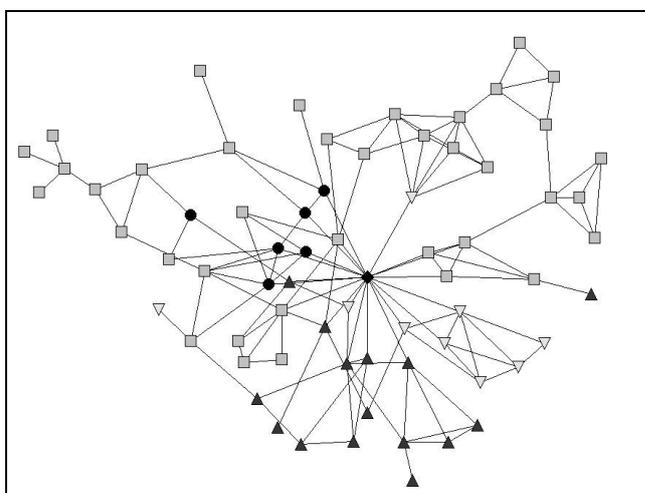
Fonte: Elaboração própria baseada na coleta de dados empíricos. Legenda: Ego em diamante preto, família em círculos pretos, vizinhança em quadrados, trabalho em triângulos para baixo, amizade em triângulos para cima.



*c) Sociabilidade primária em redes grandes: 63 casos, 17,4%.*

O caso 75, uma jovem de 13 anos que nasceu na Bahia, mas que vive em São Paulo (Vila Nova Esperança) há dois anos, é um exemplo deste tipo de situação em São Paulo. Seus parentes continuam no Nordeste e ela vive com sua irmã mais velha, ajudando-a a tomar conta de seu bebê. Ela estuda no bairro em que vive e possui muitos amigos, vários deles são de uma associação católica, embora ela afirme não pertencer a nenhuma religião. Sua rede pessoal possui 68 nós, 66 vínculos e 4 esferas: família, vizinhança, escola e igreja.

*Figura 3 - Caso 75, São Paulo*



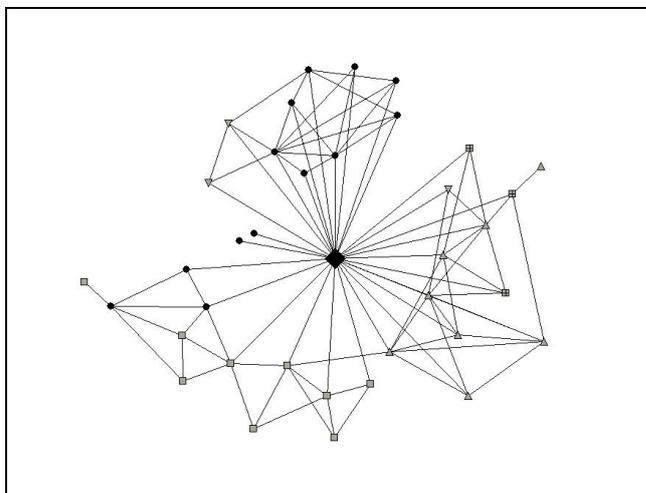
*Fonte: Elaboração própria baseada na coleta de dados empíricos. Legenda: Ego em diamante preto, família em círculos pretos, vizinhança em quadrados, trabalho em triângulos para baixo, amizade em triângulos para cima.*

*d) Sociabilidade organizacional em redes médias: 98 casos, 27,1%.*

O caso 52, do centro de São Paulo, é ilustrativo deste tipo de rede. Nativo do Estado da Bahia, ele é um jovem de 19 anos que mora nos cortiços do centro há menos de cinco anos. Ele é empregado com carteira assinada de um estacionamento perto de sua casa e gasta todo seu tempo livre em atividades de lazer fora no seu bairro, em especial jogando futebol. Sua rede possui 34 nós, 39 vínculos e 5 esferas de sociabilidade: família, vizinhança, trabalho, lazer e amizade.



Figura 4 - Caso 52, São Paulo



Fonte: Elaboração própria baseada na coleta de dados empíricos. Legenda: Ego em diamante preto, família em círculos pretos, vizinhança em quadrados, trabalho em triângulos para cima, igreja em triângulos para baixo, lazer em quadrados riscados.

### 3. À guisa de conclusão

Portanto, os resultados indicam que as redes de indivíduos em situação de pobreza tendem a ser menores, mais locais e menos variadas do que as dos indivíduos de classe média. Em termos médios, tendem a variar pouco entre São Paulo e Salvador, embora o localismo seja mais elevado na capital baiana.

Entretanto, essas mesmas redes variam intensamente no interior dos pobres de cada cidade. A investigação dessa variabilidade indicou nítidos padrões segundo as características das redes e da sociabilidade, consubstanciando situações relacionais específicas. As piores características sociais se encontram associadas a situações relacionais locais e potencialmente mais homofílicas por terem sido construídas em ambientes de elevada presença de homofilia – família, vizinhança e amigos. A presença de elevada homofilia e baixa circulação geográfica, portanto, tendem a reforçar as situações de pobreza e a reproduzir as desigualdades sociais.

### Referências bibliográficas

- Bearman R., Moody J.E, Stovel K., *Chains of Affection: the Structure of Adolescent Romantic and Sexual Networks*, «American Journal of Sociology», vol.110 (1), 2004, pp.44-91.  
Bidart C., Lavenu D., *Evolution of Personal Networks and Life Events*, «Social Networks», 27 (4), 2005, pp.359-376.



- Blokland T.E., Savage M., *Social Capital and Networked Urbanism*, Blackwell, London, Brasil, 2008.
- Briggs X., *Social Capital and Segregation in the United States*, in Varady D., *Desegregating the City*, Suny Press, Albany, 2005.
- Campbell K., Lee B., *Sources of Personal Neighbor Networks: Social Integration, Need, or Time?*, «Social Forces», vol.70 (4), 1992, pp.1077-1100.
- Castello G., Marques E., *Pobreza e localismo: Comparações entre São Paulo e Salvador*, Artigo apresentado no XXXV encontro da Anpocs, Caxambu, 2011.
- Cem, *Mapa da vulnerabilidade social da população da cidade de São Paulo*, Cem/Cebrap, Sas/Pmsp, São Paulo, 2004.
- Esping-Andersen G., *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*, Ariel, Barcelona, 2000.
- Ferrand A., *Las comunidades locales como estructuras meso*, «Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales», vol.3 (4), set-nov., 2002.
- Hedstrom P., Sandell R., Stern C., *Meso-Level Networks and the Diffusion of Social Movements*, «American Journal of Sociology», vol.106 (1), 2000, pp.145-172.
- Heinz J., Laumann E., Nelson R., Salisbury R., *Hollow Core: Private Interests in National Policy Making*, Harvard University Press, Cambridge, 1997.
- Kadushin C., *Friendship among the French Financial Elite*, «American Sociological Review», 60, 1995, pp.202-221.
- Knoke D., Pappi F., Broadbent J., Tsujinaka Y., *Comparing Policy Networks: Labor Politics in the U.S., Germany, and Japan*, Cambridge University Press, Cambridge, 1996.
- Lotta G., *Redes sociais na implementação de políticas públicas: o caso dos agentes comunitários de saúde*, Dcp/Usp, tese de doutorado, 2010.
- Marques E., Bichir R., *Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo*, Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 90, 2011.
- Marques E., *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2000.
- Marques E., *Opportunities and Deprivation in the Global South: Social Networks, Poverty and Segregation in São Paulo*, Ashgate, Londres, 2012.
- Marques E., *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*, Ed. Annablume, São Paulo, 2003.
- Marques E., Torres H., *São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social*, Ed. Senac, São Paulo, 2005.
- Mische A., *Partisan Publics*, Princeton University Press, Princeton, 2008.
- Mizruchi M., Schwartz M., *Intercorporate Relations: the Structural Analysis of Buiness*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- Pavez T., *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual*, Fflch, Usp, Departamento de ciência política, Dissertação de mestrado, 2006.
- Sako M., Murie A. (org.), *The Spatial Dimensions of Urban Social Exclusion and Integration*, Amsterdam, www.frw.uva.nl/ame/urbex, 2002.



- Small M., *Racial Differences in Networks: Do Neighborhood Conditions Matter?*, «Social Science Quarterly», vol.88 (2), 2007.
- Small M., *Unanticipated Gains: Origins of Network Inequality in Everyday Life*, Oxford University Press, Oxford, 2009.
- Soares R., *Estado, segregação e desigualdade. Um estudo sobre o impacto das políticas de habitação a partir das redes sociais da favela Guinle*, Fflch, Usp, Departamento de ciência política, Dissertação de mestrado, Guarulhos, 2009.
- Wasseman S., Faust K., *Social Network Analysis: Methods and Applications*, Cambridge University Press, Cambridge, 1994.
- Wilson W., *The Truly Disadvantage: the Inner City, The Underclass and Public Policy*, University Chicago Press, Chicago, 1987.



## Un análisis sociológico del multiculturalismo cubano entre ajiaco y diversidad. Aproximación histórica a los problemas del reconocimiento y de la raza

Tristano Volpato\*

### Índice

*Introducción; 1. Azúcar y mestizaje: causa y efecto del 'ingenio' cubano; 2. La raza y la nación: el contexto histórico de los siglos XIX y XX; 3. ¿Hacia una nueva perspectiva multicultural cubana?*

### Palabras clave

*Homogeneidad, diversidad, raza, identidad*

*Cultural patrimonies are not definable by race...  
(Teodoro Díaz<sup>1</sup>)*

### Introducción

El multiculturalismo<sup>2</sup>, entendido como un método institucional de organización, reconocimiento, representación y respeto de la diversidad, encarna una definición académica aceptada universalmente por los teóricos políticos<sup>3</sup>.

A pesar de ello, si las instituciones que deberían encargarse del “acomodo”<sup>4</sup> de las minorías nacionales obvian la importancia imprescindible del respeto activo que

---

\* Universidad nacional autónoma de México (Unam).

<sup>1</sup> T. Díaz Fabelo, *Olorun*, Departamento de folklore del teatro nacional de Cuba, La Habana, 1960.

<sup>2</sup> La metáfora del *ajiaco* hace ecos a Fernando Ortiz y explica la fusión de los elementos culturales cubanos que, como por los ingredientes que componen este alimento isleño, se entremezclan y, sin obviar las particularidades relativas de sus partes, permiten un cierto grado de homogeneidad cultural. Cfr. F. Ortiz, *Contrapunteo cubano del tabaco y del azúcar*, Consejo nacional de cultura, La Habana, 1963 y A. Prats García, F.J. Alfonso López, *La sabrosa aventura del ajiaco cubano*, en «Catauro. Revista Cubana de Antropología», Fundación Fernando Ortiz, La Habana, año 4, n.7, 2003, pp.133-141.

<sup>3</sup> W. Kymlicka (cur.), *Language Rights and Political Theory*, Oxford University Press, New York, 2007; W. Kymlicka, *Multicultural Odysseys: Navigating the New International Politics of Diversity*, Oxford University Press, New York, 2007; M.E. Spencer, *Multiculturalism, 'Political Correctness', and the Politics of Identity*, en «Sociological Forum», vol.9, n.4, Special issue, *Multiculturalism and Diversity*, Diciembre 1994, pp.547-567 (<http://www.jstor.org/stable/685001>).

<sup>4</sup> J.K. Cowan, *Culture and Rights after Culture and Rights*, en «American Anthropologist», vol.108, n.1, Marzo 2006, pp.9-24.



subyace a mencionada dinámica, los grupos culturales involucrados no solamente se vuelven empíricamente invisibles a los ojos de un Estado que pretende homogeneizar las necesidades y las demandas específicas de sus ciudadanos.

Por otra parte, las minorías no pueden garantizar ni la creación, ni la perduración en el tiempo, de un cierto tipo de identidad colectiva, basada en las raíces ancestrales de la cultura local, o bien, construida *ex novo*, a causa de un proceso sincrético de modificación de los *habitus*.

Dicha dinámica no solamente contribuye a limitar el proceso de reconocimiento cultural que, debido a necesidades básicas a menudo insatisfechas, obliga a los miembros de dichas minorías a buscar otras formas de impulsar sus economías individuales y colectivas; también relega el auto reconocimiento identitario a una forma espuria de representación cultural totalmente soslayada.

En este contexto Cuba representa el caso más claro tanto del olvido institucional como del rechazo de la diversidad, entendida en términos multiculturales clásicos. Justificando por contraste el uso demográfico del significado del concepto de *multiculturalismo* que, en estos términos, se refiere exclusivamente a un alto nivel de diversificación étnica o racial, y que implica un cierto grado de intervención estatal dirigida a suportar dichos grupos en cuanto a necesidades y representación<sup>5</sup>.

Desde esta perspectiva, el Estado cubano hace caso omiso de la diversidad cultural, racial y étnica que sí es parte del universo simbólico nacional y a través del cual la ideología política local se alimenta. Así, el mismo parece inclinarse más por la representatividad política del régimen, que por las necesidades que las minorías locales demuestran.

El Estado olvida entonces, tanto la forma potencial según la cual los ciudadanos podrían auto adscribirse a la definición de cubanos, es decir, contribuir a la creación de un cierto grado de identidad nacional basada en la homogeneidad ideológica que esto implica (sin olvidar las particularidades relativas de los micro universos simbólicos locales), como la necesidad de garantizar una respuesta institucional, suficientemente eficaz para ofrecer el reconocimiento de grupo, requerida por la definición multicultural clásica. Hecho que no solamente invalida la afirmación de que Cuba no representa un Estado multicultural caracterizado por el pluralismo que implica dicha definición, sino que por otra parte, impone pensar en la Isla como a un caso atípico de multiculturalidad, construido a partir del contraste sociocultural que persiste localmente.

Con el objetivo de explicar las causas de la falta de atención institucional por la cual se caracteriza el Estado cubano y el mestizaje que caracteriza la cultura local actual, afrontamos el tema desde una perspectiva histórica, organizada en dos momentos complementarios. Por un lado, se reconstruye la dinámica del despegue azucarero, desdibujando una imagen compleja de la trayectoria colonial de la trata y haciendo hincapié en los efectos poblacionales que tuvo la presencia esclava en la Isla, en cuanto a mestizaje racial y sincretismo cultural. En este caso se analizan las causas del incremento de demanda azucarera, como el estallido de la revolución haitiana de 1791, la mejora tecnológica que sufrió el trapiche para garantizar la competencia internacional del mercado cubano, y los

---

<sup>5</sup> K. Banting, W. Kymlicka, *Multiculturalism and Welfare*, en «Dissent», 50, n.4, Fall 2003, pp.59-66.



efectos en cuanto a cantidad de población africana y mezcla que, el ingenio impulsó durante todos los siglos de producción isleña. Por el otro, se estudian los efectos sociales de la empresa azucarera cubana sobre la respuesta clasista del Estado, relacionada específicamente con la idea de raza. Haciendo referencia a las dinámicas de exclusión social y de estigma, demostramos así que la “solución definitiva” representada por la revolución cubana, y construida a partir del principio martiano del *aequitate omnes*, originalmente pensado en beneficio de la equidad, de la igualdad y de la justicia compartida, ha sido empleado (y lo es actualmente) para una homogeneización ficticia de la diversidad cultural que más allá de obviar los principios democráticos-liberales del multiculturalismo clásico (cuya demostración representaría, para el caso cubano, una tautología *a priori*) nos permite plantear las bases teóricas para la demostración de que Cuba encarna el ejemplo de un contexto sociocultural exclusivo, limitado solamente por una acción institucional que parece perseguir la anulación de la identidad de su pueblo, más que el atesoramiento derivado potencialmente de su valoración explícita.

En este sentido, no pretendemos leer al caso cubano en términos neoliberales, buscando la imposición de ciertas reglas de comportamiento institucional totalmente ausentes en el contexto analizado. Al contrario, el intento académico que con estas páginas se hace explícito, razona acerca del reconocimiento de la diversidad, de su aceptación y de la valoración de dichos nuevos parámetros socioculturales nacionales, en cuanto elementos humanos, antes que políticos, abocados a demostrar una cierta voluntad de apertura, de integración y de cambio<sup>6</sup>.

Los objetivos del texto son dos: presentar las dinámicas históricas de construcción de la diversidad racial y sus causas, y crear un antecedente teórico potencial para el desarrollo futuro de una reflexión multicultural cubana basada, no solamente sobre las inferencias resultantes de una reflexión académica dirigida a concretar un proceso de legitimización *de facto* de la diversidad cultural local, sino también a partir de una demostración concreta, tanto de su existencia, como de su manifestación más empírica en el contexto cubano actual<sup>7</sup>.

## 1. Azúcar y mestizaje: causa y efecto del ‘ingenio’ cubano

Para comprender el fenómeno multicultural isleño, el estudio del mercado esclavista representa un elemento analítico imprescindible desde dos puntos de vista.

---

<sup>6</sup> C. Gros, *América Latina: ¿identidad o mestizaje? La nación en juego*, en «Desacatos», n.10, Otoño-Invierno 2002, pp.127-147.

<sup>7</sup> El proyecto *El debate multicultural cubano. Un análisis sociológico del fenómeno isleño entre ajiaco y diversidad* representa una investigación organizada en dos partes. La primera es un análisis histórico que se acerca a las causas de la composición multicultural de la población cubana actual. La segunda, que será publicada sucesivamente, demuestra empíricamente la presencia de la diversidad, presentando tanto los grupos culturales locales como sus características específicas.



Por una parte la trata implicó una fuerza de trabajo no retribuida que garantizaba el resurgimiento político-económico de Europa (lo cual impulsaba el mantenimiento y, en el caso cubano, el incremento de las actividades de extracción e importación africana).

Por la otra, impuso una dinámica sociocultural tan estricta que logró modificar mentalidad, usos y costumbres de los isleños instituyendo las bases históricas del imaginario colectivo cubano actual.

Por lo que concierne a lo primero, el tráfico de los africanos que venían trasladados desde los cañaverales de las islas Canarias y Azoras hacia las más floridas plantaciones caribeñas representaba un negocio que garantizaba a los comerciantes una posición socioeconómica de prestigio.

Por el otro lado, la llegada europea a la Isla fue el detonante histórico que dictó las reglas del nuevo contexto social hacia el cual Cuba se fue dirigiendo a través de los siglos. En su consecuencia, el despojamiento cultural que derivó de dicha relación obtuvo una resonancia decisiva en la constitución de una sociedad renovada y generada *ex novo*, caracterizada por un tipo de reconocimiento mutuo (no institucionalizado) que – en Cuba – fue entendido como el detonante cultural para la construcción de una idea de nación socialmente homogénea, y cuyo nacimiento dependió históricamente del fenómeno de mestizaje ubicado entre los siglos XVII y XVIII. Pues, aunque las primeras llegadas de los negros a la Isla se remiten al 1518, año que representa «la referencia documental más antigua sobre un cargamento de negros africanos transportados a América, directamente desde África»<sup>8</sup>, el momento de auge en la producción azucarera y el consecuente momento de mayor mezcla cultural de Cuba se colocan alrededor de los comienzos del siglo XVIII<sup>9</sup> y se distribuyen en tres momentos fundamentales de la historia de la Isla: el “despegue azucarero”, entendido como el elemento coyuntural para el acercamiento entre blanco y negro durante la época colonial; el desarrollo tecnológico del ingenio, como consecuencia de la revolución haitiana de 1791; la abolición de la trata de esclavos seguida a las dos guerras de independencia de finales del siglo XIX.

La importancia que cobra el desarrollo de la producción de azúcar dentro del periodo que comprende los finales del siglo XVII y los comienzos del XVIII se justifica por dos motivos. En primer lugar porque «desde el siglo XVII el azúcar pasó a ser el primer producto básico mundial: es decir la mercancía que ocupaba el primer lugar en importancia sobre la base del valor total de las transacciones del comercio internacional»<sup>10</sup>; en segunda instancia por el significado que dicha actividad comercial

---

<sup>8</sup> M. Moreno Fragnals, *Aportes culturales y deculturación*, en M. Moreno Fragnals (cur.), *África en América Latina*, Siglo XXI, México, 1977, p.13. En Cuba, la presencia africana remonta al 1510. Sin embargo, Moreno Fragnals ubica las primeras llegadas oficiales de negros esclavos en el año 1521, específicamente provenientes de la Costa de Oro (hoy Ghana) y desde algunos de los Países del Golfo de África y centroafricanos como Benín, Togo, Camerún, Sierra Leona, Liberia, Nigeria y Angola. Sucesivamente se dará explicación a lo mencionado.

<sup>9</sup> M. Moreno Fragnals, *Aportes culturales...*, *ob. cit.*

<sup>10</sup> M. Moreno Fragnals, *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar*, Comisión nacional cubana de la Unesco, La Habana, 1978, p.2; cfr. además B.H. Pollitt, *The Rise and Fall of the*



tuvo en la constitución de una nueva forma de convivencia racial entre europeos blancos y africanos negros.

Por lo que concierne al desarrollo tecnológico y a la implementación del mismo para la extracción y la refinación del azúcar, la necesidad de «un gran volumen de mano de obra esclava»<sup>11</sup> representaba el elemento determinante para el despegue de la industria cubana en el mercado libre de la época; es decir que «el desarrollo dependía... [directamente]... del comercio de negros»<sup>12</sup>. En este sentido, a pesar de que el africano subsahariano representara el último eslabón de la estructura social colonial de la época y encarnara *in primis* la relación jerárquica que el español imponía sobre sus mercancías, su presencia en el territorio cubano era imprescindible.

De esa manera las mejoras aportadas al trapiche hacia la implementación del ingenio propiamente dicho no solamente facilitaron el cambio económico cubano, especialmente durante el siglo XVIII<sup>13</sup>. Las nuevas tecnologías y el sensible incremento en la cantidad de azúcar producida representaron además el motivo determinante para la división social (y al mismo tiempo para la mezcla racial) que empezó a caracterizar la sociedad cubana de la época<sup>14</sup>.

Así, conjuntamente a la mejora del proceso productivo de los ingenios, incrementó el contacto entre los esclavos y sus amos, subordinando el africano a la nueva clase criolla (lo cual justificaba el uso instrumental del negro en cuanto herramienta de trabajo destinada a una mejora cultural alcanzada «a través de medios indirectos y graduales»<sup>15</sup>), abonando el terreno sociocultural del trapiche para el abandono parcial de las tradiciones africanas ancestrales, e impulsando el fenómeno de transculturación tan decantado por Ortiz<sup>16</sup>. Dinámica que obligó a una nueva organización comunitaria de los africanos («las grandes concentraciones esclavas jamás se integraron de una misma etnia»<sup>17</sup>) y a la creación de un cierto proceso de reproducción normativa de grupo que

---

*Cuban Sugar Economy*, «Journal of Latin American Studies», vol.36, n.2, Mayo 2004, pp.319-348 (<http://www.jstor.org/stable/3875618>).

<sup>11</sup> M. Moreno Fragnals, *El ingenio...*, *ob. cit.*, p.18.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> La producción de azúcar mundial y la innovación tecnológica correspondiente se ubica, según Galloway, entre 1500 y 1800. Cuba se quedó tradicional, en cuanto a métodos de producción, hasta la mitad del siglo XVIII, específicamente a causa de un fuerte incremento de demanda a nivel internacional. Por otra parte, la revolución haitiana impulsó los productores locales a incrementar la productividad de los trapiches, exonerando Cuba de la competencia industrial que representaba el monopolio de La Española. Cfr. J.H. Galloway, *Tradition and Innovation in the American Sugar Industry, c. 1500-1800: An Explanation*, en «Annals of the Association of American Geographers», vol.75, n.3, Septiembre 1985, pp.334-351, p.338 (<http://www.jstor.org/stable/2562638>).

<sup>14</sup> R. Guerra, *Azúcar y población en las Antillas*, Ciencias Sociales, La Habana, 1970.

<sup>15</sup> M. Moreno Fragnals, *El ingenio...*, *ob. cit.*, p.53.

<sup>16</sup> M. Barnet, *Palabras de inauguración de la conferencia internacional Fernando Ortiz: transculturación, vanguardia y diversidad cultural*, en «Catauro. Revista Cubana de Antropología», Fundación Fernando Ortiz, La Habana, año 1, n.1, 2000, p.46; F. Ortiz, *Contrapunteo cubano...*, *ob. cit.*

<sup>17</sup> M. Moreno Fragnals, *Aportes culturales...*, *ob. cit.*, p.16.



en la literatura cubana contemporánea será definida como un conjunto de tradiciones y usos comunitarios destinados a la creación de un cierto tipo de cultura de defensa<sup>18</sup>.

Por otra parte, y por lo que corresponde a la mezcla racial y a la diversificación cultural a ella relacionada, la referencia es a los comienzos del siglo XVI, cuando con los primeros contingentes humanos llegados a Cuba se empezó a detectar la existencia de algunos de los ladinos que se habían radicado en España durante los siglos de dominación mora de Andalucía<sup>19</sup>.

Dicha dinámica empezó a combinar los factores sociales de las clases dominantes de la época con la visión expansionista europea del conquistador y jugó un papel fundamental en cuanto al cambio de mentalidad isleña y a la imposición de un estigma racial socialmente definido que, por lo que concierne a los periodos que abarcan los siglos XVII y los últimos años del XVIII, llevó el fenómeno de la raza cubana hacia su más explícita manifestación jerárquica.

El primer empadronamiento cubano de 1774 ejemplifica lo mencionado, y propone una clasificación de la población cubana de la época por características estéticas y condición social, tipificando “los encuestados” bien por cantidad, o bien en base al estatus social y al color (“blanco”, “de color”, “negro”, “negro y mulato”). En el caso de la categoría “blancos” aparece solamente el número de las personas registradas como pertenecientes al grupo; en el de las categorías “gente de color”, “negros” o “negros y mulatos” aparece además una especificación acerca de la posición social de los africanos en base a las categorías “libre” o “esclavo”<sup>20</sup>.

Ahora bien, hasta 1774-1775, los sectores blancos constituían la mayoría en el ya muy diverso panorama etnorracial de la Isla. Sin embargo, el inusitado incremento de los esclavos, sobre todo en el periodo de mayor florecimiento de la industria azucarera, produjo serios cambios en la estructura de la población, representando los esclavos, ya en 1792, el 31,06% del total de habitantes de la Isla. Si a ello se le suma la población “libre de color” (negra y mestiza), permisión extraordinaria concedida a los esclavos por parte de sus amos, se tiene una clara idea de la franca ventaja de estos sectores con relación a los blancos.

Tal desequilibrio se mantendría, con las variaciones propias de cada período, hasta mediados del siglo, cuando los esclavos, según el censo de 1846, llegaron a ser el 40,73% y los “libres de color” el 15,11%<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> F. Ortiz, *Los bailes y el teatro de los negros en el folklore de Cuba*, Letras cubanas, La Habana, 1951.

<sup>19</sup> Sobre el tema Rafael López Valdés sostiene que «los primeros negros llegaron a la Española y a Puerto Rico, desde comienzos del siglo XVI, pero no procedían de África, sino de España, donde habían nacido en cautiverio o eran de condición libre. Fueron llamados negros ladinos, término este que se aplicó a cualesquiera extranjeros radicado en la península que pudieran expresarse en castellano». R. López Valdés, *Los africanos de Cuba*, Centro de estudios avanzados de Puerto Rico y el Caribe con la colaboración del Instituto de cultura puertorriqueña, San Juan de Puerto Rico, 2000, p.32.

<sup>20</sup> T. Hugh, *Cuba, la lucha por la libertad, 1958-1970*, Grijalbo, Barcelona-México, 1974, vol.I, p.95.

<sup>21</sup> Acerca de la composición de la población cubana, expresada en números absolutos, densidad, condición social y color, o para las estadísticas organizadas por raza y clase, y expresadas en porcentajes sobre el total de la población encuestada, entre 1774 y 1862, se remite a R. de la Sagra, *Historia económico-política y estadística de la Isla de Cuba, o sea, de sus progresos en la población, la*



La mezcla racial que subyace a mencionada clasificación no solamente no representó ser una limitante cultural en la sociedad cubana del momento; en su contrario, dicha práctica tomó el semblante de una suerte de blanqueamiento racial institucionalizado que, favorecido por la introducción del ingenio en la dinámica productiva del tiempo, propició el nacimiento del mulato, «... esa nueva categoría individual de la sociedad... [que funcionó]... como símbolo vivo de la fusión de dos razas, la blanca y la negra»<sup>22</sup>. Un símbolo que en los siglos se tradujo no solamente en una mera fusión racial destinada a acrecentar la diversificación estética del criollo, sino también que fue dirigida a alimentar una suerte de interrelación cultural construida tanto sobre la base de un proceso de deculturación mutua, como a partir de lo que Ortiz definirá un «fenómeno de transculturación» institucionalizado.

De esa forma, la presencia conjunta de blancos y negros, y el incremento de población local debido a la dinámica de “blanqueamiento”, impulsó la mezcla racial entre africanos y criollos, y dio vida a una nueva dinámica social matrimonial inter racial reconocida por las clases dominantes como socialmente apreciable, y económicamente conveniente<sup>23</sup>.

El ingenio representó así el detonante social para que el azúcar empezara a impulsar el nacimiento de una nueva relación racial que alcanzó su auge solamente después del año 1791, momento crucial tanto para la economía del País como para el desarrollo de dinámicas sociales que determinaron el nacimiento de estándares culturales que, en la actualidad, caracterizan parte de la identidad nacional isleña<sup>24</sup>.

Entonces, a pesar de que «hacia el 1760 Cuba... [fuera]... un discreto productor azucarero, sin peso decisivo en los mercados europeos... [y que]... en azúcar y negros la supera[ra]n 6 de las pequeñas Antillas y, lógicamente, su posición... [fuera]... aún más lejana de Brasil, Jamaica y Haití»<sup>25</sup> (que durante gran parte del siglo XVIII será la primera productora de azúcar mundial), el surgimiento de la revolución haitiana del

*agricultura, el comercio y las rentas*, Imprenta de las Viudas de Arazoza y Soler, La Habana, 1831; Comisión de estadísticas, *Cuadro estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba correspondiente al año 1827*, Viudas de Arazoza, La Habana, 1829; Comisión de estadísticas, *Cuadro estadístico de la Isla de Cuba correspondiente al año 1846*, Imprenta del Gobierno y Capitán general, La Habana, 1847; C. Armíldez de Toledo, *Noticias de estadística de la Isla de Cuba*, Imprenta del Gobierno, La Habana, 1864.

<sup>22</sup> M. Barnet, *La cultura que generó el mundo del azúcar*, en L.M. Martínez Montiel (coord.), *Presencia africana en el Caribe*, Consejo nacional para la cultura y las artes, México, 1995, p.166.

<sup>23</sup> M. de los A. Meriño Fuentes, A. Perera Díaz, *Matrimonio y familia en el ingenio, una utopía posible. Cuba (1825-1886)*, «Caribbean Studies», vol.34, n.1, Enero-Junio 2006, pp.201-237 (<http://www.jstor.org/stable/25613515>).

<sup>24</sup> La dinámica de blanqueamiento y la imposición del mestizaje racial se tratan en A. De la Fuente, *Una nación para todos. Raza, desigualdad y política en Cuba 1900-2000*, Colibrí, Madrid, 2000. Sin embargo tanto para una explicación exhaustiva de los elementos históricos que justifican la afirmación según la cual el ingenio fungió de detonante para el mestizaje racial cubano, como para la definición de los conceptos clave de mestizaje, color (como categoría social de clasificación humana) y jerarquización racial, se remite al documento de trabajo de Ciesas-Ird-Icanh, *Relaciones raciales en Cuba: aportes empíricos y nuevas interpretaciones*, desarrollado en el marco del Proyecto Idymov del Institut de recherche pour le développement, Octubre 2006 (<http://www.ird.fr/afrodesc/spip.php?article335>).

<sup>25</sup> M. Moreno Fragnals, *El ingenio...*, *ob. cit.*, p.39.



1791 y la consecuente ruina económica del País (que provocó «la más extraordinaria alza de precios azucareros de la historia»<sup>26</sup>) abonaron el terrero económico del trapiche para que la Isla empezara a ocupar un lugar de actor privilegiado dentro de la industria azucarera del momento.

Conjuntamente al incremento tecnológico – estimulado por la inserción de nuevas maquinarias y formas de refinación del azúcar por parte de los franceses que, huyendo de la revolución haitiana, llegaron a los litorales cubanos orientales – y al consecuente aumento en la producción azucarera, se volvió explícita la necesidad de un mayor número de mano de obra esclava. Dinámica que impuso a Cuba la migración involuntaria de una cantidad variable de nuevos africanos destinados al trabajo<sup>27</sup>.

En ese momento, el ingenio sufrió una considerable ampliación y llegó a cubrir una superficie de tierra «superior a 30 caballerías... [con una]... dotación de esclavos... [de]... 450... a 500»<sup>28</sup> con un promedio de trescientos.

Dicha nueva tecnología garantizó la expansión azucarera cubana más importante, cuantificada por Moreno Fragnals en base a «simples medias aritméticas obtenidas dividiendo la producción total en el año y zona de referencia y el número de ingenios que molieron»<sup>29</sup>, y ubicada históricamente entre 1792 y 1860<sup>30</sup>. Datos que muestran una diferencia importante entre la cantidad de azúcar registrada desde 1792 hasta 1804 y 1860 y que corresponden respectivamente a 58, 127 y 1,176 toneladas de producto, calculadas con “fuerza motriz animal” e “ingenio mecanizado”, para el último caso<sup>31</sup>.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p.57.

<sup>27</sup> Según la información propuesta por Moreno Fragnals, la trata de negros se divide, entre los siglos XVIII y XIX, en dos momentos específicos: el primero abarca los años entre 1792-1820 y toma nombre de mercado “legal de brazos negros”; el segundo, ilegal, cubre el periodo entre 1821 y 1850. En el primer caso, el autor se refiere a un total de 60.368 negros desembarcados en Cuba entre 1809 y 1817. En el segundo, específicamente entre 1836 y 1850, corresponde a 107.346 esclavos importados ilegalmente. Solo en consecuencia de la sublevación negra de 1840 los productores cubanos de azúcar redujeron sensiblemente el flujo internacional de esclavos africanos (en la obra de Moreno Fragnals entre el 1846 y 1850 el número de bozales es de 16.519) y empezaron la trata de *culíes*, originarios del sureste de China. Cfr. M. Moreno Fragnals, *El ingenio...*, *ob. cit.*, p.263, 272.

<sup>28</sup> J. Pérez de La Riva, *El barracón y otros ensayos*, Ciencias Sociales, La Habana, 1975, p.16.

<sup>29</sup> M. Moreno Fragnals, *El ingenio...*, *ob. cit.*, p.171.

<sup>30</sup> Para obtener mayores informaciones acerca de la distribución por jurisdicción de los ingenios entre 1827, 1846 y 1860 se remite a la consulta de Comisión de estadísticas, *Cuadro estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba, correspondiente a 1827*, Viudas de Arazosa, Habana, 1829; Comisión de estadísticas, *Cuadro estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba, correspondiente a 1846*, Imprenta del Gobierno y Capitán general, Habana, 1847; C. Rebello, *Estados relativos de la producción azucarera de la Isla de Cuba*, La Habana, Octubre, 1860.

<sup>31</sup> Las innovaciones tecnológicas fueron numerosas. Entre ellas, además del ingenio a vapor o la mecanización del trapiche, se destaca el ferrocarril, conocido en Cuba en el año 1837, solamente siete años después del de Estados Unidos y doce en relación a la primera vía férrea pública del mundo, la línea Stockton-Darlington, en el Noreste de Inglaterra, dirigida por George Stephenson, e inaugurada en 1825; cfr. además P.D. Curtin, *The Rise And Fall of the Plantation Complex*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990, pp.196-197; P.M. Fontaine, *Research in the Political Economy of Afro-Latin America*, «Latin American Research Review», vol.15, n.2, 1980, pp.111-141; M. Moreno Fragnals, *Plantations in the Caribbean, Cuba, Puerto Rico, and the Dominican Republic in the late Nineteenth Century*, en M. Moreno



Mencionada dinámica impuso mantener inalteradas las actividades relacionadas con el mercado de esclavos “de barracón” y “domésticos” y, desde 1840, de chinos culíes<sup>32</sup>.

El gran número de esclavos y la cercanía de los mismos con sus amos impusieron finalmente la mezcla y crearon la base sociopolítica (concretada en tiempos mucho más recientes) para la formación de una nueva mentalidad criolla y la determinación de los términos culturales de aceptación de la diversidad y de la raza<sup>33</sup>.

## 2. La raza y la nación: el contexto histórico de los siglos XIX y XX

El proceso de construcción de la Nación cubana inicia con los acontecimientos de la *guerra de los diez años* y se extiende hasta el nacimiento de la República de Cuba.

Durante ese lapso de tiempo se determinará no solamente el comienzo de una nueva época para la Isla sino también para aquellos actores que hasta ese momento habían ocupado las posiciones más discriminadas dentro de la sociedad cubana del tiempo, el negro y el mulato.

En la noche entre el 9 y el 10 de octubre de 1868, en el ingenio *La Demajagua* – en donde Carlos Manuel de Céspedes dio a conocer, en el *Manifiesto de la junta revolucionaria de la Isla de Cuba*, las ideas y los fines del movimiento revolucionario que buscaba la independencia de la Isla y la igualdad de todos los hombres<sup>34</sup> – tuvo inicio la *guerra de los diez años*, enfrentamiento gracias al cual todos los cubanos destacados, tanto en el proceso de construcción nacional como por lo que concierne a la separación cubana de la Corona de España, hubieran podido obtener «un lugar dentro de los héroes fundadores de la patria»<sup>35</sup>. Esto es, implicando que «blancos, negros y mestizos debían luchar juntos contra España»<sup>36</sup>, para las clases sociales menos aventajadas la guerra representaba la oportunidad de obtener un reconocimiento social suficiente para que la diferencia racial figurara solamente como un símbolo de la expresión cultural múltiple de la Nación, obviando su significado intrínseco en cuanto

---

Fraginals, F. Moya Pons, S.L. Engerman (edit.), *Between Slavery and Freedom: the Spanish-Speaking Caribbean in the Nineteenth Century*, Baltimore, 1985, pp.3-21; S.W. Mintz, *Foreword*, en R. Guerra y Sanchez, *Sugar and Society in the Caribbean: an Economic History of Cuban Agriculture*, Yale University Press, New Haven, 1964, pp.XI-XLIV; B.W. Higman, *The Sugar Revolution*, «The Economic History Review», New Series, vol.53, n.2, Mayo 2000, pp.213-236 (<http://www.jstor.org/stable/2598696>); B.H. Pollitt, *The Rise and Fall...*, *ob. cit.*

<sup>32</sup> J. Pérez de la Riva, *El barracón...*, *ob. cit.*

<sup>33</sup> La posición de Mörner, acerca de la dinámica de mestizaje creada por la economía azucarera caribeña, es ampliamente trabajada en sus obras: M. Mörner, *Race Mixture in the History of Latin America*, Little, Brown and Co., Boston, 1967; M. Mörner, *Economic Factors and Stratification in Colonial Spanish America with Special Regard to Elites*, en «The Hispanic American Historical Review», vol.63, n.2, Mayo 1983, pp.335-369 (<http://www.jstor.org/stable/2514712>).

<sup>34</sup> *Manifiesto de la junta revolucionaria de la isla de Cuba*, Apéndice XII, p.621.

<sup>35</sup> V.C. Bobes, *Identidad nacional vs. Identidad étnica: lo racial como una dimensión de la desigualdad*, Ponencia presentada al congreso de Lasa, Montreal, Septiembre 2007, p.7.

<sup>36</sup> E. Morales Domínguez, *Cuba: color de la piel, nación, identidad y cultura: ¿un dilema contemporáneo?*, Ponencia presentada al congreso de Lasa, Montreal, Septiembre 2007, p.3.



parámetro distintivo entre los grupos. «Para el imaginario cubano el espacio de los ‘hombres ilustres’ comenza[ba así]... a hacerse también policromo»<sup>37</sup> y prefiguraba el nacimiento de una nueva identidad nacional no solamente para los cubanos frente a los peninsulares sino también para la regeneración de la relación entre blanco y negro. Situación que fue propiciada no solamente por las luchas para la independencia sino también gracias a los decretos de abolición de la esclavitud por parte de la República en armas en 1870 y por parte de la Corona de España<sup>38</sup> en 1886 y, tres años más tarde, gracias a la participación negra y mulata entre las filas del ejército libertador. Propiciando así el alba de una nueva, aunque incierta, perspectiva social para la cristalización nacional cubana<sup>39</sup>.

Por contraste, la segunda guerra de independencia fue el evento histórico que creó las bases sociales para la homogeneización cultural que, en tiempos más recientes, De la Fuente ha elegido definir con el término de *mestizaje nacional*<sup>40</sup>. Concepto que asume hoy un significado dicotómico. Por una parte simboliza la defensa cultural que las minorías nacionales demuestran en la cotidianidad. Por la otra representa la suma de sincretismos culturales y raciales (que incluyen características religiosas, idiomáticas, musicales, artísticas) resultantes de la experiencia de compartir una condición común de dificultad y esperanza durante las guerras y abocadas a la creación de una Nación cubana *super partes*, una suerte de «estado de la población, un sentimiento común a todas las clases sociales y a la mayoría de la población»<sup>41</sup> basado sobre el respeto de los derechos naturales del hombre, garantizados en cuanto característica afirmativa de su dignidad ciudadana.

De esa forma, no solamente no es posible separar tajantemente las ideas de raza, cultura y clase, en el imaginario sociocultural cubano, sino que por contraste, a menudo los conceptos se traslapan, confundiendo la posición social con un cierto derecho de ubicación estructural sociocultural, y predisponiéndose a definir a la Nación cubana como un conjunto cultural homogéneo separado sólo idealmente por la diversidad estética, la referencia simbólica tradicional que los fenotipos correspondientes a ciertos grupos culturales implican, y la dinámica estrictamente subjetiva de auto percepción identitaria<sup>42</sup>.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

<sup>38</sup> Aunque la primera guerra de independencia y la abolición de la esclavitud fueron determinantes para el cambio ideológico y cultural de Cuba, la implementación institucional de los principios democráticos y liberales sobre los cuales originalmente se basaba la propuesta política del *Manifiesto*, nunca se concretó empíricamente, y en su contrario dicha propuesta «originó una serie de conflictos dentro de los propios insurgentes, retrasando el decreto de abolición de la esclavitud por parte de la República en armas hasta 1870»; V.C. Bobes, *Identidad nacional...*, *ob. cit.*, p.45.

<sup>39</sup> En cuanto a participación del negro y del mulato en el ejército libertador, Serviat presenta un listado de 17 jefes mambises que alcanzaron la jerarquía militar de ‘general’ durante la guerra de independencia. Para mayor detalle, se remite a P. Serviat, *El problema negro en Cuba y su solución definitiva*, Editoria Política, La Habana, 1986, anexo n.3, pp.179, 180.

<sup>40</sup> A. De la Fuente A., *Una nación para todos...*, *ob. cit.*

<sup>41</sup> W. Carbonell, *Cómo surgió la cultura nacional*, Bachiller, La Habana, 2005, p.99.

<sup>42</sup> Ciesas-Ird-Icanh, *Relaciones raciales en Cuba...*, *ob. cit.*, pp.13-41.



A pesar de lo mencionado, la lucha contra la Corona española y la experiencia adquirida en el campo de batalla que en un primer momento habían acercado blancos y negros en una unión nacional que reconocía ideológicamente la paridad entre los cubanos, no sirvió para la generación de una verdadera igualdad entre las razas. Al contrario, el negro seguía siendo sujeto al prejuicio y a la discriminación de quien ocupaba posiciones sociopolíticas de relevancia dentro de la sociedad cubana de finales del siglo XIX<sup>43</sup>.

Fue así que, a pesar de haber impregnado el discurso político de la época con la utópica *aequitate omnes* que fue reconocida en la primera Constitución cubana de 1901 y que actualmente caracteriza la ideología cubana más aferrada, el pensamiento martiano, idealizado con el proyecto liberal de una República “con todos y para todos” y que implicaba el reconocimiento de la igualdad colectiva, se transformó en un decreto exento de un cualquier tipo de inclusión privilegiada en favor de las clases sociales menos aventajadas<sup>44</sup>. Así, dicho principio, más que una evolución del sistema político en cuanto método de representación de la diversidad, ha empezado a parecerse mayormente a un discurso colonial en el cual «el asunto racial (llamado entonces ‘la cuestión racial’) había tenido una presencia notoria y permanente»<sup>45</sup> y que a pesar de ello había estimulado «la narrativa de la sociedad civil criolla-blanca... [a excluir]... explícitamente al negro de la pertenencia»<sup>46</sup>. Pues, la Constitución cubana de 1901 decretaba la igualdad indiscriminada para todos los cubanos e imponía a la recién nacida República de Cuba obviar preferencias individuales y privilegios personales, excluyendo todo tipo de reconocimiento étnico. Esto es, perpetrando la discriminación de las clases menos aventajadas en cuanto a oportunidades de trabajo y posición social, y demostrando *de facto* que conjuntamente al impulsar la igualdad y el respeto de la diversidad en cuanto elementos integrantes de la política isleña, la *magna carta* de Cuba «no contenía ninguna alusión explícita a las razas ni a la discriminación[;] ...lejos de resolver el problema lo soslayaba y, en este sentido, impedía su debate público y su eventual solución»<sup>47</sup>.

<sup>43</sup> V.C. Bobes, *Identidad nacional...*, *ob. cit.*

<sup>44</sup> A pesar del peso que la cuestión racial había cobrado en las épocas sucesivas a las guerras de independencia y que la igualdad y el reconocimiento representaran el punto firme de la ideología que hubiera instituido las bases de la gestión política actual, la Constitución de 1901 aparece totalmente espuria tanto de la mención racial, como del reconocimiento de la diversidad en cuanto elemento determinante del orden sociocultural de la Nación. Dicha omisión no solamente significó la anulación de la existencia formal de la raza sino, más gravemente, obtuvo el significado de una implícita falta de intención hacia la resolución del problema en la Isla. Este olvido persiste en la actualidad y caracteriza el texto de la Constitución cubana reformado al año 2003. Para más información, se remite a los sitios [www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=69&Itemid=89](http://www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=89) y [www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1418&Itemid=84](http://www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=1418&Itemid=84).

<sup>45</sup> V.C. Bobes, *La nación inconclusa. (Re)constituciones de la ciudadanía y la identidad nacional en Cuba*, Flacso México, México, 2007, p.45.

<sup>46</sup> *Ibidem.*

<sup>47</sup> A pesar de que el art.11 de la Constitución de 1901 afirmara que «... todos los cubanos... [fueran]... iguales ante la ley» y que la República no reconociera fueros, ni privilegios personales, la población de color demandaba específicos derechos de acceso a puestos estatales, normalmente



La propuesta de Bobes ejemplifica lo mencionado y además de explicar cómo los primeros años de la República no brillaron por su disposición al cambio y a la integración de la población cubana de color, contribuye a alimentar la información acerca de las prácticas políticas discriminatorias que dividían los blancos de los negros y excluían deliberadamente a los últimos, «como es el caso de la división de las plazas públicas en zonas separadas para blancos y negros, escuelas privadas segregadas racialmente, y muchas otras»<sup>48</sup>, perpetrando entonces la discriminación racial y la exclusión hacia los grupos que, por su apariencia física, no podían acceder a cargos de poder que la clase blanca de la época de norma ocupaba.

De esa forma, a pesar de que las guerras de independencia acercaron los isleños en búsqueda de una unidad nacional dirigida a la creación de una conciencia cultural que pudiera unificar empíricamente la población cubana en las luchas, el reconocimiento real de los méritos alcanzados por negros y mulatos en el campo de batalla no solamente tardaron a mostrar su presencia en el ámbito de cargos políticos de importancia, en la administración pública o en el poder judicial; sino también a menudo desaparecieron completamente asegurando la relegación de negros y mulatos a posiciones de menor rango, prestigio y remuneración<sup>49</sup>.

Dicha dinámica condicionó el nacimiento del Partido independiente de color en 1908, movimiento social negro y mestizo cuyo objetivo era la paridad jurídica entre los cubanos, bien reivindicando su dimensión social – construyendo sus derechos ciudadanos sobre un reconocimiento de la igualdad *a priori*, desvinculando hipotéticamente los actores sociales de la diversidad racial y del prejuicio – o bien buscando obtener la equidad laboral en cuanto a posibilidades paritarias de acceso a los cargos públicos.

La respuesta del gobierno «fue la aprobación en 1910 de la ley Morúa – propuesta... por un senador afrocubano – que prohibía la formación de partidos políticos raciales»<sup>50</sup>,

---

reservados a la población criolla. Fermoselle afirma que «... según el censo de 1907 había 205 empleados en el gobierno, de los cuales solo 11 eran negros», que en las fuerzas armadas, de 8.238 solamente el 20,8% (1.718) era negro, argumentando que no podía subir de grado; que en la educación, en la población de más de 10 años de edad, el 54,9% de los negros eran analfabetos frente al 38% de los blancos, y con sólo un 7,3% de maestros negros, con un número de profesionales muy reducido correspondiente a 4 abogados (de 1.349), 9 médicos (de 1.343), 40 dentistas, 14 ingenieros, 15 arquitectos y 5 veterinarios. Con relación a la cita se remite a R. Fermoselle, *Política y color en Cuba. La guerrita de 1912*, Editorial Colibrí, Montevideo, 1974, p.83. Para la información en datos duros se remite a <http://www.one.cu/loscensos.htm>; A. De la Fuente, *Myths of Racial Democracy: Cuba, 1900-1912*, «Latin American Research Review», vol.34, n.3, 1999, pp.39-73 (<http://www.jstor.org/stable/2503962>); se remite también a la tesis doctoral de E. Antón Carrillo, *Arqueología del discurso de las élites cubanas sobre raza durante el siglo XX. Editoriales y artículos de opinión*, Universidad de Granada, Septiembre 2005, p.152, y a la obra de V. C. Bobes, *Identidad nacional...*, *ob. cit.*, p.9.

<sup>48</sup> V.C. Bobes, *La nación inconclusa...*, *ob. cit.*, p.9.

<sup>49</sup> M. Mörner, *Economic Factors...*, *ob. cit.*; R. Fermoselle, *Política y color...*, *ob. cit.*

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.10; Acerca de la enmienda Morúa se remite a T. Fernández Robaina, *El negro en Cuba 1902-1958*, Ciencias Sociales, La Habana, 1994, p.190. El autor cita la enmienda refiriéndose a la Gaceta oficial de la República de Cuba (Edición extraordinaria), La Habana, del 14 de Mayo de 1910, p.2, col.2. El texto original recita: «El artículo diez y siete de la ley electoral queda adicionado con el inciso



y que privaba la población de color de su participación potencial al panorama sociopolítico del País. Dos años más tarde, y en ausencia de cambios significativos en favor de la población de color, el Partido independiente, organizó un levantamiento armado en seguida brutalmente reprimido tras una manifestación organizada por sus líderes y realizada el día 20 de Mayo de 1912<sup>51</sup>.

Por contraste, a partir de los años Veinte, la nueva narrativa isleña «trató el problema de la raza como constituyente indispensable de la idiosincrasia cubana y en algún sentido llamó la atención sobre la situación de exclusión y discriminación que prevalecía en el País... no obstante el tono fue el de la integración y de la asimilación como el modo de eliminar las disparidades»<sup>52</sup>. Fue así que «la inclusión racial seguía siendo la base de la idea de nación... [aunque]... el discurso de este momento celebraba la síntesis racial y cultural... [del]... ‘mestizaje’ como esencia de lo cubano»<sup>53</sup>.

A pesar de que la nueva Constitución de 1940 renovara en su texto el reconocimiento de la igualdad para todos los cubanos, e instituyera la ilegalidad de toda discriminación por motivos de sexo, raza, color o clase, o por cualquier otra forma de segregación en contra de la dignidad humana<sup>54</sup>, las manifestaciones de racismo y exclusión social siguieron mostrándose durante las décadas del Cuarenta y Cincuenta. El prejuicio y la discriminación perduraron, sobretodo en manifestaciones raciales que estimularon el nacimiento de corrientes sociales caracterizadas por una suerte de «nacionalismo negro pequeñoburgués»<sup>55</sup> «que condicionaba la solución del problema al crecimiento económico de este grupo racial y se manifestaba contra toda forma de integración»<sup>56</sup>. Se demostraba así que la separación racial que había caracterizado la época colonial no había desaparecido y que, al contrario, el prejuicio estético y la estigmatización clasista basada sobre el manejo ideológico de la raza se estaban engendrando en el tejido social isleño como una práctica cuyo destino parecía siempre más a una cristalización cultural

---

siguiente: ‘... No se considerarán como partidos políticos á los efectos de la ley, á las agrupaciones constituidas exclusivamente por individuos de una sola raza ó color, y grupos independientes que persiguen fin racista’».

<sup>51</sup> Silvio Castro Fernández escribe: «El 20 de mayo de 1912, estalló la protesta armada del Partido independiente de color, la que fue aplastada cruelmente con el saldo de más de 3.000 negros y mestizos muertos, en la mayoría de los casos asesinados[;]... los orígenes del movimiento se remontan a la preterición, en la recién estrenada república, a que fueron sometidos los mambises negros y mestizos en particular y en general la población negra. Esto se debió a diversos factores; en primer lugar a los prejuicios raciales creados durante 400 años por el poder colonial español, así como por la presencia del ocupante norteamericano... que entre otras medidas prohibió el ingreso de negros y mestizos a las fuerzas de policía, creó cuerpos de artillería segregados y estableció... prácticas segregacionistas». S. Castro Fernández, *La masacre de los independientes de color (la guerra de 1912 en Cuba)*, documento electrónico a la página [http://www.lajiribilla.co.cu/2002/n42\\_febrero/libro.doc](http://www.lajiribilla.co.cu/2002/n42_febrero/libro.doc).

<sup>52</sup> C.V. Bobes, *La nación inconclusa...*, ob. cit., p.77.

<sup>53</sup> E. Antón Carrillo, *Arqueología del discurso...*, ob. cit., p.305.

<sup>54</sup> Constitución de Cuba de 1940, art.20. Para su consulta se remite al sitio web del Parlamento cubano: [www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70&Itemid=90](http://www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=90).

<sup>55</sup> P. Serviat, *El problema negro...*, ob. cit., p.135.

<sup>56</sup> V.C. Bobes, *Identidad nacional...*, ob. cit., p.13.



de la cual la diferencia de clase y su reglamentación jerárquica representaban sus características distintivas.

La raza empezó entonces a ser percibida como una suerte de identidad subjetiva y a figurar como una respuesta extra-oficial a la homogenización de las “razas de color”, hasta ese momento, empíricamente ocultadas por el discurso nacionalista. Sólo la “solución definitiva”<sup>57</sup> impuesta por la revolución cubana de 1959 logró finalmente la institucionalización empírica de la diversidad y confirió a la identidad cubana no solamente una nueva forma de ser percibida, en cuanto elemento homogéneo de representación cultural inter-grupal; por otra parte, le delegó asegurar la dinámica de auto definición individual y colectiva que en la actualidad no permite no aceptar la afirmación según la cual Cuba se caracteriza tanto por su igualdad institucional dirigida al reconocimiento paritario de todos los ciudadanos, como por los elementos de diversidad y definición intra-grupal que caracterizan a su población<sup>58</sup>. La afirmación de la revolución cubana en el panorama sociopolítico isleño no obtuvo entonces solamente repercusiones importantes sobre la estructura institucional y económica del País, también determinó un momento clave bien por lo que concierne a la modificación del significado ideológico del concepto de raza, o bien en relación al uso que el discurso político actual le confirió en cuanto elemento básico para la definición cultural de la Nación.

De esa forma, la capacidad de colaboración económica, la libertad de interacción entre ciudadanos y política, y la diversificación de las actividades socioculturales locales, no solamente fueron absorbidas por una centralización del poder que proveyó a la anulación de una intervención potencial de la población cubana en los asuntos públicos, económicos o políticos, anulando toda acción concreta que demostraría la inagotable riqueza representada por sus respectivos capitales, social, cultural y político. Por otra parte, explicitaron además el alba de una revolución individual, más que colectiva, dirigida a una privatización informal y extrema en donde el grueso de los recursos es virtualmente de propiedad y en gestión de su creador y autócrata, en absoluto secreto y sin responsabilidad alguna<sup>59</sup>.

Entonces, si los cambios más importantes para la sociedad civil cubana fueron la eliminación del pluralismo y de la narrativa que pasó desde el discurso político *per sé* a una idea estable de una cultura política imprescindible para la definición del cubano, la

<sup>57</sup> P. Serviat, *El problema negro...*, *ob. cit.*

<sup>58</sup> La referencia es a Rodrigo Espina Prieto: «... although the Revolution did not enact a specific law against racial discrimination... we must note Cuba's contribution on the international plane to the struggle against racism and other forms of domination and exploitation... For many... racism in Cuba had been resolved already. This explains the publication of *El problema negro en Cuba y su solución definitiva* by Pedro Serviat in 1986, which argues the inexistence of racism in the country and the impossibility of its resurgence under socialism...». R. Espina Prieto, *The racial perspective in equity studies in Cuba*, ponencia presentada al seminario internacional *Equity and social mobility: theory and methodology with applications to Bolivia, Brazil, Cuba, and South Africa*, Undp/Ipc, Brasilia, Enero de 2007, p.3.

<sup>59</sup> J.A. Sanguinety, *Las ruinas invisibles de una sociedad: destrucción y evolución del capital social en Cuba*, en «Cuba in Transition», Papers and proceedings of the fifteenth annual meeting of the Association for the study of the cuban economy (Asce), Miami Dade College, Wolfson Campus Miami, Agosto 4-6 de 2005, vol.15, pp.47-57.



novedad más relevante para la construcción de la Nación (lo cual tuvo enormes implicaciones para el ejercicio *de facto* de la ciudadanía), fue redefinir una identidad nacional construida en función del proyecto socialista. Reconstrucción llevada a cabo básicamente por medio de una reescritura de la historia nacional, de una redefinición de los principios democráticos, y de la promoción de una nueva sociedad cubana, necesaria para la supervivencia del régimen<sup>60</sup>.

Si consideramos entonces el proceso de formación de la nacionalidad cubana y la percepción mutua entre blancos y negros durante la evolución de los procesos históricos de la trata, del periodo colonial y de la realidad política moderna, la idealización de la “raza cubana” representa un elemento determinante de un puzle cultural múltiple, del cual solamente el negro es testigo del esfuerzo transgeneracional emprendido por la población de color para el mantenimiento de las tradiciones y normas ancestrales de la cultura que antecedió la Conquista y que justifica la producción local de un cierto tipo de “cultura africana de defensa”. De hecho, «el blanco no venía para permanecer sino para enriquecerse, pero el negro... añoraba su tierra y quería encontrar en la nueva sus sustitutos materiales y espirituales...»<sup>61</sup> El africano «...estaba más arraigado a su cultura protectora, que le servía como mecanismo de resistencia y defensa, mientras el blanco criollo sustentaba el poder y crecía sin raíces en un desmedido anhelo de enriquecerse en la sobrevida»<sup>62</sup>.

Así por una parte, el efecto de la Colonia acentuó la diferencia natural entre blancos y negros y fue enfatizando la relación jerárquica normativamente interiorizada por los actores sociales de uno u otro grupo. Por la otra, la raza pasó a representar un sinónimo de “percepción estética” que, de acuerdo a Fonet, se fue complejizando gracias a un específico proceso de inmigración (involuntaria durante la Colonia y voluntaria, en épocas sucesivas) y que se engendró en el proceso de construcción de la Nación cubana invalidando los esfuerzos estatales para la institucionalización de la igualdad y la obligación a la no discriminación<sup>63</sup>.

En la actualidad, el concepto remite a dos dimensiones específicas de su trayectoria histórica, encarnando bien una representación estética que se remonta a la dinámica de diversificación cultural subyacente a la mezcla fenotípica y tradicional de los grupos, esto es, asumiendo la diversidad como un factor permanente de una clara, aunque no institucionalizada, separación étnica; o bien un conjunto de factores micro culturales que predispone a una visualización homogénea de la Isla.

En el primer caso, y específicamente en relación a la visión multicultural clásica, Cuba representa su perfecta antítesis.

---

<sup>60</sup> V.C. Bobes, *Citizenship and Rights in Cuba: Evolution and Current Situation*, en J.S. Tulchin, L. Bobea, M.P. Espina Prieto, R. Hernández, *Changes in Cuban Society since the Nineties*, Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, DC, 2005, pp.61-80, p.67 ([www.wilsoncenter.org](http://www.wilsoncenter.org)).

<sup>61</sup> L.M. Martínez Montiel (coord.), *Presencia africana en el Caribe*, Conaculta, México, 1995, p.169.

<sup>62</sup> *Ibidem*.

<sup>63</sup> A. Fonet, *Cuba: nation, diaspora, literature*, en «Critical Inquiry», vol.35, n.2, Invierno 2009, pp.255-269 (<http://www.jstor.org/stable/10.1086/596642>).



El segundo encarna una visión de conjunto que muestra tanto la unidad como la fragmentariedad cultural local debida a siglos de convivencia entre distintas culturas que han llevado a la construcción de un contexto sociocultural multirracial y que ha desempeñado un papel fundamental bien para el fenómeno de criollización de la Isla – creando «... en una traumada simbiosis, lo cubano»<sup>64</sup> – o bien ejerciendo «... una función determinante en la formación de la nación»<sup>65</sup>.

Con la revolución del 1959, esta dinámica impuso al mestizaje un significado político, hoy imprescindible para el reconocimiento de la nacionalidad cubana, y alimentó el nacimiento de una «vida revolucionaria tan exigente y dinámica»<sup>66</sup> que en la actualidad se impone como una matriz supra estructural que busca reconocer la diversidad ocultándola<sup>67</sup> y personificando un modelo político que se caracteriza por un principio de justicia que no toma en cuenta ni de la libertad individual ni de la democracia<sup>68</sup>.

### 3. ¿Hacia una nueva perspectiva multicultural cubana?

Cuando hacemos referencia a los estados poliétnicos y multinacionales, tan decantados por los filósofos políticos modernos, el análisis de los efectos sociales de las medidas institucionales sobre la ciudadanía, representa un *must* de una discusión inconclusa. De esa forma, el discernir los países que se caracterizan por un régimen liberal-democrático que actúan a favor de sus minorías (étnicas, culturales, de género, religiosas), de los estados que no destacan por su disposición política al cambio y por un cierto grado de justicia compartida, se vuelve un elemento imprescindible de discusión.

Más allá de ello, al momento de evaluar la respuesta institucional que el Estado dirige hacia la resolución de las peticiones que las minorías nacionales hacen explícitas, parece determinante investigar también las causas por las cuales mencionados requerimientos locales vienen tomados en cuenta o no. Lo cual significa además hundir

---

<sup>64</sup> L.M. Martínez Montiel (coord.), *Presencia africana...*, *ob. cit.*, p.169.

<sup>65</sup> E. Morales Domínguez, *Desafíos de la problemática racial en Cuba*, Fundación Fernando Ortiz, La Habana, 2007, p.89.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p.207.

<sup>67</sup> El tercer congreso del Partido comunista cubano (creado en 1925), alimentó la idea de que «la composición étnica de todos los cubanos, unidos por el mérito revolucionario y por el talento demostrado por muchos ciudadanos que en el pasado habían sido discriminados a causa de su color de piel, debería equitativamente ser representada dentro de la ‘organización’ del Pcc». A pesar de la vigencia de dicha disposición política, el Estado no ha demostrado de ofrecer posibilidades paritarias para las minorías isleñas, excluyendo (indirectamente) del proceso de selección para los cargos públicos las razas más desaventajadas y caracterizándose así por su clara disonancia entre ideología y práctica política. La información es una traducción e interpretación personales de la cita original «... The ethnic composition of the people, united to the revolutionary merit and to the proven talent of many citizens, which in the past were discriminated against on the basis of their skin color, must be justly represented in the executive cohorts of the Pcc... »; cfr. R. Espina Prieto, *The Racial Perspective...*, *ob. cit.*, p.4.

<sup>68</sup> A. Fornet, *Cuba: nation, diaspora and literature*, *ob. cit.*, pp.257-258.



en un análisis que, en el caso de Latinoamérica, toma el semblante de una dinámica social, política y cultural todavía en construcción.

En su consecuencia, el fenómeno multicultural regional representa un problema analítico que, debido tal vez a la demasiado joven propuesta institucional que la postura política multicultural representa para el contexto latinoamericano analizado, o más probablemente a causa de la dudosa calidad democrática y del incierto pluralismo jurídico demostrados por aquellos estados latinoamericanos que asumimos ser caracterizados por una trayectoria política liberal en transición<sup>69</sup>, ha dado vida a una serie de críticas e incertidumbre, que admitimos ser parte de un proceso hacia el cual el continente Latinoamericano ha empezado recién a mover sus pasos.

Entonces, ¿cómo definir aquellos países que, a pesar de su explícita diversidad cultural, religiosa o racial, y la inmadurez de sus regímenes democráticos, se niegan a todo tipo de respuesta institucional abocada al reconocimiento y al acomodo de los grupos culturales (aún siendo los más necesitados) que caracterizan su espíritu y su identidad nacional?

¿Cuáles, los motivos que mueven los regímenes políticos hacia el olvido programático de sus ciudadanos?

Con el objetivo de responder a dichas preguntas se ha tomado en consideración a Cuba, contexto sociocultural que, académicamente hablando, resulta particularmente interesante, tanto por la trayectoria histórica que “justifica” la presencia de un proceso de transculturación caracterizado por un sincretismo racial, lingüístico y estético, inapelable, como por la visión social que en la actualidad busca justificar la omisión del principio del respeto activo tan decantado por Rawls<sup>70</sup>.

Para el análisis del problema hemos elegido organizar el texto en dos momentos, separados aunque complementarios.

Por un lado hemos descrito a grandes rasgos la causa histórica que consideramos ser la más relevante para la explicación del fenómeno de mestizaje y sincretismo cubano actual; esto es, reconstruyendo el nacimiento y evolución de la empresa azucarera isleña, se ha buscado hacer hincapié no solamente en las acciones concretas llevadas a cabo durante el periodo colonial cubano, sino también resaltamos los “efectos colaterales” de las plantaciones y del comercio internacional, en cuanto a las oportunidades de mezcla racial, durante el periodo descrito.

---

<sup>69</sup> En términos de pluralismo jurídico y representación cultural, el éxito social de las reformas constitucionales mexicanas, colombianas, brasileñas y bolivianas ha sido, hasta el momento, relativo. Si por un lado han favorecido el reconocimiento institucional de específicas minorías étnicas nacionales, por el otro dichas medidas políticas han contribuido a excluir gran parte de la población “no-originaria” – la que constitucionalmente se refiere a sus orígenes indígenas – y a perpetrar la exclusión y el estigma construido básicamente sobre la percepción estética y la cultura a ella relacionada. El autor propone una extensa reflexión acerca de lo mencionado: T. Volpato, *Para una teorización del concepto de multiculturalismo latinoamericano*, en «Visioni LatinoAmericane», 7, 2012, pp.7-29.

<sup>70</sup> Algunas de las obras de Rawls acerca de los principios de “respeto activo” y “justicia compartida” son: J. Rawls, *Fairness to Goodness*, en «Philosophical Review», n.84, 1975, pp.536-554; *The Priority of Rights and Ideas of the Good*, en «Philosophical and Public Affairs», n.17, 1988, pp.251-276; *A Theory of Justice*, Oxford University Press, London, 1971.



Por el otro hemos tomado en consideración sólo una de las categorías sociales que, en el pasado representaba un símbolo de vital importancia para el acceso a clases sociales más deseables, y que en la actualidad, encarna exclusivamente un signo de distinción estética que permite no solamente la diversificación fenotípica presente en suelo cubano, sino también una forma muy peculiar para el reconocimiento mutuo y el intercambio cultural, la raza.

En el primer caso se ha buscado crear un antecedente histórico general para la fundamentación de una descripción futura de la estructura cultural cubana, básicamente sincrética.

En segunda instancia, hemos preparado el terreno sociológico que consideramos adecuado a una discusión empírica del problema multicultural local, anticipando algunos de los elementos clave de nuestra producción académica futura: el origen africano de la cultura cubana local, su transversalidad social y la presencia conjunta de diversas formas de expresividad arquetípica de la lengua, de las creencias religiosas, de la cosmovisión.

En la esperanza de haber puesto las bases de una discusión multicultural en construcción, tenemos la seguridad de haber impulsado la temática hacia un terreno social, político y cultural que contrasta con la teoría multicultural clásica y que sin embargo quiere identificar las características más relevantes del fenómeno en un País que, a pesar de construir su ideología política sobre el principio de igualdad y homogeneidad como los elementos para la implementación de un cierto tipo de justicia universal, está empezando a parecerse siempre menos a un ambiente respetuoso de las libertades individuales y de los derechos, y se percibe siempre más como el resultado de una revolución individual, en la cual, la farsa del igualitarismo y la justicia ha creado la forma más clara y explícita de lo que Bauman ha definido un multiculturalismo de botas rojas<sup>71</sup>.

## Referencias bibliográficas

- Antón Carrillo E., *Arqueología del discurso de las élites cubanas sobre raza durante el siglo XX. Editoriales y artículos de opinión*, Universidad de Granada, Septiembre 2005.
- Armíldez de Toledo C., *Noticias de estadística de la Isla de Cuba*, Imprenta del Gobierno, La Habana, 1864.
- Banting K., W. Kymlicka, *Multiculturalism and Welfare*, en «Dissent», 50, n.4, Fall 2003, pp.59-66.
- Barnet M., *La cultura que generó el mundo del azúcar*, en Martínez Montiel L.M. (coord.), *Presencia africana en al Caribe*, Consejo nacional para la cultura y las artes, México, 1995.

---

<sup>71</sup> G. Bauman, *El enigma multicultural: un replanteamiento de las identidades nacionales, étnicas y religiosas*, Paidós, Barcelona, 2001.



- Barnet M., *Palabras de inauguración de la conferencia internacional Fernando Ortiz: transculturación, vanguardia y diversidad cultural*, en «Catauro. Revista Cubana de Antropología», Fundación Fernando Ortiz, La Habana, año 1, n.1, 2000.
- Bauman G., *El enigma multicultural: un replanteamiento de las identidades nacionales, étnicas y religiosas*, Paidós, Barcelona, 2001.
- Bobes V.C., *Identidad nacional vs. Identidad étnica: lo racial como una dimensión de la desigualdad*, Ponencia presentada al congreso de Lasa, Montreal, Septiembre 2007.
- Bobes V.C., *La nación inconclusa. (Re)constituciones de la ciudadanía y la identidad nacional en Cuba*, Flacso México, México, 2007.
- Carbonell W., *Cómo surgió la cultura nacional*, Bachiller, La Habana, 2005.
- Comisión de estadísticas, *Cuadro estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba correspondiente al año 1827*, Viudas de Arazoza, La Habana, 1829.
- Comisión de estadísticas, *Cuadro estadístico de la siempre fiel Isla de Cuba, correspondiente a 1846*, Imprenta del Gobierno y Capitán general, La Habana, 1847.
- Cowan J.K., *Culture and Rights after Culture and Rights*, en «American Anthropologist», vol.108, n.1, Marzo 2006, pp.9-24.
- Curtin P.D., *The Rise and Fall of the Plantation Complex*, Cambridge University Press, Cambridge, 1990, pp.196-197.
- De la Fuente A., *Una nación para todos. Raza, desigualdad y política en Cuba 1900-2000*, Colibrí, Madrid, 2000.
- Díaz Fabelo T., *Olorun*, Departamento de folklore del teatro nacional de Cuba, La Habana, 1960.
- Espina Prieto R., *The racial perspective in equity studies in Cuba*, Ponencia presentada al seminario internacional *Equity and social mobility: theory and methodology with applications to Bolivia, Brazil, Cuba, and South Africa*, Undp/Ipc, Brasilia, Enero de 2007.
- Fermoselle R., *Política y color en Cuba. La guerrita de 1912*, Editorial Colibrí, Montevideo, 1974.
- Fernández Robaina T., *El negro en Cuba. 1902-1958*, Ciencias Sociales, La Habana, 1994.
- Fontaine P.M., *Research in the Political Economy of Afro-Latin America*, en «Latin American Research Review», vol.15, n.2, 1980, pp.111-141.
- Gros C., *América Latina: ¿identidad o mestizaje? La nación en juego*, en «Desacatos», n.10, Otoño-Invierno 2002, pp.127-147.
- Guerra R., *Azúcar y población en las Antillas*, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1970.
- Hugh T., *Cuba, la lucha por la libertad, 1958-1970*, Grijalbo, Barcelona-México, 1974, vol. I.
- Kymlicka W. (cur.), *Language Rights and Political Theory*, Oxford University Press, New York, 2007.
- Kymlicka W., *Multicultural Odysseys: Navigating the New International Politics of Diversity*, Oxford University Press, New York, 2007.
- López Valdés R., *Los africanos de Cuba*, Centro de estudios avanzados de Puerto Rico y el Caribe con la colaboración del Instituto de cultura puertorriqueña, San Juan de Puerto Rico, 2000.



- Martínez Montiel L.M. (coord.), *Presencia africana en el Caribe*, Conaculta, México, 1995.
- Mintz S.W., *Foreword*, en Guerra y Sanchez R., *Sugar And Society in the Caribbean: an Economic History of Cuban Agriculture*, Yale University Press, New Haven, 1964, pp.XI-XLIV.
- Morales Domínguez E., *Cuba: color de la piel, nación, identidad y cultura: ¿un dilema contemporáneo?*, Ponencia presentada al congreso de Lasa, Montreal, Septiembre 2007.
- «Manifiesto de la Junta revolucionaria de la Isla de Cuba», Apéndice XII.
- Morales Domínguez E., *Desafíos de la problemática racial en Cuba*, Fundación Fernando Ortiz, La Habana, 2007.
- Moreno Friginals M., *Aportes culturales y deculturación*, en Moreno Friginals M. (cur.), *África en América Latina*, Siglo XXI, México, 1977.
- Moreno Friginals M., *El ingenio: complejo económico social cubano del azúcar*, Comisión nacional cubana de la Unesco, La Habana, 1978.
- Moreno Friginals M., *Plantations in the Caribbean; Cuba, Puerto Rico, and the Dominican Republic in the Late Nineteenth Century*, en Moreno Friginals M., F. Moya Pons, S.L. Engerman (edit.), *Between Slavery and Freedom: the Spanish-Speaking Caribbean in the Nineteenth Century*, Baltimore, 1985, pp.3-21.
- Mörner M., *Race Mixture in the History of Latin America*, Little, Brown and Co., Boston, 1967.
- Ortiz F., *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*, Jesús Montero, La Habana, 1940.
- Ortiz F., *Los bailes y el teatro de los negros en el folklore de Cuba*, Letras Cubanas, La Habana, 1951.
- Pérez de La Riva J., *El barracón y otros ensayos*, Ciencias Sociales, La Habana, 1975.
- Prats García A., F.J. Alfonso López, *La sabrosa aventura del ajíaco cubano*, en «Catauro. Revista Cubana de Antropología», Fundación Fernando Ortiz, La Habana, año 4, n.7, 2003, pp.133-141.
- Rawls J. *The Priority of Rights and Ideas of the Good*, en «Philosophical and Public Affairs», n.17, 1988, pp.251-276.
- Rawls J., *A Theory of Justice*, Oxford University Press, London, 1971.
- Rawls J., *Fairness to Goodness*, en «Philosophical Review», n.84, 1975, pp.536-554.
- Rebello C., *Estados relativos de la producción azucarera de la Isla de Cuba*, La Habana, Octubre, 1860.
- Sagra (de la) R., *Historia económico-política y estadística de la Isla de Cuba, o sea, de sus progresos en la población, la agricultura, el comercio y las rentas*, Imprenta de las Viudas de Arazoza y Soler, La Habana, 1831.
- Sanguinetta J.A., *Las ruinas invisibles de una sociedad: destrucción y evolución del capital social en Cuba*, en «Cuba in Transition», Papers and proceedings of the Fifteenth annual meeting of the Association for the study of the Cuban economy (Asce), Miami Dade College, Wolfson Campus Miami, Agosto 4-6 de 2005, vol.15, pp.47-57.
- Serviat P., *El problema negro en Cuba y su solución definitiva*, Editora Política, La Habana, 1986, anexo n.3.



Volpato T., *Para una teorización del concepto de multiculturalismo latinoamericano*, en «Visioni LatinoAmericane», 7, 2012, pp.7-29.

### Documentos digitales

- Bobes V.C., *Citizenship and Rights in Cuba: Evolution and Current Situation*, en Tulchin J.S., L. Bobea, M.P. Espina Prieto, R. Hernández, *Changes in Cuban Society since the Nineties*, Woodrow Wilson international center for scholars, Washington, DC, 2005, pp.61-80 ([www.wilsoncenter.org](http://www.wilsoncenter.org)).
- Castro Fernández S., *La masacre de los independientes de color (la guerra de 1912 en Cuba)* ([http://www.lajiribilla.co.cu/2002/n42\\_febrero/libro.doc](http://www.lajiribilla.co.cu/2002/n42_febrero/libro.doc)).
- Ciesas-Ird-Icanh, *Relaciones raciales en Cuba: aportes empíricos y nuevas interpretaciones*, desarrollado en el marco del Proyecto Idymov del Institut de recherche pour le développement, Octubre 2006 (<http://www.ird.fr/afrodes/spip.php?article335>).
- De la Fuente A., *Myths of Racial Democracy: Cuba, 1900-1912*, en «Latin American Research Review», vol.34, n.3, 1999, pp.39-73 (<http://www.jstor.org/stable/2503962>).
- Fornet A., *Cuba: nation, diaspora, literature*, en «Critical Inquiry», vol.35, n.2, Invierno 2009, pp.255-269 (<http://www.jstor.org/stable/10.1086/596642>).
- Galloway J.H., *Tradition and Innovation in the American Sugar Industry, c. 1500-1800: An Explanation*, en «Annals of the Association of American Geographers», vol.75, n.3, Septiembre 1985, pp.334-351 (<http://www.jstor.org/stable/2562638>).
- Higman B.W., *The Sugar Revolution*, en «The Economic History Review», New Series, vol.53, n.2, Mayo 2000, pp.213-236 (<http://www.jstor.org/stable/2598696>).
- Mörner M., *Economic Factors and Stratification in Colonial Spanish America with Special Regard to Elites*, en «The Hispanic American Historical Review», vol.63, n.2, Mayo 1983, pp.335-369 (<http://www.jstor.org/stable/2514712>).
- Meriño Fuentes M. de los A., A. Perera Díaz, *Matrimonio y familia en el ingenio, una utopía posible. Cuba (1825-1886)*, en «Caribbean Studies», vol.34, n.1, Enero-Junio 2006, pp.201-237 (<http://www.jstor.org/stable/25613515>).
- Pollitt B.H., *The Rise and Fall of the Cuban Sugar Economy*, en «Journal of Latin American Studies», vol.36, n.2, Mayo 2004, pp.319-348 (<http://www.jstor.org/stable/3875618>).
- Spencer M.E., *Multiculturalism, 'Political Correctness', and the Politics of Identity*, en «Sociological Forum», vol.9, n.4, Special Issue, *Multiculturalism and Diversity*, Diciembre 1994, pp.547-567 (<http://www.jstor.org/stable/685001>).

### Sitiografía

Censos de Población y Viviendas en Cuba 1907-1953, [http://www.one.cu/los\\_censos.htm](http://www.one.cu/los_censos.htm).



Constitución de Cuba de 1901, [www.Parlamentocubano.cu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=69&Itemid=89](http://www.Parlamentocubano.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=89).

Constitución de la República de Cuba de 1940, [www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=70&Itemid=90](http://www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=70&Itemid=90).

Constitución vigente de la República de Cuba, [www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1418&Itemid=84](http://www.parlamentocubano.cu/index.php?option=com_content&view=article&id=1418&Itemid=84).



## **Banditismo giovanile e mercato della sicurezza in un barrio di Città del Guatemala**

Paolo Grassi\*

### **Indice**

*Introduzione; 1. Città del Guatemala; 2. Sono i giovani a morire; 3. Le maras dei primi anni Ottanta; 4. Logiche simmetriche in risposta alla violenza: le ronde notturne dei residenti del barrio; 5. Conclusioni; Riferimenti bibliografici*

### **Parole chiave**

*Guatemala, mara, pandilla, mercato della sicurezza*

### **Introduzione**

**H**o condotto, nel 2011, una ricerca etnografica di dieci mesi in uno *slum* di Città del Guatemala. Obiettivo della ricerca era l'analisi dell'utilizzo del territorio urbano in relazione alla distribuzione del potere, a partire dal fenomeno sociale del banditismo giovanile<sup>1</sup>.

Decenni di lotte e negoziazioni politiche hanno accompagnato il lento processo di formalizzazione di questo *slum*, una porzione di terra delimitata, a fine anni Cinquanta, grazie all'occupazione di suolo pubblico. Nel mezzo, trentasei anni di guerra civile e, in seguito alla firma degli accordi di pace (1996), l'esplosione di una violenza postbellica attestata da un incremento esponenziale del numero di omicidi. Le bande giovanili (*maras* o *pandillas*) sviluppatasi nel Paese a partire dagli anni Ottanta e strutturate maggiormente dopo la seconda metà degli anni Novanta, furono ripetutamente accusate dai media e dalla retorica politica di esserne la causa principale, *suitable enemies* facilmente circoscrivibili, contro cui scaricare successive ondate di panico morale (Wacquant, 1999).

Paradossalmente, durante il periodo bellico, nonostante il susseguirsi di governi militari, politiche repressive, massacri, sparizioni, il monopolio della violenza da parte dello Stato non fu messo in discussione, come mi spiegò anche un'anziana signora

---

\* Università di Verona.

<sup>1</sup> Il progetto di ricerca è stato finanziato dall'Università degli studi di Verona, Scuola di dottorato di studi umanistici, Dottorato in scienze storiche ed antropologiche (XXV ciclo). Ringrazio in particolare Dennis Rodgers dell'Università di Manchester per i consigli bibliografici.



residente in un quartiere di classe media della capitale, madre di due figli guerriglieri scomparsi nei primi anni Ottanta (Remhi, 1998)<sup>2</sup>.

Prima era chiaro: la guerriglia e l'esercito. Ma oggi c'è di tutto, oggi mi sembra che ci sia di tutto. Uno non sa contro chi scontrarsi, non sa chi è il nemico. Giusto, oggi solo sulla difensiva, nulla di più, perché non si sa chi è chi, questo è sicuro<sup>3</sup>.

Con la firma degli accordi di pace nuovi spazi nel mercato della sicurezza si aprirono, spazi presto occupati da attori armati non statali, specie nei quartieri periferici o marginali della capitale (Lewis O'Neill, Kedron, 2011). Il *barrio* dove condussi la ricerca visse un processo analogo. Dopo il 1996 le *maras* locali iniziarono ad articolarsi diversamente, confluendo o lasciando il posto a bande dal profilo criminale più elevato, di natura sovranazionale.

I residenti del quartiere, come in molte altre zone della città, non stettero a guardare, individuando nell'evoluzione di quei gruppi la ragione immediata e più facilmente contrastabile della loro insicurezza. Vennero quindi organizzate ronde notturne per pattugliare la zona. Eppure, l'implicita rivendicazione di un ruolo attivo all'interno del mercato della sicurezza ebbe una conseguenza inattesa. Come si dimostrerà in questo saggio, le ronde si rivelarono funzionali all'innalzamento dei livelli di violenza, anziché una possibile soluzione. Si cercherà inoltre di dimostrare come, in tale dinamica, il ruolo dello Stato non fosse venuto completamente meno, quanto piuttosto si fosse adattato alla contemporanea trasformazione dell'economia della violenza guatemalteca.

## 1. Città del Guatemala

Città del Guatemala è, con i suoi circa due milioni e mezzo di abitanti, il più grande agglomerato urbano dell'America Centrale (Instituto nacional de estadísticas de Guatemala, 2002)<sup>4</sup>. Dal 1776, anno della sua fondazione, la città si costituì come principale centro urbano del Paese, nel quale si concentrarono il potere politico ed economico. La popolazione della capitale iniziò ad aumentare dopo la seconda metà dell'Ottocento, sia per una crescita interna, sia grazie a successive migrazioni di persone provenienti dalle zone rurali, soggette ad un sistema latifondista che precludeva loro l'accesso alle terre (Adams, 1970)<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> Si stima che le vittime del conflitto armato siano state circa 200.000 e che i profughi siano stati un milione e mezzo.

<sup>3</sup> Intervista del 27 agosto 2011. D'ora in avanti verranno riportate in nota le date in cui lo scrivente ha realizzato le varie interviste.

<sup>4</sup> Nel 2011 si stimavano 3.156.284 abitanti in tutto il dipartimento della capitale e di 990.749 abitanti per il solo municipio di Guatemala.

<sup>5</sup> Il Guatemala ottenne l'indipendenza nel 1821. Da allora le caratteristiche economiche, culturali e sociali del Paese sono state contraddistinte da strutture gerarchiche ereditate dal periodo coloniale, concretizzatesi, a livello politico, in governi autoritari e, a livello sociale, in processi di esclusione e razzismo nei confronti della popolazione indigena e dei *mestizos* impoveriti.



L'evolversi del conflitto armato, iniziato nel 1960 e terminato con la firma degli accordi di pace il 29 dicembre 1996, si convertì in ulteriore causa di migrazione. Città del Guatemala divenne rifugio per un numero sempre più elevato di profughi, vittime di campagne militari genocide (Ceh, 1999; Manz, 2004). Dal 1950, in 23 anni, la popolazione del municipio di Città del Guatemala passò da 284.922 a 700.504 persone (Avanco, 2003). Nei quindici anni successivi i residenti divennero 1,6 milioni (Ciencias y Tecnología para Guatemala, 1991).

Alle cause politiche si sommarono quelle naturali. Il terremoto del 4 febbraio 1976, il più distruttivo della storia recente del Paese, causò circa 23.000 morti e lasciò più di un milione di persone senza alloggio, molte delle quali si riversarono nella capitale (Olcese, Moreno, Ibarra, 1977). Alle cause naturali e politiche si sommarono anche quelle economiche: la richiesta di manodopera si fece più pressante, specie con lo sviluppo del settore industriale (seppur limitato rispetto ad altri Paesi latinoamericani) e dei servizi.

Città del Guatemala fu soggetta ad un'espansione disordinata che rafforzò alcuni problemi sociali. Il mercato del lavoro entrò in crisi, lasciando spazio alla crescita di un'economia informale e all'aumento di traffici illegali. Sorsero quartieri marginali, *slum* e baraccopoli, spesso in zone ad alto rischio idrogeologico (Url, 2006). Il *barrio* dove ho condotto la mia ricerca costituiva uno di quei luoghi.

Parallelamente, poli di crescita corrispondenti a centri urbani un tempo indipendenti furono inglobati attraverso un processo di conurbazione. Città del Guatemala è oggi un insieme di più municipi i cui limiti territoriali sono andati sfumando gli uni sugli altri.

## 2. Sono i giovani a morire

Gli accordi di pace del 1996 non sancirono la fine delle violenze. Dal 1997, in media, 13 omicidi sono stati compiuti tutti i giorni in Guatemala, su un'attuale popolazione di circa 13,8 milioni di persone. Dal 1999 al 2006 la violenza omicida è aumentata del 120%, passando da 2.655 a 5.885 uccisioni all'anno. Nel 2006 il tasso degli omicidi raggiunse l'ammontare di 47 morti ogni 100.000 abitanti (Programa de seguridad ciudadana y prevención de la violencia, 2007), per poi diminuire leggermente nel 2007 (45 ogni 100.000) e raggiungere nel 2008 e nel 2009 la cifra record di 48 (Facultad latinoamericana de ciencias sociales, 2011).

Città del Guatemala è una delle città più violente al mondo, con un tasso di omicidi che ha raggiunto, nel 2006, le 108 vittime ogni 100.000 abitanti, quasi undici volte il valore segnalato come livello di crisi dall'Organizzazione mondiale della sanità (Grupo de apoyo mutuo, 2011). Tra il 1996 e il 2010 il 37,64% degli omicidi è avvenuto nel dipartimento della capitale (25.531 in totale). Solo nel 2010 gli omicidi di Città del Guatemala sono stati, secondo statistiche ufficiali, 1.253<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Elaborazione propria su dati della Polizia civile nazionale (2011).



L'omicidio in America Latina è un fenomeno soprattutto giovanile. In quell'area geografica un ragazzo tra i 15 e i 24 anni ha 30 volte più possibilità di morire ammazzato rispetto ad un ragazzo europeo. Il 36,85% degli omicidi riguardano giovani. Questa percentuale sale al 55,27% se si prende in considerazione anche la fascia d'età di persone tra i 26 e i 30 anni. Nel 2006, per esempio, 2.840 giovani furono assassinati nel Paese, 2.305 dei quali con arma da fuoco (Bismarck, Bolaños, 2009; Caldh, 2009).

Perché i giovani guatemaltechi vengono assassinati?

Uno studio del 2004 della *Procuraduría de los derechos humanos* cita, tra le principali cause delle morti violente di adolescenti e giovani, la morte procurata da *maras* e tra *maras* (32,15% del totale, Procuraduría de los derechos humanos de Guatemala, 2004).

In Guatemala, l'anno dell'emergenza *maras* è il 1985: crisi economica, debito estero, guerra civile, crearono una congiuntura dalla quale derivarono bassi salari e disoccupazione. In questo contesto la violenza assunse nuove forme. Le bande di strada e di quartiere trovarono in tali fattori congiunti sostegno per la loro crescita. Dal 1996, anno degli accordi di pace, gli Stati Uniti iniziarono a rimpatriare giovani immigrati centroamericani incarcerati che avevano assolto il loro debito con la giustizia, tra cui anche ex *pandilleros*. Il numero dei deportati crebbe. Tra il 2000 e il 2004 circa 20.000 giovani criminali centroamericani tornarono nei loro Paesi d'origine (Arana, 2005). Le deportazioni sono riconosciute come una delle cause principali dell'aumento esponenziale delle *maras* in Centro America a partire dalla seconda metà degli anni Novanta. I *pandilleros* deportati favorirono la diffusione di un immaginario caratteristico e agirono sulla strutturazione delle bande centroamericane, occupando, ad esempio, posizioni di prestigio all'interno delle loro gerarchie. Le *maras* guatemalteche si trasformarono, confluendo o lasciando il posto a due bande principali generate originariamente proprio negli Stati Uniti: la Mara Salvatrucha e la Pandilla 18 (Usaid, 2006).

I numeri del fenomeno sono poco chiari, dipendendo soprattutto dalla definizione affibbiatagli. Uno studio di Usaid del 2006 valuta, in base a dati dell'Fbi, la presenza di 14.000 *pandilleros* in Guatemala, 10.500 in El Salvador, 36.000 in Honduras, 2.200 in Nicaragua, 3.000 sul confine messicano meridionale, 17.000 su quello settentrionale (Usaid, 2006). Un arcipelago di bande minori continua a popolare il sottobosco urbano guatemalteco, come i Breakeros (Bks) o i Wifers (WF), ma la loro operatività appare limitata. Anche se è stata dimostrata la presenza di bande in città minori o in zone rurali, in Guatemala il dipartimento più colpito è senz'altro quello della capitale, seguito da altri localizzati nella regione occidentale (Ranum, 2008).

Le *maras* o *pandillas* rappresenterebbero quindi una causa importante degli alti livelli di violenza riscontrabili nel Paese. Tuttavia l'anatomia della violenza guatemalteca dovrebbe includere altri fenomeni sociali, quali esecuzioni extragiudiziali perpetrate dalle forze dell'ordine e azioni di cosiddetta pulizia sociale, rapimenti, furti, traffico di droga, tratta di persone, violenza domestica, linciaggi. L'omicidio non può costituire l'unico indicatore quantitativo.

Le condizioni strutturali produttrici di questi fenomeni vengono occultate dai discorsi egemonici, permettendo alla violenza simbolica di prevalere (Bourdieu, Wacquant, 1992): le *pandillas* hanno il merito di fornire un nemico pubblico chiaramente identifi-



cabile, un capro espiatorio contro cui sfogare le proprie ansie securitarie (Cruz, José Miguel, 2006). Le *pandillas* sono pertanto oggetto di periodiche ondate di panico moralizzatore (Cohen, Stanley, 1972) che investono in generale lo strato della popolazione che le celerebbe, ossia la gioventù povera guatemalteca.

La paura sembra quindi giustificare se stessa, favorendo risposte simmetriche. Ma, d'altro canto, i guatemaltechi continuano ad essere ammazzati e le istituzioni formali preposte al mantenimento della sicurezza sono incapaci di compiere azioni concrete contro l'impunità imperversante (Alto comisionado de las naciones unidas para los derechos humanos, 2011)<sup>7</sup>. A livello di società civile ne conseguono reazioni particolaristiche e isolate, adottate da singole persone o gruppi auto-organizzati. Una vera e propria neoliberalizzazione della violenza, connessa alla sua privatizzazione, personalizzazione e razionalizzazione (Koonings, Kees, Kruijt, Dirk, 2004). I residenti della capitale stanno sperimentando in diverse zone contro-azioni collettive, ai margini della legalità, come, ad esempio, la costituzione di ronde notturne o l'organizzazione di pattugliamenti dei quartieri.

### 3. Le *maras* dei primi anni Ottanta

Nei primi anni Ottanta, dopo la fase più brutale della repressione statale, si risveglia la protesta sociale. La prima incursione di massa dei giovani nella vita politica avviene nel 1985 contro il tentativo di aumentare nuovamente il costo dei biglietti dei trasporti collettivi. Gli studenti di diversi istituti superiori scendono in strada. Iniziano gli scontri. Vengono bruciati bus e saccheggiate negozi. Alcune bande di quartiere partecipano alle lotte. Comincia a diffondersi nell'opinione pubblica l'idea dell'esistenza di nuovi gruppi giovanili dediti ad atti delinquenziali. Un termine fino ad allora pressoché sconosciuto – *mara* – appare sempre più spesso sulla stampa nazionale, associato, volta per volta, ai fantasmi della guerra civile, ad allarmi terroristici, ad ipotetici nuovi pericoli di sovversione. Il fenomeno delle *maras* diviene così l'ultima emergenza pubblica da affrontare (Eric, Ideso, Idies, Iudop, 2001).

Uno studio del 1988 di Deborah Levenson, collaboratrice dell'Asociación de la avance de la ciencias sociales en Guatemala (Avancso), cerca di analizzare criticamente questo fenomeno sociale. L'autrice individua la presenza di sessanta bande di quartiere composte da un numero variabile di membri (da quaranta/cinquanta, fino a cento), in maggioranza di sesso maschile. Un totale forse di 28.000 ragazzi distribuiti in diverse zone della città (Levenson, 1988). Julio<sup>8</sup>, residente dal 1997 nel *barrio* in cui condusse la mia ricerca, aveva fatto parte di uno di quei gruppi:

...La parola *mara* significa gruppo di persone con cui mi riunisco, o gruppo di amici... noi la utilizzavamo quando io vivevo la sopra [fuori dal *barrio*]... Sto parlando di 25/27 anni fa, forse.

<sup>7</sup> Da gennaio a dicembre 2010 l'impunità dei delitti contro la vita si è mantenuta al 95%. Includendo tutti i delitti, sono state emesse 3.389 sentenze (1,28%) in relazione a 265.095 denunce presentate.

<sup>8</sup> Nome fittizio.



Io dicevo, per esempio: – La *mara* della 45, e quindi io sapevo che erano i ragazzi della 45...

– Tu, chi porti alla partita di pallone?

– Viene la *mara* della 28 o quella della 26<sup>9</sup>...

Quindi io mi facevo un'idea sul gruppo di amici... però non eravamo violenti... cioè, sì, c'era violenza... Però era più di quartiere, tra piccoli gruppi, al massimo con coltelli... Esattamente...<sup>10</sup>.

Le *maras* dei primi anni Ottanta erano originariamente qualcosa di molto simile a semplici gruppi di pari. Uscire insieme, ballare, ascoltare musica, stringere relazioni sentimentali: queste le loro attività principali (Levenson, 1988). Per Julio la *mara* rappresentava la propria compagnia di amici, l'insieme dei ragazzi del quartiere, *los cuates*<sup>11</sup> con cui trascorrere i pomeriggi e le notti di festa:

Prima, vent'anni fa, forse di più, ci incontravamo di sera, alle 9,00, alle 10,00 della notte, ragazzi di 10/12 anni. Giocavamo in strada a nascondino, calcio... Quindi questo gruppo iniziò a crescere e da bambini diventarono adolescenti.

*Negli anni Ottanta?*

Esattamente, stiamo parlando degli anni Ottanta, perché negli anni Ottanta avevo 14/15 anni e questo gruppo di amici diventò adolescente e, grazie alle scuole, un amico portava un altro amico... Le amicizie crescevano, si spostavano ad un'altra *avenida*, ad un'altra *calle*... Si faceva una catena e c'erano momenti dove tutti ci incontravamo in una discoteca, al cinema, al campo, ad una gita – vero? – ed era molto divertente, era così bello stare insieme che già iniziammo a fare feste solo con l'idea di riunirci. Qualcuno diceva:

– Ragazzi, presto la mia casa!

– Io metto i dischi! – diceva un altro.

– Io porto lo stereo per far suonare i vinili... e porto qualche ragazza.

– Va bene, io ne porto altre.

Era il semplice fatto di doverci trovare i fine settimana e così il gruppo di amici si fece più forte e da lì io dico che viene la parola *mara*... Così fu la questione, quindi ci trovavamo, ma così, come fratelli. Ci trovavamo, in venti, andavamo a una discoteca... Creammo vincoli molto forti...

Così ci conoscemmo. Ad esempio, durante la settimana santa lei ha visto qui com'è?<sup>12</sup> Il porto di S. José è, come dire, un riferimento molto forte, perché la maggioranza delle persone, per la bellezza del posto – era bello – vanno là. Quindi tutti i ragazzi:

– Dove andiamo?

– A S. José!

– A vedere ragazze, i bikini.

Per questo uno ci andava. Quando eravamo là, per esempio un mio amico era in spiaggia, io volevo che venisse, io fischiavo, ma magari qualcuno là sentiva e rispondeva. Io alzavo la testa:

– Della *mara* X! – dicevo.

– Sì, della X.

– Vieni qui!

E venivano... così ci univamo. Oppure eravamo in una discoteca e nel caldo dell'ambiente della musica si ballava e spingeva:

– Qui è la *mara* X!

<sup>9</sup> Si riferisce a nomi di strade della capitale.

<sup>10</sup> Intervista del 15 febbraio 2011.

<sup>11</sup> Compagni, amici.

<sup>12</sup> Durante la settimana santa migliaia di residenti della capitale si riversano sulle vicine spiagge del Pacifico. Da anni un programma governativo organizza addirittura un servizio di trasporto pubblico che collega Città del Guatemala a Puerto de S. José.



Ed era solo per la voglia di gridare e lì vicino magari c'erano altri:

– Qui pure la *mara X*!

– Allora venite qui!

E ci univamo e così fu che abbiamo creato il motto della X<sup>13</sup>.

Le *maras* dei primi anni Ottanta erano gruppi collettivi, caratterizzati generalmente da una *leadership* flessibile e da deboli gerarchie (Levenson, 1988):

*C'era un capo, un'organizzazione?*

– No, eravamo... in tutti i gruppi qualcuno emerge sempre.

*Un leader?*

Un *leader* nato, lo ha già dentro, per il suo modo di scherzare, il suo modo di parlare, il suo modo di dirigere. Anche i suoi discorsi sono interessanti e uno sempre lo segue. Magari dice, per esempio:

– Ehi ragazzi andiamo a raccogliere quelle arance su quell'albero.

E tutti: – Sì!

– Vai tu, tu e tu.

– Va bene – dicevano...

Sempre c'è uno così e questo succedeva anche a noi. I *leader*, per così dire – ma non erano *leader*, solo emergevano un pochino – erano i cosiddetti *gordos*. Loro avevano più soldi di noi. La madre aveva un negozio, vendeva legna, carbone, per fare le *tortillas*<sup>14</sup>.

La costruzione identitaria del proprio gruppo passava anche attraverso lo scontro con gruppi rivali e la partecipazione ad attività illecite, come piccoli furti, o consumo di droghe leggere. La violenza esercitata da questi gruppi era tuttavia limitata (Arias, 2006):

Fu così che crebbero queste bande – non bande – questi gruppi di amici.

Tutti eravamo amici e si creavano anche problemi nella stessa zona. Per esempio, noi eravamo della *Mara X* però avevamo una sfida [*reto*] là nella *Colonia X*...

– Ragazzi, ho conosciuto uno che vuole sfidarci!

– Va bene, dove ci troviamo?

Lei conosce la *Colonia X*? Nel centro di questa colonia c'è un campo da calcio e lì ci riunivamo, ma sapevamo che ci sarebbe potuta essere una rissa. Quindi andavano tutti quelli che giocavano a pallone... e nel calcio – lei lo sa – sempre ci sono problemi e iniziavamo a litigare nel campo... Li poi iniziavamo con pietre, bastoni, quello che uno aveva in mano lo lanciava. Quindi fu così. Anche a Porto ci furono diverse risse<sup>15</sup>.

Deborah Levenson cerca di ricondurre le *maras* all'espressione di un fenomeno di classe. Le *maras* degli anni Ottanta avrebbero infatti visto convergere, per l'autrice, tradizioni delle lotte studentesche, dei lavoratori e delle bande di quartiere preesistenti (almeno dagli anni Cinquanta) in un contesto nel quale le organizzazioni politiche stavano attraversando un periodo di crisi e disarticolazione. L'assenza di un'opzione politica ne avrebbe cioè favorito lo sviluppo. Certo, Città del Guatemala aveva vissuto

<sup>13</sup> Intervista del 1° giugno 2011.

<sup>14</sup> Intervista del 1° giugno 2011.

<sup>15</sup> Intervista del 1° giugno 2011.



sicuramente una lunga tradizione di movimenti giovanili, nel 1944 ad esempio, con l'inizio del periodo rivoluzionario, o sotto la dittatura di Carlos Manuel Arana Osorio (1970-1974) durante la quale gli studenti organizzarono vigorose contestazioni. Ma ciò nonostante le bande di quartiere degli anni Ottanta erano in realtà estranee ai gruppi studenteschi politicizzati. Se di tradizione comune si può parlare, è difficile al contrario sostenere un'evidente e diretta continuità tra i due fenomeni sociali – continuità invece riscontrata in altri contesti centroamericani (Rodgers, 2006). In poche parole: i tempi e gli attori erano cambiati (Eric, Ideso, Idies, Iudop, 2001). Le *maras* degli anni Ottanta sembrarono piuttosto esercitare, al pari delle bande contemporanee, un potere disordinato destabilizzante, privo però di marcata coscienza sociale (Jensen, Rodgers, 2008). Anche Julio sembrò confermare questa posizione:

*E le maras?*

– In questo senso non c'erano...

*Non c'erano relazioni con la guerra?*

– No, no, perché non fu un fenomeno dato per causa-effetto... semplicemente è successo. Era un fatto isolato, non era nazionale, interessava qui, solo la capitale<sup>16</sup>.

Inoltre, i media attribuirono le proteste del 1985 nel loro insieme alle *maras*, accorpando quindi, sotto un'unica etichetta, lotte in realtà condotte da studenti, lavoratori e anche membri di bande di quartiere. La categoria di *mara* assunse cioè, per la prima volta nella storia guatemalteca, funzione espiatoria. Tale operazione ebbe tuttavia l'effetto di caricare le *maras* di istanze politiche in realtà a loro estranee, favorendo quindi una certa confusione nell'analisi del fenomeno. D'altro canto, però, i politici in alcune occasioni seppero sfruttare le *mara* e la loro forza destabilizzante a proprio favore (Eric, Ideso, Idies, Iudop, 2001):

– Sotto il tavolo possono succedere molte cose.

– Di cosa sto parlando?

Paolo vuole diventare presidente e conosce la *mara* della zona X e Paolo dice: – Come faccio a screditare quello che è al potere?... Facendo cose per farlo considerare inutile e io arrivo con le mie promesse: – Io sì posso! Io posso eliminare questa violenza, io ho il rimedio! Questo è ciò che vuole la gente, un rimedio e io lo sto offrendo, anche se non ce l'ho<sup>17</sup>.

Molte *maras* guatemalteche degli anni Ottanta subirono una trasformazione che le portò ad incrementare i propri atti violenti, ancor prima che le bande più strutturate degli anni Novanta proliferassero. Non tutte le *maras* seguirono però lo stesso percorso. Tutt'oggi risulta difficile considerare le bande guatemalteche contemporanee come un fenomeno monolitico e compatto. Le attività, l'organizzazione, i livelli di violenza si differenziano a seconda delle *clicas* (le unità più piccole delle bande) considerate. Allo stesso modo, i singoli membri possono partecipare in maniera differente alle attività del

<sup>16</sup> Intervista del 1° giugno 2011.

<sup>17</sup> Intervista del 1° giugno 2011.



proprio gruppo (Ranum, 2008). La *mara* di Julio mostrava quindi l'andamento di una di queste possibili ramificazioni, quella che, storicamente, si rivelò tuttavia predominante:

Con il passare del tempo andò peggiorando. Ad esempio le stavo raccontando di questa esperienza, quando siamo andati alla Colonia X... Quella volta mi ricordo che, visto che sapevamo che andare in quella colonia era una cosa seria, andammo armati: bastoni, catene, e mio padre aveva pure un machete – perché era un uomo della costa, era abituato a portare sempre con sé il suo machete... e me lo presi e lo misi qui, nella gamba del pantalone, per non farlo vedere... e quando tutti videro che lo tirai fuori: – Oooh, aaah! Quindi solo il fatto di averlo tirato fuori mi rendeva importante.

*Ora questo succede con le pistole?*

Esatto e quelle sì le usano... perché è un segnale di potere, ho una capacità più forte. Questo è quello che mi è successo e in quell'occasione... portai pure una fionda... Era la nostra prima volta, erano scaramucce, ragazzini matti che non sapevano neppure quello che stavano facendo<sup>18</sup>.

Nella seconda metà degli anni Novanta, subito dopo gli accordi di pace, alcune bande della zona erano ormai diventate qualcosa di molto diverso dalle prime *maras* degli anni Ottanta di cui Julio era stato membro, tanto da condizionare in maniera crescente la quotidianità del *barrio*. Furti, assalti, violenze sessuali iniziarono a fomentare un nuovo terrore postbellico. I residenti del quartiere, abbandonati dalle istituzioni statali preposte al mantenimento della sicurezza, reagirono, organizzando ronde notturne per il pattugliamento dell'area. Eppure, ciò che avrebbe dovuto rappresentare una strategia difensiva in risposta alla violenza, si rivelò in realtà un suo ulteriore catalizzatore.

#### **4. Logiche simmetriche in risposta alla violenza: le ronde notturne dei residenti del *barrio***

È opinione diffusa sostenere che in Guatemala, con la firma degli accordi di pace del 1996 e il progressivo smantellamento degli apparati militari, sia venuto meno il monopolio dello Stato nella gestione della sicurezza pubblica. L'inefficienza delle forze dell'ordine, il dilagare della corruzione, l'impunità diffusa avrebbero in realtà aperto nel Paese, come in molti altri contesti latinoamericani che hanno vissuto recentemente simili processi di democratizzazione, nuovi spazi economici all'interno del cosiddetto mercato della sicurezza, spazi presto occupati da attori armati non statali formali e semi-formali (le imprese di sicurezza privata ad esempio), oppure completamente illegali (i narcotrafficcanti e le bande giovanili). Anche il *barrio* fu oggetto di un processo analogo, come dichiarò una mia interlocutrice:

Nel 1996, con la firma della pace, ricordo che terminarono i pattugliamenti, già non c'erano pattugliamenti. Quindi iniziano ad entrare persone come per formare *maras* che non sapevamo da dove, né come iniziarono a venire. C'erano persone che non erano di qui<sup>19</sup>.

<sup>18</sup> Intervista del 1° giugno 2011.

<sup>19</sup> Intervista del 13 marzo 2011. Le persone esterne al *barrio* a cui si riferisce la mia interlocutrice erano residenti di quartieri limitrofi.



In generale l'apertura del mercato della sicurezza vedrebbe competere attori legittimi e illegittimi per la fornitura di protezione e giustizia. Il silenzio e la complicità rappresenterebbero le due merci di scambio principali richieste dagli attori illegittimi in cambio del mantenimento della tranquillità (Elwert, 1999).

Se ciò è certamente indubitabile, lavori più recenti hanno però sottolineato come il mercato della sicurezza non risponda sempre alla semplice regola della domanda e dell'offerta. Fattori contestuali o coercitivi possono influenzarlo (Sonnevelt, 2009). Il potere dei narcotrafficienti o dei membri delle *gang* può essere stabilito grazie anche ad uno scambio ineguale, basato sulla paura e la minaccia piuttosto che su legami sociali condivisi. Gli attori illegittimi stabiliscono cioè le regole del mercato della sicurezza, e si posizionano allo stesso tempo al di sopra di esse, violandole occasionalmente. In questo caso la loro offerta non può quindi essere rifiutata (Rodgers, 2006; Venkatesh, 2008).

Ciò che tuttavia è stato poco analizzato è il ruolo che i residenti di luoghi marginali possono assumere all'interno del mercato della sicurezza. Da questo punto di vista è interessante ripercorre alcuni eventi inerenti la recente storia del *barrio*. Infatti, dopo il 1996, lo sviluppo del fenomeno del banditismo e l'innalzamento dei livelli di violenza ad esso associato, unito alla crescita dell'economia sommersa legata alla vendita di droghe, avevano fatto del quartiere un luogo per molti più pericoloso rispetto al passato. I residenti, nonostante ciò, non si limitarono ad accettare passivamente i nuovi attori subentrati nella gestione della loro sicurezza:

La giunta della colonia volle frenare e fermare questa situazione e organizzò delle ronde notturne... quando già non vedemmo né la polizia, né l'esercito, perché prima l'esercito pattugliava e anche la polizia<sup>20</sup>.

Vennero appunto istituite delle ronde notturne, composte da un numero variabile di persone. I pattugliamenti furono condotti congiuntamente da uomini e donne:

*...Anche le donne pattugliavano?*

Anche noi uscimmo a pattugliare, con i nostri bastoni. C'era una lista: tal giorno tocca a te, così...

*E usavate anche armi?*

No, gli uomini sì, le donne no, solo bastoni... altri si occupavano... se non uscivano a pattugliare. Io preparavo uno spuntino, ci davano caffè, biscotti. Alle 3,00 di mattina rientravamo in casa, all'alba<sup>21</sup>.

Se qualcuno non voleva o non poteva partecipare era costretto a pagare una quota. Ulteriore incentivo per l'adesione le promesse legate alla fornitura di servizi o l'ottenimento dei titoli di proprietà.

C'era la motivazione per cui le persone che contribuivano alle ronde e in altri lavori... erano segnalate per ricevere per primi i titoli di proprietà<sup>22</sup>).

---

<sup>20</sup> Intervista del 13 marzo 2011.

<sup>21</sup> Intervista del 30 maggio 2011.

<sup>22</sup> Intervista del 13 marzo 2011.



In pratica, gli abitanti del *barrio* si auto-organizzarono, rivendicando un ruolo attivo all'interno del mercato informale della sicurezza. Lo fecero tuttavia secondo una logica simmetrica, rispondendo alla violenza con altra violenza. La partecipazione attiva dei residenti in quel mercato ebbe così una conseguenza indesiderata. La situazione sfuggì di mano. Le ronde notturne, nonostante si fossero rivelate efficaci in un primo momento, implicarono successivamente l'effetto paradossale di aumentare i livelli di brutalità, polarizzando gli scontri tra gruppi locali di giovani. I ragazzi che parteciparono alle ronde furono infatti dotati di armi e addestrati al loro utilizzo. Per molti miei interlocutori le ronde si tramutarono in qualcosa di molto simile alle *pandillas* contro cui stavano lottando. Ciò che avrebbe dovuto costituire un organo di sorveglianza regolare si tramutò in un'istituzione illegale, un terzo attore illegittimo (le ronde non furono mai ufficialmente registrate e quindi non beneficiarono neppure della collaborazione delle forze dell'ordine<sup>23</sup>), sommatosi ai narcotrafficienti e alle bande locali. Le ronde funsero da palestra di violenza per un gruppo di giovani del quartiere.

Julio provò a chiarirmi quest'aspetto:

... Quindi la gente si organizza. Da una parte va bene, ma il problema sono, come si dice, gli effetti, come si chiamano?

*Effetti...*

Collaterali! Gli effetti collaterali che tutto questo causa, perché qui si armarono ragazzini... queste ronde davano armi a ragazzini e questi ragazzini diventarono assassini e parte della banda<sup>24</sup>.

Quanto sostenuto da Julio fu confermato da molti altri interlocutori<sup>25</sup>.

*La ronda diventò una pandilla?*

Come una *mara*, scappò di mano alle persone adulte. Già non erano più gli adulti... io mi ricordo, quando ammazzarono il primo giovane, i fratelli di questo giovane risultarono in possesso di armi e quando noi li sentivamo, prendevano a caso le persone e uscivano... queste non erano ronde, queste già non erano più ronde<sup>26</sup>.

Scoprii dunque come nel *barrio* il mercato della sicurezza fosse stato condizionato effettivamente anche da fattori contestuali e coercitivi che andavano al di là delle regole della domanda e dell'offerta e come le vittime degli attori non statali avessero assunto un ruolo attivo in relazione a quelle regole, nonostante non fossero stati in grado di gestire le conseguenze di quell'azione.

All'interno di tali dinamiche il ruolo degli attori statali si rivelò più ambiguo di quanto non avessi inizialmente ipotizzato. L'apparato dello Stato non fu in realtà semplicemente sostituito da altri soggetti, quanto invece partecipò insieme ad essi alla

---

<sup>23</sup> «Non c'era un appoggio ufficiale? Al contrario, [i poliziotti] venivano a registrare quelli che facevano le ronde e se trovavano un'arma lo arrestavano». Intervista del 1° giugno 2011.

<sup>24</sup> Intervista del 1° giugno 2011.

<sup>25</sup> Interviste del 25 aprile; 13, 15, 20 marzo; 30 maggio 2011.

<sup>26</sup> Intervista del 13 marzo 2011.



creazione di quello che Ben Penglase (2009) denomina, in un saggio del 2009, un «disordine ordinato» o uno stato di (in)sicurezza.

La ricostruzione della storia delle *maras* del quartiere ha messo in evidenza come le bande giovanili non possano essere considerate strutture parallele al potere formale, del tutto estranee ad esso, ma rappresentino al contrario attori contestualmente e storicamente situati che intrecciano relazioni con soggetti, statali e non, appartenenti al proprio intorno sociale (Arias, Rodrigues, 2006). Solo attraverso quegli scambi e quelle relazioni le bande del *barrio* poterono imporre o sospendere le loro regole, agire cioè come una forza in grado di stabilire uno «stato d'eccezione» – per utilizzare una categoria elaborata da Giorgio Agamben – zona dove legge e caos divengono indistinguibili (Agamben, 1995).

Diversi autori hanno applicato, secondo modalità differenti, la categoria dello stato d'eccezione a porzioni escluse e segregate di territorio urbano. Esiste una cospicua letteratura riferita in particolare al contesto delle *favelas* brasiliane (Brasil Bueno, 2010; Diken, 2005; Malighetti, 2011):

Lo stato di eccezione governa la relazione tra *favela* ed asfalto, dentro e fuori, centro e margine, identità e alterità, appartenenza ed estraneità. Operando attraverso politiche di esclusione inclusiva, costruisce le *favelas* secondo formule apologetiche, funzionali all'esercizio del dominio (Malighetti, 2011: 23).

In tale processo l'apparato dello stato, piuttosto che semplicemente farsi da parte, lasciando spazio ad attori armati illegali, interviene anch'esso nella produzione dello stato d'eccezione (Leeds, 1996).

Da questo punto di vista la violenza esplosa nel *barrio* era riconducibile anche alla presenza e all'assenza selettiva dello stato. Il *barrio* era uno spazio urbano simultaneamente tollerato ed ignorato, sorretto e controllato, escluso ed incluso nella città formale. Così, ad esempio, le autorità concessero prima l'occupazione di quel terreno e poi la sua formalizzazione, non garantendo però l'accesso ai servizi di base e il mantenimento della sicurezza. Allo stesso modo il *barrio* praticamente non appariva negli strumenti di pianificazione territoriale e nelle statistiche ufficiali, ma rappresentava un obiettivo preminente di campagne elettorali ed interventi che rispondevano a logiche clientelari. Il *barrio* di volta in volta era rappresentato dalla retorica politica come «comunità povera», da soccorrere e sviluppare, o «zona rossa», ossia pericolosa, sede di bande e luogo di spaccio e quindi da evitare (Lara, 06/03/2011):

...Vedere la stabilità come normativa e la violenza come rottura dell'ordine... spesso nasconde come i regimi politici naturalizzino il loro potere producendo instabilità ed incertezze nelle vite delle persone che cercano di controllare... A volte i trafficanti e gli agenti statali partecipano nella costruzione dell'autorità politica attraverso l'uso del disordine, la segretezza e l'ambiguità (Penglase, 2009: 50).

Nel *barrio*, *pandillas* ed attori statali collaborarono nella creazione di un disordine ordinato o uno stato di (in)sicurezza, una condizione in cui sicurezza e insicurezza coesistevano ambigualmente. Stato e bande giovanili dipendevano gli uni dagli altri. Il primo legittimava le seconde e viceversa. Il *barrio*, campo di negoziazione delle posizioni reciproche dei



diversi attori e delle loro relazioni di potere, si rivelò dunque un elemento tutt'altro che marginale all'interno dell'economia della violenza guatemalteca. I residenti del *barrio*, dal canto loro, con l'istituzione delle ronde, fecero il loro ingresso in quanto attori attivi nel mercato della sicurezza, contribuendo, paradossalmente, a strutturare quel disordine ordinato. Le ronde notturne del *barrio* produssero un «effetto collaterale» – per usare le parole di Julio – ossia fomentarono la violenza piuttosto che risolverla.

## 5. Conclusioni

Se, come sostengono Maria Minicuci e Mariano Pavanello in un saggio del 2010, la specificità dell'approccio antropologico nello studio dell'ambito del politico consiste nell'interpretare quest'ultimo come cristallizzazione di pratiche regolate culturalmente (Minicuci, Pavanello, 2010), questo lavoro ha voluto rappresentare un contributo in tale direzione, mostrando come alcune macrodinamiche di potere (la crisi del monopolio statale sulla violenza, il processo di democratizzazione di un Paese postbellico) si specificino e acquistino significati differenti a seconda dei contesti locali presi in esame.

In questo senso, nel quartiere dove condussi la mia ricerca, la compartecipazione degli attori statali nella produzione dello stato d'eccezione non era intelligibile se non in rapporto alla recente formazione delle prime bande giovanili e al ruolo attivo assunto da altri residenti all'interno del mercato della sicurezza.

La strategia adottata dai residenti del *barrio* non si rivelò efficace, anzi contribuì paradossalmente alla produzione dello stato d'eccezione. I conflitti tra gruppi di giovani subirono infatti un'escalation che i residenti non riuscirono più a controllare. Legge e caos erano divenuti quasi indistinguibili, come mi ribadì un'anziana signora:

... Nelle ronde c'erano ragazzi che alla fine assaltavano la stessa gente [del quartiere]. Questo si concluse quando smisero di pattugliare. Le ronde diventarono un gran problema. Morirono diverse persone<sup>27</sup>.

La giunta locale, nei primi anni 2000, sciolse le ronde, ma i conflitti tra bande rivali per il controllo di quella porzione di territorio urbano erano appena incominciati<sup>28</sup>.

## Riferimenti bibliografici

- Adams R., *Crucifixion by Power: Essays on Guatemalan National Social Structure 1944-1966*, University of Texas Press, Austin, 1970.  
Agamben G., *Homo Sacer: il potere sovrano e la nuda vita*, Einaudi, Torino, 1995.

<sup>27</sup> Intervista del 15 marzo 2011.

<sup>28</sup> Intervista del 13 marzo 2011.



- Alto Comisionado de las Naciones unidas para los derechos humanos, *Informe de la alta Comisionada de las Naciones unidas para los derechos humanos sobre las actividades de su oficina en Guatemala*, Ohchr, Guatemala, 2011.
- Arana A., *How the Street Gangs Took Central America*, «Foreign Affairs», 84, 2005, pp.98-110.
- Arias E., Rodrigues C., *The Myth of Personal Security: Criminal Gangs, Dispute Resolution, and Identity in Rio de Janeiro's Favelas*, «Latin American Politics and Society», 48 (4), 2006, pp.53-81.
- Arias, *La cara de la violencia urbana en América Central*, Fundación Arias para la paz y el progreso humano, San José, 2006.
- Avancso, *El proceso de crecimiento metropolitano de la Ciudad de Guatemala*. Cuadernos de Investigación n.18, Avancso, Guatemala, 2003.
- Bismarck P., Bolaños L., *Diagnóstico de la violencia juvenil en Guatemala: Documento para discusión*, María del Carmen Aceña, Guatemala, 2009.
- Bourdieu P., Wacquant L., *Réponses pour une anthropologie réflexive*, Éditions du Seuil, Paris, 1992.
- Brasil Bueno L., *Território de exceção enquanto limite e possibilidade para a gestão democrática em favelas de cidade do Rio de Janeiro*, in Moura Lima C., Brasil Bueno L. (eds), *Território, participação popular e saúde. Manguinhos em debate*, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010, pp.37-50.
- Caldh, *¿Y la juventud qué? Estado situacional de los derechos de la juventud en Guatemala*, Caldh, Guatemala, 2009.
- Ceh, *Guatemala, Memoria del Silencio*, F&G Editores, Guatemala, 1999.
- Ciencias y tecnología para Guatemala, *Asentamientos precarios y pobladores en Guatemala*, Citgua, Guatemala, 1991.
- Cohen S., *Folk, Devils and Moral Panics. The Creation of the Mods and Rockers*, McGibbon & Kee, London, 1972.
- Cruz J.M., (edito por), *Maras y pandillas en Centroamérica: las respuestas de la sociedad civil organizada*, Vol.IV, Uca, Managua, 2006.
- Diken B., *City of God*, in «City. Analysis of Urban Trends, Culture, Theory, Policy, Action», 9 (3), 2005, pp.307-320.
- Elwert G., *Market of Violence*, in Elwert G., Feuchtwang S., Neuberts D. (eds), *Dynamics of Violence: Processes of Escalation and De-escalation in Violent Group Conflicts*, Duncker and Humblot, Berlin, 1999.
- Eric, Ideso, Iudop, *Maras y pandillas en Centroamérica*, Vol.I, Uca, Managua, 2001.
- Facultad latinoamericana de ciencias sociales, *Violencia en Guatemala*, in «Dialogo», Flasco, Guatemala, 17/07/2011.
- Grupo de apoyo mutuo, *Informe sobre situación de derechos humanos en Guatemala y hechos de violencia al mes de octubre 2011*, Gam, Guatemala, 2011.
- Instituto nacional de estadísticas de Guatemala, *XI censo nacional de población y VI de habitación*, Ine, Guatemala, 2002.



- Jensen S., Rodgers D., *Revolutionaries, Barbarians, or War Machines? Gangs in Nicaragua and South Africa*, in Leys C., Panitch L. (eds.), *Socialist Register 2009: Violence Today. Actually Existing Barbarism*, Merlin Press, London, 2008.
- Koonings K., Kruijt D. (eds), *Armed Actors: Organised Violence and State Failure in Latin America*, Zed, London, 2004.
- Lara J.F., *Las zonas a donde pocos quieren ir*, «Prensa Libre», Guatemala, 06/03/2011.
- Leeds E., *Cocaine and Parallel Politics*, «Latin American Research Review», 31 (3), 1996, pp.47-83.
- Levenson D., *Por si mismo: un estudio preliminar de las 'maras' en la Ciudad de Guatemala*, Avancso, Guatemala, 1988.
- Lewis O'Neill K., Kedron T. (eds), *Securing the City: Neoliberalism, Space and in Security in Post-War Guatemala*, Duke University Press, Durham and London, 2011.
- Malighetti R., *Biopolitiche di eccezione e pratiche di resistenza nelle favelas di Rio de Janeiro*, «Confluenze», 3 (2), 2011, pp.22-35.
- Manz B., *Paradise in Ashes. A Guatemalan Journey of Courage, Terror, and Hope*, University of California Press, Berkeley, 2004.
- Minicuci M., Pavanello M., *Antropologia delle istituzioni. Introduzione*, «Meridiana, Rivista di Storia e Scienze Sociali», 68, 2010, pp.9-35.
- Olcese O., Moreno R., Ibarra F., *The Guatemala Earthquake Disaster of 1976: a Review of its Effects and of the Contribution of the United Nations Family*, Undp, Guatemala, 1977.
- Penglas B., *States of in Security: Everyday Emergencies, Public Secrets, and Drug Trafficker Power in a Brazilian Favela*, «Polar-Political and Legal Anthropology Review», 32 (1), 2009, pp.47-63.
- Procuraduría de los derechos humanos de Guatemala, *Informe de muertes violentas de niñez, adolescencia y juventud*, Pdh, Guatemala, 2004.
- Programa de seguridad ciudadana y prevención de la violencia, *Informe estadístico de la violencia en Guatemala*, Pnud, Guatemala, 2007.
- Ranum E.C., *Pandillas juveniles transnacionales en centroamérica, México y Estados Unidos. Diagnóstico nacional Guatemala*, Instituto universitario de opinión pública (Iudop) Universidad Centroamericana 'José Simeón Cañas', Salvador, 2008.
- Remhi, *Guatemala nunca más. Informe del proyecto inter-diocesano de recuperación de la memoria histórica*, Odhag, Guatemala, 1998.
- Rodgers D., *Living in the Shadow of Death. Gangs, Violence and Social Order in Urban Nicaragua, 1996-2002*, «Journal of Latin American Studies», 38, 2006, pp.267-292.
- Sonnevelt M., *Security at Stake. Dealing with Violence and Public (in)Security in a Popular Neighbourhood in Guadalajara, Mexico*, in Rodgers D., Jones A.G. (eds), *Youth Violence in Latin America: Gangs and Juvenile Justice in Perspective*, Palgrave Macmillan, New York, 2009, pp.45-63.
- Universidad Rafael Landivar (Url), *Cultura de Guatemala. Reflexiones y aportes*, Facultad de arquitectura y diseño, Campus central Guatemala, Url, Vol.1, enero-abril, Guatemala, 2006.



- Usaid, *Central America and Mexico Gang Assessment*, Bureau for Latin American and Caribbean affairs, Office of regional sustainable development, Usa, 2006.
- Venkatesh S., *Gang Leader for a Day: A Rogue Sociologist Takes to the Streets*, Penguin Press, New York, 2008.
- Wacquant L., *Suitable Enemies. Foreigners and Immigrants in the Prisons of Europe*, «Punishment & Society», 1, 1999, pp.215-222.



## O Parque estadual do Caracol através do perfil dos seus visitantes

Paula Carina Mayer da Silva\*  
Eurico de Oliveira Santos\*\*  
Silvio Luiz Gonçalves Vianna\*\*\*

### Índice

*Introdução; 1. Turismo, meio ambiente e unidades de conservação; 2. Metodologia, procedimentos e instrumentos; 3. Canela e o Parque estadual do Caracol; 4. O perfil dos visitantes; 5. Considerações finais; Referências bibliográficas*

### Palavras chave

*Turismo, meio ambiente, preservação ambiental, unidades de conservação, Parque estadual do Caracol*

## Introdução

A partir do século XIX, o turismo passou a ser a forma mais procurada de lazer, tornando-se uma aspiração de todos os incluídos na sociedade global de consumo<sup>1</sup>. Sua prática é, muitas vezes, uma atividade isenta de hábitos rotineiros e que confere *status*, na sociedade capitalista contemporânea (Silva, 2004). Funcionando como uma válvula de escape que faz manter o funcionamento do mundo (Krippendorf, 2001), estando em plena expansão (Sancho, 2001) e sendo uma das principais atividades da economia mundial (Beni, 2003).

Analisando o Brasil, verificamos que este se tornou, ao longo dos anos, um destino turístico competitivo e consolidado, tanto no âmbito nacional quanto internacional. E isso se deve aos segmentos turísticos ofertados no País, que definiram certos tipos de demanda. E entre elas, podemos destacar os segmentos que exploram as atividades turísticas em contato direto com a natureza.

---

\* Universidade de Caxias do Sul (Ucs).

\*\* Universidade Autónoma do Estado do México (Uaemex) e Universidade de Caxias do Sul (Ucs).

\*\*\* Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e Universidade de Caxias do Sul (Ucs).

<sup>1</sup> Artigo gerado com base no estudo, *O perfil dos visitantes e a preservação ambiental no Parque estadual do Caracol no município de Canela, Brasil*, apresentado no VII congresso português de sociologia (Cps), *Sociedade, crise e reconfigurações*, de 20 a 23 de Junho de 2012, Universidade do Porto, Faculdade de letras, Faculdade de psicologia e ciências da educação.



No Brasil, encontramos algumas áreas de preservação ambiental, que visam resguardar as características naturais de uma determinada região ou município. O Estado do Rio Grande do Sul tem algumas das principais áreas de prioridade para a conservação da biodiversidade do País. E, entre elas, destaca-se o Parque estadual do Caracol no município de Canela. Podemos observar isso, analisando o grande potencial que o município desenvolveu para a prática de atividades turísticas que transcorrem em meio à natureza.

Embora a preocupação com o meio ambiente seja relativamente recente, «foi no final do século XX que termos como ‘ecologia’, ‘preservação’ e ‘conservação’ passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas», com mudanças de pensamento ocorridas nos últimos tempos, «no sentido de valorizar a presença humana nas áreas preservadas, e não apenas o meio físico natural» (Hosaka, 2010: 263).

Houve um crescente interesse pela visitação a áreas naturais fazendo com que o turismo de natureza apresentasse «um crescimento entre 10 e 30% ao ano na última década». Tornando-se «necessária a existência de regras para o controle desse público». Porém, «é importante ressaltar que a visitação é uma forma de incrementar o apoio econômico para a conservação desses locais», sendo «imprescindível que ela ocorra da maneira mais sustentável possível, a fim de gerar o mínimo de impactos» (Hosaka, 2010: 287).

Dessa forma, «diversas modalidades de turismo alternativo e menos impactantes ao meio ambiente vêm se desenvolvendo e se afirmando» (Ribeiro, Stigliano, 2010: 75), pois, «as consequências do fluxo em massa de turistas para locais extremamente sensíveis, devem, necessariamente, ser avaliadas e seus aspectos negativos evitados, antes que esse valioso patrimônio natural se degrade de forma irremediável» (Ribeiro, Stigliano, 2010: 72).

Dessa forma, a presente pesquisa apresenta como objetivo geral identificar o perfil dos visitantes que estiveram no Parque estadual do Caracol. Como objetivos específicos, busca-se: mencionar as ações relativas ao meio ambiente que estão sendo aplicadas no parque; identificar os pontos relevantes que dizem respeito à infraestrutura do Parque estadual do Caracol; propor possíveis melhorias a se realizar no parque.

Para tanto, este estudo visa aprimorar os conhecimentos adquiridos anteriormente em relação ao assunto pesquisado, compreendendo, de maneira clara e objetiva, como estão estruturadas a infraestrutura e os atrativos que o parque dispõe aos visitantes.

Essa pesquisa torna-se relevante à medida que tenta contribuir para o conhecimento de todos, buscando compreender as percepções e observações dos visitantes, destacando também informações relevantes e que podem fornecer diretrizes para identificar o que realmente chama sua atenção e, a partir disso, encaminhar os resultados obtidos aos responsáveis, para que estes possam explorar e planejar da melhor maneira as potencialidades do parque.



## 1. Turismo, meio ambiente e unidades de conservação

Podemos entender turismo como uma atividade do setor terciário que produz grandes investimentos e colabora com o desenvolvimento mundial. Representando um segmento que aos poucos se consolidou e ganhou espaço no mercado e que vem conseguindo alcançar a maior parte da população. Sendo definido como:

um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (De La Torre, 1992: 19).

Embora as motivações que impulsionam as pessoas a viajarem sejam inúmeras e mudam com o passar do tempo para cada indivíduo (Swarbrooke e Horner, 2002), o contato com a natureza constitui-se «atualmente uma das maiores motivações de viagens de lazer» (Ribeiro, Stigliano, 2010: 72).

Sendo alavancado pelo produto turístico, que é tudo o que pode ser consumido pelo turista como: os serviços, a infraestrutura, as potencialidades da região, os eventos, o meio ambiente, a cultura e os atrativos turísticos (Dias, 2003; Tabares, 2001).

Apresentando-se como fatores significativos, uma vez que os atrativos turísticos podem ser classificados como: culturais, sendo aqueles frutos da ação humana e que visam à adaptação e a complementação dos recursos naturais; e naturais, aqueles associados à paisagem, clima, fauna e flora (Barretto, 2002).

Esses fatores são o objeto de estudo da ecologia que é a ciência que estuda as relações recíprocas entre os seres vivos e o ambiente e deles entre si, atentando não somente para os recursos naturais, como também para o meio ambiente criado pelo homem (Criação Coletiva, 1979).

Sendo que meio ambiente: «provém do latim médium (meio), que se refere ao lugar onde qualquer ser vivo pode ser encontrado e ambire (ambiente), que se relaciona a tudo que envolve esse lugar. Portanto, o ambiente reforça o conceito de meio, repassando-nos a ideia de entorno da realidade física que envolve todos os seres vivos» (Ferretti, 2002: 4).

Aproximando-se dessa forma ao conceito de paisagem que é definida como uma «área heterogênea composta de um agregado de ecossistemas em interação» (Odum, Barrett, 2007: 5), apresentando para tanto, um lado simbólico, através da existência de uma inter-relação entre homem, cultura e espaço (Rozendahl e Corrêa, 1999), sendo, portanto, carregada de significados (Yágizi, 2002).

Seguindo a linha ambiental, sabemos que «conservar significa administrar adequadamente os recursos naturais de determinada área, utilizando-os de forma racional, sem prejuízos ao meio e garantindo sua utilização para gerações futuras». Embora o conceito de conservação também esteja aliado ao desenvolvimento sustentável, observa-se por meio do trabalho de Hosaka (2010: 263) que:



tanto a conservação quanto a preservação estão diretamente relacionadas às áreas protegidas, que consistem em lugares especiais (terrestres ou marinhos) que necessitam ser administrados com objetivos conservacionistas relacionados à biodiversidade, aos processos ecológicos fundamentais e à conservação de seus recursos culturais.

Sendo assim, merece destaque também o conceito de unidades de conservação que foi estabelecido conforme a lei n.9.985 (2000), que diz que: o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação dos limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Instituto brasileiro do meio ambiente e recursos naturais renováveis, 2002).

Porém, para que uma unidade de conservação seja criada, esta deve se estabelecer de acordo com alguns objetivos a serem observados como: assegurar a qualidade ambiental, assegurar o crescimento econômico regional, conservar belezas panorâmicas, conservar os recursos genéticos, conservar os recursos hídricos, favorecer a pesquisa científica, manter a diversidade natural, manter e produzir fauna silvestre, manejar os recursos florestais, proporcionar educação ambiental, proporcionar recreação e proteger sítios históricos e/ou culturais (Cândido, 2003).

As unidades de conservação se dividem por características específicas e o objeto de estudo desta pesquisa, o Parque estadual do Caracol, encontra-se na categoria: unidades de proteção integral, que tem por objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (Costa, 2002).

Estabelecido através de um plano de manejo que é um conjunto de normas que versa sobre a manipulação de cada local, que deve ser escrito e precisa conter claramente o que, quando, onde e quem deve executar as ações, para que não ocorram desequilíbrios entre a administração, a natureza e o público.

Ele precisa ser periodicamente analisado para se adequar a todas as mudanças e fatos novos que surgem (Silva, 1996).

Dessa maneira, entende-se que, «o desenvolvimento de um turismo ambientalmente responsável pode proporcionar benefícios à proteção ambiental e à conservação da natureza» (Pires, 2010: 4).

Porém, com a renovação da clientela turística buscam-se, «cada vez mais, experiências e sensações novas, calma, contato com a natureza, aventuras e conhecimento mais aprofundado das regiões visitadas», uma vez que, o turismo na natureza, ou o turismo ecológico, pode ocorrer também em localidades turísticas já estabelecidas, embora, suas atividades turísticas possam ocasionar grandes impactos ambientais (Ribeiro e Stigliano, 2010: 73), podendo ser uma atividade que sacraliza a natureza, ao mesmo tempo que «submete-se ao mundo da mercadoria, pois se paga para desfrutar da natureza, da paisagem natural ou do ambiente natural construído» (Ribeiro, Stigliano, 2010: 78).

Contudo, de acordo com os estudos de Ribeiro e Stigliano (2010:78) o turismo necessita:



da preservação da diversidade cultural e das culturas regionais, assim como da preservação das paisagens naturais de beleza cênica, da biodiversidade de fauna e flora, do saneamento ambiental, para sua sobrevivência econômica e durabilidade de suas atividades, uma vez que os consumidores do turismo, cada vez mais, assim o exigem.

E desse modo, as atividades turísticas passam a motivar a conservação de aspectos relevantes do ambiente e das culturas locais (Ribeiro, Stigliano, 2010).

## **2. Metodologia, procedimentos e instrumentos**

A presente pesquisa possui caráter descritivo estatístico, e tem como base, a descrição, a organização e o resumo dos dados coletados, que foram apresentados conforme os estudos dessa natureza que buscam conhecer e descrever as diversas relações que ocorrem na vida política, social e econômica tanto de um indivíduo, tomado separadamente, como em grupos ou em comunidades mais complexas (Cervo, Bervian, 2002).

Essa pesquisa apresentou caráter quantitativo que, segundo o método quantitativo/descritivo, é amplamente utilizado na condução de pesquisas. E representa a intenção de garantir a precisão dos resultados. Evitando assim distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma melhor margem de segurança quanto às interferências (Richardson, 1999).

Em relação aos sujeitos da pesquisa, sejam eles turistas ou visitantes, buscou-se uma amostra acidental, não havendo, portanto, diferenciação em entrevistar o turista ou o visitante, pois ambos podem fornecer informações relevantes para a pesquisa que será «um exemplo de amostragem não probabilística, onde os elementos são escolhidos por um método que não pode ser adequadamente especificado» (Almeida, 1989: 87).

A partir disso, os sujeitos da pesquisa foram todos tratados como visitantes, sendo selecionados ao acaso. Para tanto, essa amostra baseou-se em buscar informações junto aos visitantes que se encontravam no Parque estadual do Caracol durante a coleta de dados.

Embora exista uma série de instrumentos que auxiliem a coleta de dados, utilizou-se o questionário, que é um dos instrumentos mais usados nas ciências humanas (Dencker, 1998).

Os questionários foram aplicados no mês de abril de 2011, totalizando duzentos visitantes consultados. Nos questionários havia perguntas abertas e fechadas, referentes à problemática abordada, como: dados sobre o perfil dos visitantes e dados referentes à infraestrutura.

Entre as vantagens apresentadas pela utilização de questionários está a padronização que este permite obter, podendo assim apresentar dados mais consistentes (Almeida, 1989).

Concluído o levantamento das informações junto aos visitantes, partiu-se para a análise e interpretação das mesmas. Realizou-se então, a tabulação dos dados obtidos. Para o agrupamento e mensuração dos dados, utilizou-se o software Microsoft Excel, passando desta forma a elaborar os gráficos e a tabela, referentes às variáveis abordadas.

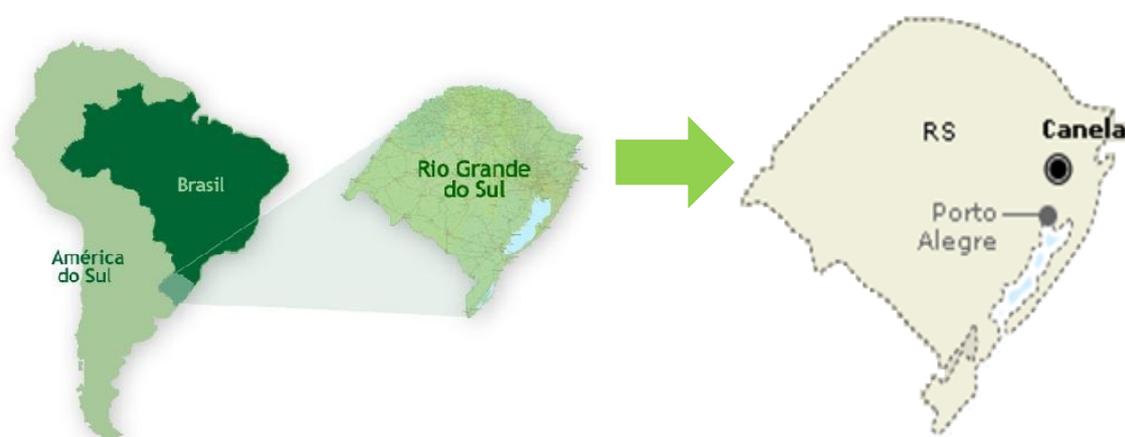


Além dos dados obtidos através da coleta de dados, recorreu-se a outras fontes de dados como as páginas eletrônicas.

### 3. Canela e o Parque estadual do Caracol

Canela é um município da Serra Gaúcha<sup>2</sup>, pertencente à Região das Hortênsias, distante 134 km da capital do Estado, Porto Alegre, conforme se pode observar na Figura 1.

Figura 1 - Localização do município de Canela(RS/Brasil)



Fontes: <http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=estado>; <http://viagem.uol.com.br/guia/cidade/canela.jhtm>. Acesso em: 05/06/2012.

Possui uma área de 270 km<sup>2</sup>. Sua população é estimada em 39.238 habitantes, segundo dados do Instituto brasileiro de geografia e estatística (2010). Possui altitude média de 830m<sup>3</sup>. O nome do município provém de uma árvore, chamada caneleira, que servia de ponto de encontro e pousada de tropeiros.

O município oferece aos turistas hotéis, restaurantes, churrascarias e cafés coloniais. E foi assim, que ao longo dos anos o município veio exercendo grande fascínio sobre seus visitantes. Tornando-se um dos mais importantes municípios no contexto turístico e cultural da Região das Hortênsias<sup>4</sup>.

O Parque estadual do Caracol situa-se a uma distância de 7 km do centro do município de Canela. Sua área foi habitada por índios kaingangues, coletores de frutos e sementes. O primeiro colono a chegar por aqui foi Guilherme Wasen, procedente da

<sup>2</sup> Área localizada na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

<sup>3</sup> Disponível em: [www.canelaturismo.com.br/como-chegar/](http://www.canelaturismo.com.br/como-chegar/), acesso em 20 de maio de 2011.

<sup>4</sup> Disponível em: [www.canela.rs.gov.br/site2009/site/content/canela/](http://www.canela.rs.gov.br/site2009/site/content/canela/), acesso em 30 de maio de 2011.



Alemanha, no ano de 1863. Inicialmente, estas terras eram uma fazenda produtiva voltada para a criação de gado, porcos e plantações diversas, porém, um lugar que já chamava a atenção por suas belas paisagens naturais.

Em 1954, o poder público e o governo do Estado do Rio Grande do Sul decretaram a área como sendo de utilidade pública. No ano de 1968 ocorreu a desapropriação legal da área, que foi transferida, por acordo, à Setur (Secretaria de turismo do Estado) e à Prefeitura municipal de Canela. O processo culminou com a criação do complexo turístico do Parque estadual do Caracol em 1973. Contando com uma área total de 100 hectares, sendo que destes, atualmente, apenas 25 hectares estão sendo utilizados.

No Parque estadual do Caracol encontra-se o principal atrativo turístico natural do município, a Cascata do Caracol, com 131 metros de queda livre, uma das sete maravilhas naturais do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, conforme demonstra a Figura 2.

*Figura 2 - Cascata do Caracol*



*Foto de Paula Carina Mayer da Silva, 2011*

*Figura 3 - Trilha do arroio no seu início*



*Foto de Paula Carina Mayer da Silva, 2011.*

O parque dispõe também de algumas atividades de lazer como: trilhas para caminhadas (ver Figura 3), escadaria com 927 degraus (ver Figura 4), passeio de trem (ver Figura 5), observatório ecológico (ver Figura 6) e lojas de artesanato (ver Figura 7).



*Figura 4 - Escadaria em seu percurso*



*Foto de Paula Carina Mayer da Silva, 2011.*

*Figura 5 - Estação Sonho Vivo/Passeio de trem*



*Foto de Paula Carina Mayer da Silva, 2011*

*Figura 6 - Observatório ecológico visto da trilha do arroio*



*Foto de Paula Carina Mayer da Silva, 2011*

*Figura 7 - Lojas de artesanato*



*Foto de Paula Carina Mayer da Silva, 2011.*

Dentro do parque ainda encontra-se o horto municipal, que também pode ser visitado e o Centro Histórico Ambiental do Parque estadual do Caracol (Chapec) (ver Figura 8).

*Figura 8 - Chapec fachada*



*Foto de Paula Carina Mayer da Silva, 2011.*

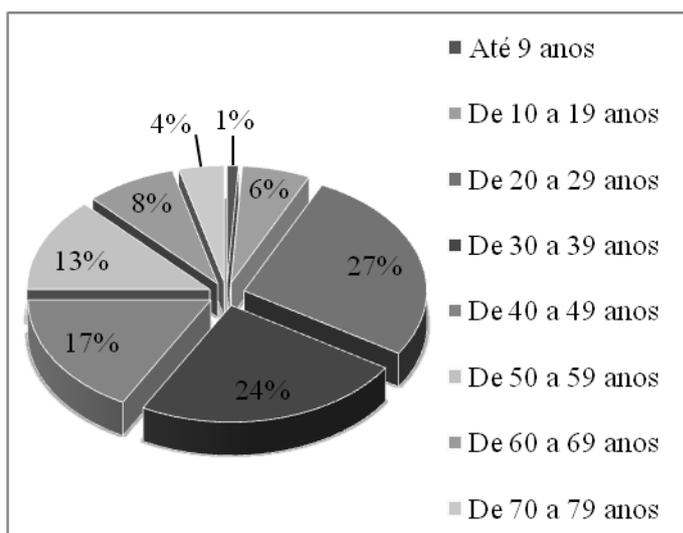


O parque conta ainda com uma fauna diversificada e entre os animais pode-se encontrar o veado mateiro (*mazana americana*), o bugio ruivo (*alouatta guariba*), o quati (*nasua nasua*), o preá (*cavia aperea*), entre outros<sup>5</sup>.

#### 4. O perfil dos visitantes

Com os resultados obtidos através dos questionários pôde-se traçar um perfil dos visitantes compreendendo o que os motiva e os influencia na visita. Em relação à faixa etária, pode-se verificar no Gráfico 1 que a grande maioria dos visitantes encontra-se entre 20 e 29 anos, representando 27% da amostra. Porém, a soma dos intervalos subsequentes, daqueles que se encontram entre 30 e 59 anos, representa um total de 54% constituindo assim mais uma parte significativa da amostra, indicando que a grande maioria dos visitantes são jovens e adultos.

Gráfico 1 - Faixa etária



Fonte: Estudo de campo, 2011.

Conforme se pode observar na Tabela 1, a distribuição dos visitantes por Regiões/Estados que mais tiveram representantes visitando o Parque estadual do Caracol foram: a Região Centro-oeste, na qual o Distrito federal representou 2,50%; a Região Nordeste, em que o Ceará foi responsável por 3%; a Região Norte, na qual Rondônia atingiu 1%; a Região Sudeste, onde São Paulo/Capital ficou com 8% seguido por Rio de Janeiro/Capital com 5,50%; a Região Sul, Rio Grande do Sul/Capital responsável por 6%, seguido por Rio Grande do Sul/Interior, com destaque para o município de Canela que representou 5,50% do total. Sabe-se que o parque recebe

<sup>5</sup> Disponível em: [www.canela.rs.gov.br/site2009/site/content/canela/](http://www.canela.rs.gov.br/site2009/site/content/canela/), acesso em 31 de maio de 2011.



visitantes de todos os estados, mas é interessante verificar a grande incidência de visitantes do próprio estado e em especial do próprio município. Observou-se ainda a presença de visitantes do exterior (Uruguai) cujo volume atingiu cerca de 2%.

Tabela 1 - Regiões de procedência dos visitantes

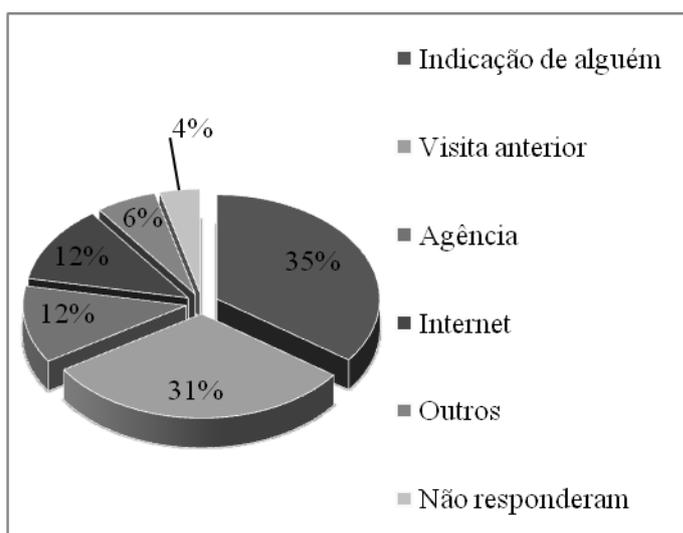
<b>Regiões</b>	<b>Percentual de visitantes</b>
<b>Exterior</b>	
Argentina	1%
Holanda	0,50%
Uruguai	3%
<b>Região Centro-Oeste</b>	
Distrito Federal	2,50%
Goiás	0,50%
Mato Grosso	0,50%
Mato Grosso do Sul	0,50%
<b>Região Nordeste</b>	
Alagoas	0,50%
Bahia	1%
Ceará	3%
Maranhão	1%
Paraíba	1%
Pernambuco	2%
Rio Grande do Norte	1,50%
<b>Região Norte</b>	
Acre	0,50%
Rondônia	1%
<b>Região Sudeste</b>	
Espírito Santo/capital	1%
Espírito Santo/interior	2,50%
Minas Gerais/capital	0,50%
Minas Gerais/interior	1,50%
Rio de Janeiro/capital	5,50%
Rio de Janeiro/interior	1,50%
São Paulo/capital	8%
São Paulo/interior	8,50%
<b>Região Sul</b>	
Paraná/capital	2,50%
Paraná/interior	1,50%
Rio Grande do Sul/capital	6%
Rio Grande do Sul/interior	28%
Santa Catarina/capital	1,50%
Santa Catarina/interior	11,50%
<b>Total</b>	100%

Fonte: Estudo de campo, 2011.



Em relação ao fator que influenciou a visita ao parque, podemos comprovar no Gráfico 2 de múltipla escolha que, 35% corresponde a indicações de amigos ou parentes, e que 31% dos respondentes apontaram como principal fator de influência a realização de uma visita anterior. Portanto, observa-se que a soma dos dois resultados (66%) representa mais da metade da amostra, o que demonstra que a propaganda «boca a boca» e a visita anterior realizada ao parque foram fatores decisivos para a atual visita.

Gráfico 2 - Fator que influenciou a visita ao parque



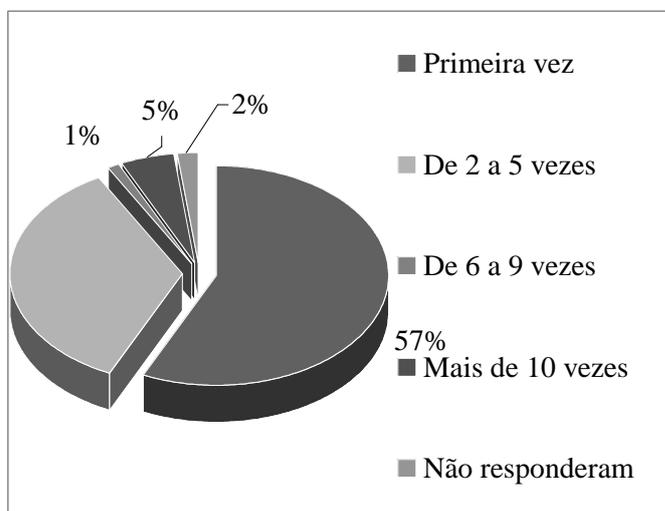
Fonte: Estudo de campo, 2011. \*Múltipla escolha

Estes dados comprovam que o que influencia a percepção do consumidor em turismo são: a) as expectativas em relação aos produtos turísticos; b) a propaganda; c) as experiências de viagens; d) as informações (recomendações de amigos e família) de quem conhece ou já conheceu o local a ser visitado, tal como afirmam os estudos de Ruschmann (1990).

No Gráfico 3, pode-se verificar que, a quantidade de entrevistados que estão visitando o Parque estadual do Caracol pela primeira vez corresponde a 57%, sendo o maior valor da amostra e 35% corresponde aos que já visitaram o parque de 2 a 5 vezes, o que mostra que, apesar do maior percentual ser de visitantes de primeira vez, o percentual daqueles que retornam ao município também se mostra significativo.



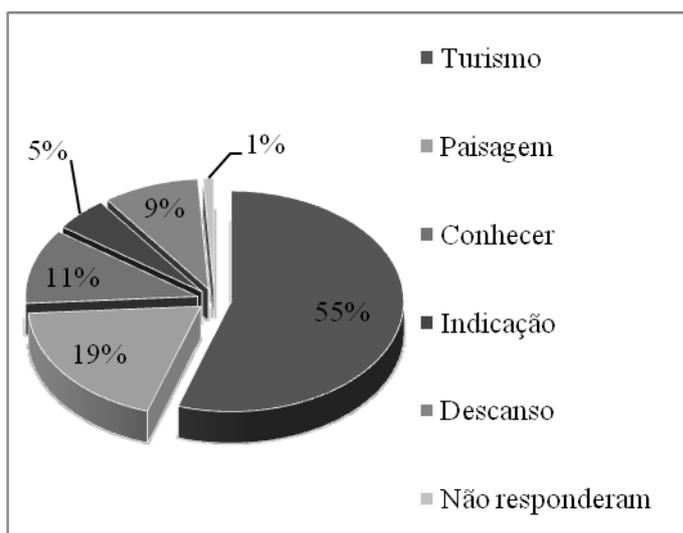
Gráfico 3 - Frequência de visitas ao parque



Fonte: Estudo de campo, 2011.

Como motivo principal da visita 55% dos visitantes apontaram turismo e 19% dos visitantes apontaram paisagem, como apresenta o Gráfico 4 de múltipla escolha. Indicando que a essência do turismo está na motivação de viajar para lugares diferentes do cotidiano e a paisagem é o elemento que melhor indica ao turista essa mudança de lugar, deixando claro o entendimento de que a paisagem é muito importante para o turismo (Ferretti, 2002). Pode-se aliar a isso a possibilidade de “fugir da rotina” e ainda contemplar a fauna e a flora brasileira, que podem ser observadas no parque.

Gráfico 4 - Motivo principal da visita



Fonte: Estudo de campo, 2011. \*Múltipla escolha.

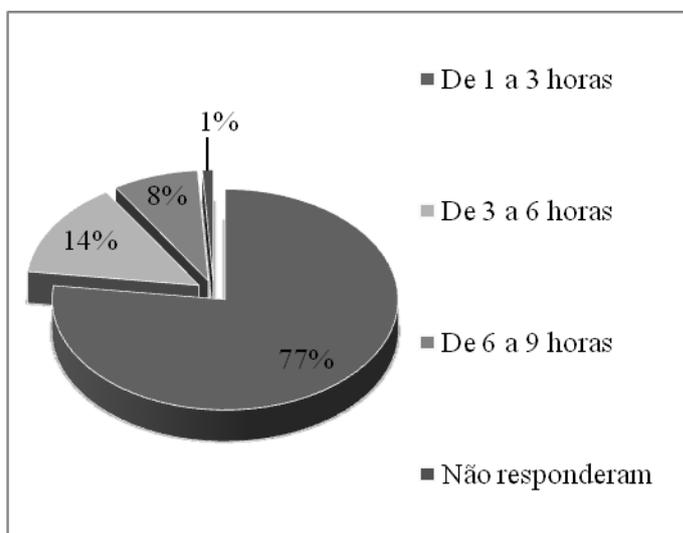


Embora ainda possa ser mais que isso, pois muitos visitantes do parque são naturais de outras regiões, e muitas vezes, regiões que possuem características naturais muito diferentes. O que proporciona ao visitante entrar em contato com um bioma completamente diferente, experimentar sensações e adquirir novas informações.

Como exemplo, para as experiências podemos citar a floração da hortênsia (*Hydrangea Macrophylla*), flor que possui boa adaptação ao frio, possuindo cores variadas e que ocorre entre os meses de novembro e janeiro, e é a flor símbolo da região, onde o parque está situado. Mais experiências podem ser vivenciadas no período de “colheita” do pinhão, semente da araucária (*Araucaria Angustifolia*), também, muito comum nessa região, e que se forma dentro de uma pinha, que se abre, e deixa os pinhões caírem ao chão. Esse período geralmente se estende entre os meses de maio a junho. Outro aspecto interessante a respeito das visitas ao parque é a constante incidência de famílias, formadas na sua maioria por avós, pais e netos, que em conversas informais, geralmente os avós relatam estarem apresentando o parque aos netos, uma vez que já fizeram isso com os filhos e sentem grande satisfação em contemplar a natureza.

Ou, ainda, em uma caminhada rápida pelas dependências do parque encontram-se muitos moradores do município que, nos finais de semana ensolarados, vão ao parque descansar com a família, uma vez que os moradores possuem uma forte ligação com o parque, que é o principal ponto turístico do município. Quanto ao tempo de permanência da atual visita, 77% dos visitantes responderam que permaneceram no parque de 1 a 3 horas. Como se pode comprovar no Gráfico 5, uma vez que, o horário de funcionamento do parque é de segunda a sexta das 9h às 17h 45min, e aos sábados e domingos das 9h às 18h<sup>6</sup>.

Gráfico 5 - Tempo de permanência da atual visita



Fonte: Estudo de campo, 2011.

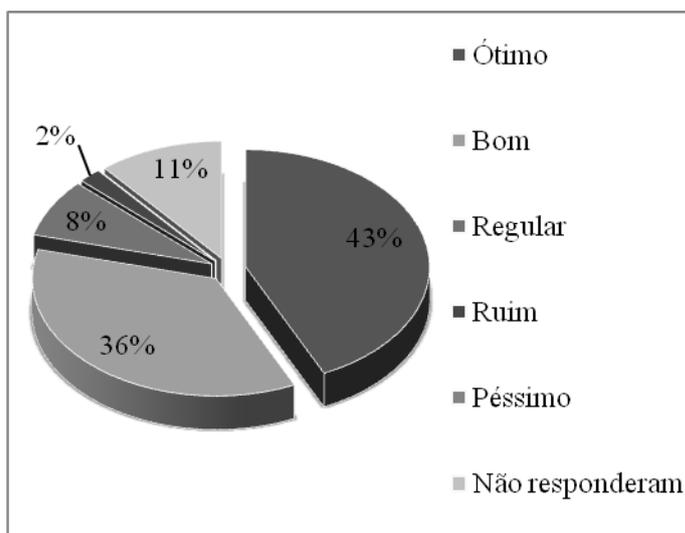
<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.canela.com.br>, acesso em 30 de maio de 2011.



A partir desse resultado, percebe-se que o parque permanece em funcionamento durante o dia em horário comercial. Sendo assim, os visitantes não permanecem nele para o pernoite. Porém, como o parque possui fácil acesso, e não disponibiliza alojamento em suas dependências, cabe lembrar aos visitantes que, como dito anteriormente, o parque se encontra em um município turístico que conta com uma oferta hoteleira bastante diversificada, desde opções mais distantes, assim como opções mais próximas ao parque, que convidam o visitante a chegar até ele, após uma caminhada por seu acesso, que proporciona o contemplar de belíssimas paisagens.

Aspectos referentes à infraestrutura também foram avaliados, entre eles: sanitários, mapas de localização e estacionamento. No Gráfico 6 temos a descrição da avaliação dos sanitários, onde 23% os consideram ótimo, 38% bom e 25% não responderam essa questão, por não terem utilizado esse serviço de infraestrutura.

Gráfico 6 - Sanitários

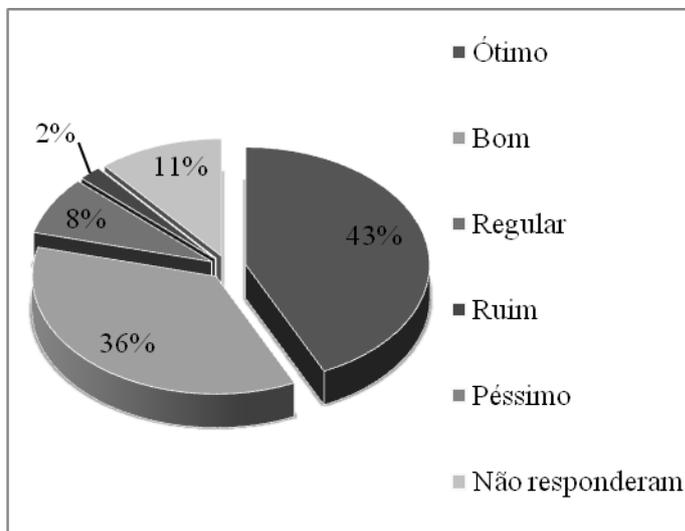


Fonte: Estudo de campo, 2011.

De acordo com os visitantes, observa-se no Gráfico 7 que, os mapas de localização foram considerados como: 43% ótimo, 36% bom, mostrando assim, a satisfação dos visitantes em relação a esse quesito.



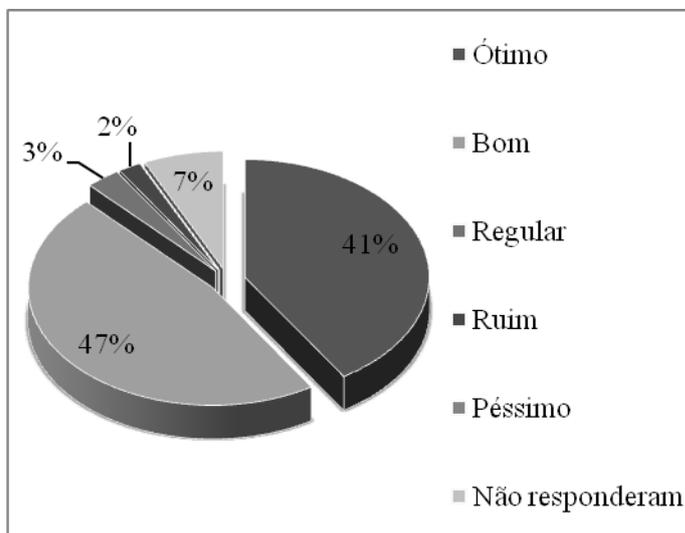
Gráfico 7 - Mapas de localização



Fonte: Estudo de campo, 2011.

O estacionamento recebeu a seguinte avaliação: 41% ótimo, 47% bom, mostrando assim, a grande satisfação dos visitantes, como pode ser verificado por meio do Gráfico 8.

Gráfico 8 - Estacionamento



Fonte: Estudo de campo, 2011.

Com os resultados coletadas junto aos visitantes, é possível compreender como os indivíduos perceberam o ambiente. Conhecendo um pouco dos seus conceitos e valores, podendo identificar o que mais desperta sua atenção. Sendo essas tarefas relevantes para



planejar e desenvolver ações ambientais bem sucedidas, utilizando como base a realidade percebida pelos visitantes do parque.

Enfim, são resultados que, no todo, espelham a necessidade do contato com a natureza e das experiências que podem ser vivenciadas através dela. Como se pode notar, são visitantes jovens, de diversos estados, que possuíam algum tipo de motivação que os fizeram conhecer o parque, ainda que pela primeira vez e mesmo que o tempo de permanência não tenha sido suficiente para um contemplar mais detalhado. Permanece a vontade do retorno e a vontade de compartilhar com amigos e familiares da esfera ambiental que o parque proporciona, assim como permanece a esperança de que a atual geração perceba a necessidade dos cuidados que se deve ter com o ambiente em que se vive.

Os resultados aqui apresentados demonstram que há uma visível preocupação no sentido de que se possa alcançar a consciência da construção de um “mundo” no qual as novas gerações sejam mais preocupadas com a preservação de parques (como o Parque estadual do Caracol), para que as belezas naturais e os animais não se extingam com o tempo e o descaso.

## **5. Considerações finais**

Como se pode perceber, o município de Canela, situado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, tornou-se um grande destino turístico, procurado por visitantes encantados por suas belas paisagens naturais.

O presente estudo buscou abordar aspectos relacionados ao Parque estadual do Caracol, que é o principal atrativo do município, e teve tanto seu objetivo geral quanto seus objetivos específicos alcançados.

Os resultados obtidos por meio da análise do perfil dos visitantes revelaram que a grande maioria dos entrevistados são brasileiros provenientes da região sul, apresentando como principal influência para a visita a indicação de amigos ou parentes, sendo essa a primeira vez que estavam no parque. O turismo e a paisagem receberam destaque enquanto motivos principais para a visita, e os entrevistados passaram de 1 a 3 horas no parque.

Em relação às ações sobre o meio ambiente, observa-se que há um constante monitoramento da fauna e da flora existentes e dos afluentes da cascata, assim como do entorno, obtendo-se para tanto um reconhecimento do todo.

Um aspecto extremamente relevante, mas que infelizmente, deixa a desejar, diz respeito aos estudos e pesquisas referentes ao parque, uma vez que são inexistentes as iniciativas em se construir uma base de dados que permita o acompanhamento constante dos visitantes do parque.

Em referência à infraestrutura do parque, pode-se verificar que ocorreram diversas melhorias nos últimos anos, porém alguns aspectos encontram-se deficientes, como por exemplo os sanitários e os mapas de localização, apesar das avaliações terem tido pareceres satisfatórios. Porém, para manter a qualidade e a manutenção do parque, os



funcionários vêm realizando cursos e adquirindo informações em áreas específicas como: os relacionados ao cultivo de flores.

A manutenção periódica dos equipamentos e instalações também está sempre ocorrendo. Mutirões de limpeza, manutenção e conservação de todo parque de tempos em tempos também se fazem necessários, podendo envolver dessa forma a comunidade local. Embora o parque apresente algumas deficiências, vê-se que as expectativas e necessidades dos visitantes são atendidas.

Todavia, conclui-se que o parque necessita passar por uma revitalização para se adequar às novas demandas apresentadas, passando assim a estar de acordo com as necessidades e expectativas dos seus visitantes e apresentando atrativos melhor estruturados e conservados, que sejam estabelecidos conforme padrões que visem manter sua qualidade, prezando sempre pela preservação ambiental, bem como disponibilizar espaços para que os visitantes possam ser recebidos e conheçam melhor a história e a estrutura do parque.

Para viabilizar a realização das melhorias necessárias faz-se necessário que haja mais investimentos dos órgãos responsáveis pela manutenção do parque, uma vez que essa revitalização é fundamental para que o parque possa apresentar uma boa estrutura de serviços e atrativos, que encante cada vez mais aos visitantes.

## Referências bibliográficas

- Almeida J.A., *Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia*, Mec/Abeas, Brasília, 1989.
- Barreto M., *Planejamento e organização em turismo*, Papirus, Campinas, 2002.
- Beni M.C., *Globalização do turismo: megatendências do setor e realidade brasileira*, Aleph, São Paulo, 2003.
- Cândido L.A., *Turismo em áreas naturais protegidas*, Educ, Caxias do Sul, 2003.
- Cervo A.L., Bervian P.A., *Metodologia científica*, Prentice Hall, São Paulo, 2002.
- Costa P.C., *Unidades de conservação, matéria prima do ecoturismo*, Aleph, São Paulo, 2002.
- Criação Coletiva, *Encontro de integração dos organismos municipais de turismo*, Rio Grande do Sul, 1979.
- De La Torre O., *El turismo: fenómeno social*, Fondo de cultura econômica México, 1992.
- Dencker A.F.M., *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*, Futura, São Paulo, 1998.
- Dias R., *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*, Atlas, São Paulo, 2003.
- Ferretti E.R., *Turismo e meio ambiente*, Roca, São Paulo, 2002.
- Hosaka A.M.S., *Unidades de conservação: aspectos históricos e conceituais*, in Philippi A. Jr., Ruschmann D. (eds.), *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*, Manole, Barueri, 2010.
- Instituto brasileiro de geografia e estatística, *Senso 2010, Rio Grande do Sul*, Acesso em 30 maio, 2011, [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_rio\\_grande\\_do\\_sul.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_grande_do_sul.pdf).



- Instituto brasileiro do meio ambiente e recursos naturais renováveis, *Sistema nacional de unidades de conservação Snuc*, Brasília, 2002.
- Krippendorf J., *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, Aleph, São Paulo, 2001.
- Lei n.9.985 de 18 de julho de 2000, Dispõe sobre o Sistema nacional de unidades de conservação da natureza e dá outras providências, Brasília, DF, 2000.
- Odum E.P., Barrett G.W., *Fundamentos de ecologia*, Thomson Learning, São Paulo, 2007.
- Pires P.S., *Turismo e meio ambiente: relação de interdependência*, in Philippi A. Jr., Ruschmann D. (eds.), *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*, Manole, Barueri, 2010.
- Ribeiro H., Stigliano B.V., *Desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental*, in Philippi A.Jr., Ruschmann D. (eds.), *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*, Manole, Barueri, 2010.
- Richardson R.J., *Pesquisa social: métodos e técnicas*, Atlas, São Paulo, 1999.
- Rozendahl Z., Corrêa R.L., *Manifestações da cultura no espaço*, Eduerj, Rio de Janeiro, 1999.
- Ruschmann D., *Marketing turístico: um enfoque promocional*, Papirus, São Paulo, 1990.
- Sancho A. et al (org.), *Introdução ao turismo*, Roca, São Paulo, 2001.
- Silva L.L., *Ecologia: manejo de áreas silvestres*, Fatec, Mma, Fnma, Santa Maria, 1996.
- Silva M.G.L., *Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer*, Aleph, São Paulo, 2004.
- Swarbrooke J., Horner S., *O comportamento do consumidor no turismo*, Aleph, São Paulo, 2002.
- Tabares F.C., *Producto turístico: aplicacion de la estadística y del muestreo para su diseño*, Trilhas, México, 2001.
- Yázigi E., *Turismo e paisagem*, Contexto, São Paulo, 2002.



## Recensioni, resoconti e dibattiti

*Recensioni di volumi, resoconti, riflessioni e dibattiti su eventi di particolare interesse riferiti all'America Latina – tavole rotonde, seminari, convegni e manifestazioni – potranno essere inviati al consueto indirizzo mail (csal@units.it), mentre i volumi potranno essere recapitati all'indirizzo postale riportato in seconda pagina di copertina. I materiali che perverranno alla Redazione verranno valutati ed eventualmente pubblicati nel primo numero in uscita di «Visioni LatinoAmericane». I libri ricevuti verranno segnalati in apposita rubrica.*

**Eduardo Cesar Leão Marques, *Opportunities and Deprivation in the Urban South. Poverty, Segregation and Social Networks in São Paulo*, Ashgate, Surrey, 2012, 186 p.**

La povertà umana, la segregazione spaziale e la produzione e la riproduzione delle disuguaglianze sociali sono le tematiche indagate nel nuovo libro di Eduardo Cesar Leão Marques. L'autore brasiliano, mediante uno studio condotto nella città di São Paulo, mostra come i modelli di relazione nei quali gli individui sono inseriti divengono centrali nella comprensione dei temi ora richiamati, superando la contrapposizione tra due approcci che appaiono tra loro antitetici: da un lato l'approccio olistico, secondo il quale lo stato di deprivazione socio-economica di alcuni individui è spiegabile da un punto di vista economico-strutturale. Secondo tale approccio sono le dinamiche economiche, nello specifico le caratteristiche del mercato del lavoro, a influenzare le condizioni di vita delle persone. L'approccio individualistico, invece, adottando un punto di vista di livello micro, riconduce le cause della povertà a caratteristiche rintracciabili negli individui stessi, nei loro comportamenti, nelle loro strategie e decisioni. I processi sociali sono considerati meramente nella loro capacità di influenzare i singoli e non come causa stessa di alcune condizioni socio-economiche.

Marques, utilizzando e integrando diverse metodologie di ricerca quantitative e qualitative, riesce brillantemente, di capitolo in capitolo, a rispondere ai quesiti di ricerca esplicitati all'inizio del suo volume:

Quali sono le caratteristiche e che cosa condiziona e influenza i *network* nelle città brasiliane?

Quali tipi di *network* esistono e come sono collegati ai diversi modelli di socialità e di aggregazione urbana?

Quali conseguenze hanno i *network* sulle persone e sulle loro condizioni di povertà?

Quali sono i meccanismi mediante i quali i *network* influenzano le condizioni di vita degli individui e la disuguaglianza sociale?

Gli esiti di questo studio sono di un certo rilievo sia per il contributo che apportano al campo sociologico sia per i loro possibili effetti sulle politiche pubbliche volte a combattere la povertà.

Da un punto di vista scientifico risulta innovativa la lettura dei meccanismi che riproducono la povertà umana dando rilevanza ai fattori *meso*, che vengono integrati – non sostituiti – a quelli *macro*, quali i processi sociali ed economici, e a quelli *micro*. Le



strutture relazionali e spaziali risultano infatti centrali nella spiegazione delle situazioni di marginalità, ma tali *network*, lungi dall'essere considerati passive configurazioni relazionali, possono essere attivati in maniera differente dagli individui – per esempio nella loro vita quotidiana per ottenere un lavoro, per risolvere questioni legate alla salute, alla cura dei bambini, all'ottenimento di micro-prestiti, etc. – producendo anche risultati diversi. Ciascun *network*, infatti, può produrre conseguenze positive o negative; lo stesso *network* può essere utilizzato in maniera differente da persone diverse o dallo stesso individuo in situazioni differenti.

Un'altra evidenza degna di nota è quanto emerge circa le caratteristiche dei *network* delle persone che vivono in povertà: tendono a essere più piccoli, più centrati a livello locale, meno coesi e meno diversificati di quelli della classe media. In tal senso essi non eliminano le differenze sociali e le inuguaglianze, ma contribuiscono a riprodurle. Scrive infatti l'autore nelle sue conclusioni: “[...] networks do not eliminate social differences and inequalities, on the contrary they reproduce them, and can only be understood in this light” (p.150). Tali esiti possono avere rilevanti conseguenze in termini pratici sull'azione stessa dello Stato nei confronti delle comunità economicamente e socialmente più emarginate, in quanto “policies for combating poverty are based on our representations of the phenomenon” (p.152).

La prima osservazione è che le politiche pubbliche – sia quelle tradizionali, nei campi per esempio della salute o dell'educazione, sia le politiche che si sono sviluppate in tempi più recenti, come per esempio gli interventi legati al microcredito – sono chiamate a prendere in considerazione la sfera relazionale. Infatti le iniziative da parte degli organi di governo possono avvantaggiarsi dagli stessi *network* esistenti nelle comunità più marginali.

In conclusione si può dire che l'autore assume un livello di analisi intermedio, dimostrando la centralità che gli elementi *meso* della società, abbinati ai modelli di relazione tra individui, svolgono nello spiegare le condizioni di povertà, cercando così di superare le letture polarizzate – strutturalismo/individualismo – che caratterizzano gli studi e i dibattiti sulle cause della povertà in America Latina. Lo studio, inoltre, intende superare le letture basate su categorie descrittive ampie, quali quelle di vulnerabilità e cittadinanza, le quali hanno condotto a interessanti interpretazioni, ma presentano limiti nell'effettiva spiegazione dei fenomeni di produzione e riproduzione della povertà.

In ultima analisi pare di poter dire che il volume presenta in maniera chiara, nonostante la complessità dei temi studiati e le diverse relazioni causali tra di essi, come gli elementi *meso* della società – nello specifico i *network* e le modalità con cui vengono attivati –, integrati a quelli tradizionalmente presi in esame sugli studi sulla povertà e sulla segregazione spaziale – condizioni economiche, caratteristiche del mercato del lavoro, strategie e decisioni individuali, vulnerabilità, cittadinanza – rappresentano chiavi di lettura che favoriscono passi in avanti nella comprensione dei fenomeni oggetto di indagine.

Veronica Riniolo



Armando Mascolo, Maria Lida Mollo (cur.), *Xavier Zubiri*, numero monografico di «Rocinante. Rivista di Filosofia Iberica e Iberoamericana», 5, 2010, Firenze, Le Cáriti, 2011, 229 p.

Il quinto numero della rivista annuale di filosofia iberica e iberoamericana *Rocinate*, pubblicata dall'editore fiorentino Le Cáriti, è stato interamente dedicato al pensiero e all'opera dell'intellettuale spagnolo Xavier Zubiri. Il pensiero di Zubiri ha avuto una notevole importanza oltre che in Spagna anche in America Latina, influenzando sia molti esponenti della teologia della liberazione, sia quegli autori di impostazione laica che ne hanno ripreso invece la cosiddetta antropologia storicizzante per la quale l'uomo, "l'animale della realtà", è considerato espressione di un contesto storico preciso.

Questo numero di *Rocinate*, ottimamente curato da Armando Mascolo e María Lida Mollo, raccoglie, integrandoli, i testi delle relazioni che furono discusse durante una giornata di studi, tenutasi all'Istituto italiano di scienze umane (Sum) di Napoli il 9 novembre 2009. In quella circostanza fu infatti presentata la prima traduzione italiana dell'ultima opera scritta da Zubiri, *Intelligenza senziente*, uscita per Bompiani nel 2008.

Il numero, vista la presenza di autori quali Diego Gracia, Antonio Gonzáles, Víctor Manuel Tirado, Óscar Barroso, Giuseppe Cacciatore, Pio Colonnello, Paolo Ponzio, Stefano Santasilia, oltre ai due curatori già citati, può essere ritenuto, a ragione, un imprescindibile punto di riferimento per chi abbia intenzione di conoscere e approfondire Zubiri.

Prima di analizzare con maggiore attenzione alcune delle riflessioni suggerite in questo numero, è doverosa innanzitutto una breve panoramica di tutti gli articoli che lo compongono. Il primo testo, che segue l'editoriale del direttore della rivista, Luis de Llera, è di Diego Gracia, il quale si concentra su tutti quegli aspetti che hanno segnato la metafisica zubiriana. In particolare Gracia approfondisce il contesto storico e culturale nel quale si formò il filosofo Zubiri e le letture e gli autori che lo condussero alla posizione che, nel corso della sua vita, assunse. Ci sono poi i lavori di Antonio Gonzáles, che studia la questione della tecnica in Zubiri, e quello di Víctor Manuel Tirado, che ragiona sul problema dell'estetica. Continuando, attraverso i contributi di Óscar Barroso, Paolo Ponzio e María Lida Mollo, il lettore potrà riflettere su uno degli argomenti centrali del pensiero di Zubiri, vale dire quello legato alla "noologia"; tema, quest'ultimo, che costituisce anche il punto di partenza dell'articolo di Giuseppe Cacciatore il quale propone un confronto tra il filosofo spagnolo e Wilhelm Dilthey. Chiudono il fascicolo i saggi di Pio Colonnello, che indaga il rapporto tra sensazione e intellesione, di Armando Mascolo, che affronta la questione dell'angoscia quale chiave interpretativa della metafisica del reale di Zubiri, e di Stefano Santasilia, che invece ripercorre l'opera zubiriana attraverso l'analisi degli aspetti religiosi in essa presenti.

Al di là di offrire un sintetico sguardo d'insieme sui contenuti di questo numero di *Rocinate*, ci si vorrebbe soffermare in particolare su alcuni saggi. Il primo è quello di Oscar Barroso, che nel suo contributo, *I fatti e la loro descrizione. A proposito del metodo fenomenologico in Zubiri*, prova a spiegare, attraverso *Intelligenza senziente*, il senso che il concetto di fatto possiede nell'opera dell'intellettuale basco. Tale concetto è uno snodo fondamentale nello sviluppo della filosofia zubiriana, in quanto segna quella



che può essere definita una depurazione fenomenologica del suo pensiero. «Una depurazione» afferma Barroso «che sarebbe in grado di superare tanto l'ambito eidetico quanto quello trascendentale proprio della fenomenologia husserliana, nonché l'analisi meramente fattizia in riferimento alla filosofia heideggeriana» (p.80). Zubiri, del resto, considera la fenomenologia più che una filosofia concreta, una forma di filosofare che si è guadagnata il proprio oggetto: una filosofia dunque alla quale non basta il carattere genitivo, poiché vuole essere un tipo di sapere strettamente connesso ad altri saperi. In questo senso l'heideggerismo di Zubiri cerca il reale e il suo ambito essenziale e non, formulando una nozione diversa di essenza che, abbandonando una riduzione eidetica o trascendentale, si configuri come un approfondimento del fattizio (p.81).

A questo proposito Giuseppe Cacciatore, nel suo saggio *Vita e storia tra Zubiri e Dilthey*, sostiene che in Zubiri l'attribuzione dell'intenzionalità di un carattere va di pari passo con il riconoscimento della fisicità formale. In tal modo Zubiri, prendendo le distanze sia dal realismo ingenuo che da quello idealistico – «opponendo all'a priori il *prius* della formalità di realtà, un *prius* trascendentale che non è né a priori né a posteriori» (p.102) –, rifiuta tanto la categoria di *Weltanschauung* quanto gli approcci dettati dalle filosofie neo kantiane e dall'*historismus* diltheyano. Tuttavia, secondo Cacciatore, è possibile comparare «il fluire e il rifluire degli atti di intelligenza senziente da una parte, e il materiale metamorfico del vissuto dall'altra» (p.103). Da questa analisi comparativa, se da un lato risultano confermate le zubiriane istanze anti-psicologistiche e anti-ermeneutiche, dall'altro è possibile scoprire anche una sorprendente convergenza: «Ciò che a Dilthey appare come visione della razionalità immateriale ed astratta, per Zubiri è un'essenza aperta e dotata di fisica sostantività» (*ibidem*). E tali affinità portano Cacciatore a sottolineare come, per Zubiri, le critiche e le incomprensioni nei confronti del pensiero di Dilthey siano in fin dei conti un'occasione mancata per arricchire la sua proposta filosofica (p.102).

In *Rileggendo il nesso sentire/comprendere in Intelligenza senziente di Xavier Zubiri*, Pio Colonnello approfondisce invece il rapporto tra sensazione e intellesione sviluppato in *Intelligenza senziente*. Secondo Colonnello, Zubiri tenta infatti di individuare alcune possibili piste ermeneutiche rileggendo, attraverso una differente impostazione, i momenti chiave della tradizione del pensiero occidentale (p.109). La questione di fondo di questa polemica è comprendere cosa significhi intelluire. Storicamente, afferma Colonnello, «una cosa, si dice, è sentire, un'altra intelluire. Questa impostazione del problema dell'intelligenza contiene al fondo un'affermazione: intelluire è posteriore a sentire, e tale posteriorità è un'opposizione» (p.110). In realtà per Zubiri «il sentire umano e l'intelluire non solo non si oppongono, ma costituiscono nella loro intrinseca e formale unità un solo e unico atto di apprensione. Intelluire è un modo di sentire, e sentire è nell'uomo un modo di intelluire» (*ibidem*). Non si tratta dunque «di intelluire il sensibile e di sentire l'intelligibile» (p.111), ma di una nuova forma gnoseologica, espressione di un'unica facoltà, l'intelligenza senziente, composta allo stesso tempo dall'intelluire e dal sentire. I punti di contatto tra Zubiri e Heidegger su queste posizioni sono evidenti, per quanto Zubiri, avverte Colonnello, sebbene inizialmente subisca il fascino della filosofia heideggeriana, non ne è, e non vuole assoluta-



mente esserne, un epigono, così come non vuole essere considerato un rappresentante dell'esistenzialismo: «Zubiri ritiene insostenibile che l'essere si dia solo nel Dasein, perché ciò presuppone la realtà. L'ontologia deve sfociare nella metafisica» (*ibidem*). A parere di Zubiri, «la filosofia moderna si basa su quattro false sostantivizzazioni: lo spazio, il tempo, la coscienza e l'essere. Dinanzi a queste che ritiene “sostantivizzazioni”, Zubiri si è collocato a un livello previo, cioè nella metafisica del reale, concependo l'intellezione non come coscienza, bensì come attualizzazione del reale nell'intelligenza senziente» (*ibidem*). Tutto ciò è confermato nelle opere della maturità, nelle quali Zubiri supera definitivamente le intuizioni sia di Husserl che di Heidegger, e sancisce il riconoscimento di una metafisica incentrata sulla realtà e che si muove sulle coordinate conoscitive dell'intelligenza senziente.

Il saggio di Mascolo, *Angoscia e speranza: le “fonti spirituali” del realismo di Xavier Zubiri*, propone infine un'efficace rilettura dell'opera e della figura di Zubiri. Anche Mascolo naturalmente si concentra su *Intelligenza senziente*, un'opera che «ha quale suo oggetto precipuo d'indagine lo studio dell'“intellezione umana” o, detto altrimenti, degli atti di “intellezione senziente”» (p.121). Per il filosofo spagnolo l'intellezione senziente è relazionata con l'«impressione di realtà», cioè «la forma in cui le caratteristiche proprie della realtà – che Zubiri chiama “note”, in quanto sono ciò che ci rende noto la cosa stessa e ciò che la cosa possiede “di suo” – sono apprese dall'uomo e costituiscono l'*apprensione primordiale*» (p.122). L'apprensione primordiale non deve però essere percepita alla stregua «di un mero sentire né tantomeno di un mero intellighere, ma di un “sentire intelligente” o di un “intelligere senziente”, in quanto i due atti – il sentire umano e l'intellezione appunto – non sono da considerarsi come due momenti distinti», ma «ognuno completo nel suo ordine», costituendo «nella loro intrinseca e formale unità, un solo e unico atto di apprensione. Questo atto in quanto senziente è impressione; in quanto intellettuale è apprensione di realtà» (*ibidem*). A ben vedere Zubiri, sulla base del concetto di “apprensione primordiale di realtà”, arriva a teorizzare che «l'intellezione umana è formalmente mera attualizzazione del reale nell'intelligenza senziente» (*ibidem*).

L'analisi condotta da Zubiri, pertanto, non si rivolge a una sola funzione intellettuale, come per esempio la conoscenza, ma all'atto intellettuale in senso generale. Su questo aspetto Mascolo, giustamente, precisa che il fine dichiarato di *Intelligenza senziente* è «reinstallarci nella realtà» (p.120), analizzando la modalità di accesso al “reale” (p.121). Non si può non pensare, da questo punto di vista, a Husserl e alla sua volontà di “ritornare alle cose stesse” attraverso il metodo fenomenologico, o a Heidegger e al suo desiderio di risalire alle origini dell'Essere. In tale prospettiva, afferma Mascolo, in Zubiri c'è il chiaro intento di voler ritornare alle cose e in particolare al momento in cui «il soggetto capta il reale in quanto tale, prima ancora di poter costruire su di esso qualunque elaborazione mentale» (*ibidem*). L'analisi zubiriana si inserisce così a pieno titolo in una dimensione di pensiero fenomenologico, per quanto il filosofo spagnolo non senta la necessità di «ricercare ad ogni costo delle essenze logiche o metafisiche pure», ma piuttosto di definire «la nuda realtà», intesa quale «punto di partenza originario, e «di incontrarne il “potere”, la “forza di imposizione”, cui Zubiri affida il



concetto di noergia» (*ibidem*). Ed è per tale ragione che l'individuo quando prova una sensazione, la sente come qualcosa che ha un suo significato autonomo: «La realtà, in definitiva, consiste nell'apprendere qualcosa come "alterità", come qualcosa, in altre parole, che possiede delle proprietà che le appartengono prima ancora di essere appresa senzientemente. Non siamo noi, pertanto, a rappresentarci la realtà – come pretenderebbe l'idealismo – ma è la realtà stessa che si pone come condizione di possibilità di qualsiasi rappresentazione, è la realtà che ci inventa e ci costituisce come "sostantività intelligente"» (p.122). Mascolo propone poi un interessante parallelo tra Zubiri e Aristotele, sostenendo che l'intellettuale spagnolo non ripiega, nel suo discorso, su posizioni aristoteliche. Per Zubiri, infatti, non esiste una priorità interna del sapere sulla realtà, né tanto meno della realtà sul sapere, in quanto questi due elementi sono in un rapporto di "congenericità": «Il sapere e la realtà sono alla loro stessa radice strettamente e rigorosamente congeneri. Non vi è una priorità dell'uno sull'altra. E questo non solamente per le condizioni di fatto della nostra ricerca, ma per una condizione intrinseca e formale dell'idea stessa di realtà e di sapere. Realtà è il carattere formale – la formalità – secondo il quale l'appreso è qualcosa "in proprio", qualcosa *de suyo*. E sapere è apprendere qualcosa secondo questa formalità» (*ibidem*).

*Roberto Colonna*



## Libri ricevuti

- Arnaldi S., Poli R. (cur.), *La previsione sociale. Introduzione allo studio dei futuri*, Carocci Editore, Roma, 2012.
- Berzano Luigi (cur.), *Credere è reato? Libertà religiosa nello Stato laico e nella società aperta*, Edizioni Messaggero, Padova, 2012.
- Carboni S., Elia E., Tola P. (cur.), *Anziani e non autosufficienza. Ruolo e servizi del volontariato in Toscana*, Quaderni Csvot, 57, Regione Toscana, Firenze, 2012.
- Caritas, Migrantes, *22° Dossier statistico immigrazione 2012*, Edizioni Idos, Roma, 2012.
- Casella Paltrinieri A. (cur.), *Incontri transatlantici. Il Brasile negli studi dell'antropologia italiana*, Novalogos, Aprilia, 2012.
- Censis, *46° Rapporto sulla situazione sociale del Paese 2012*, FrancoAngeli, Milano, 2012.
- Chiocca M., Valli L. (cur.), *L'innovazione responsabile*, Edizioni Retecamere, Roma, 2012.
- Colozzi I. (cur.), *Dal vecchio al nuovo welfare. Percorsi di una morfogenesi*, FrancoAngeli, Milano, 2012.
- De Paula Borralho J.H., *Uma Athenas equinocial. A literatura e a fundação de um Maranhão no império brasileiro*, Edfunc, São Luís, 2010.
- Fondazione Ismu, *Diciottesimo rapporto sulle migrazioni 2012*, FrancoAngeli, Milano, 2013.
- Fondazione Migrantes, *Rapporto italiani nel mondo 2012*, Edizioni Idos, Roma, 2012.
- Gregori D., Gui L. (cur.), *Povertà: politiche e azioni per l'intervento sociale*, Carocci, Roma, 2012.
- Gui L. (cur.), *Organizzazione e servizio sociale*, Carocci, Roma, 2009.
- Joas H., *Persona e diritti umani. principi, istituzioni e pratiche di vita*, Edizioni Meudon, Trieste, 2012.
- Lombardi N., Prencipe L. (cur.), *Museo nazionale delle migrazioni. L'Italia nel mondo. Il mondo in Italia*, Ministero degli affari esteri, Roma, 2008.
- Meglio L. (cur.), *I colori del futuro. Indagine sul tempo libero e la quotidianità dei giovani immigrati di seconda generazione in Italia*, FrancoAngeli, Milano, 2011.
- Nesti A., *Nel Mediterraneo largo. Diario latinoamericano*, Aracne Ed., Roma, 2012.
- Oro A.P., Steil C.A., Cipriani R., Giumbelli E. (org.), *A religião no espaço público. Atores e objetos*, Editora Terceiro Nome, São Paulo, 2012.
- Rossi M., *Napoli barrio latino. Migrazioni latinoamericane a Napoli*, Edizioni Arcoiris, Salerno, 2011.
- Schmelz B., *La fiesta en honor a la santísima cruz de Chalpón de Olmos (Perú). Origen y desarrollo histórico*, Museum für Völkerkunde, Hamburg, 2012.
- Schmelz B., *Velaciones e procesiones. La Pascua en Guatemala*, Museum für Völkerkunde, Hamburg, 2012.
- Vinci A.M. (cur.), *Carità pubblica, assistenza sociale e politiche di welfare: il caso di Trieste*, Eut, Trieste, 2012.
- Zenarolla A., *Denaro con fiducia. Ripensare agli interventi economici per il contrasto della povertà*, FrancoAngeli, Milano, 2012.



## Sintesi

### **Metamorfosi del Nuovo mondo**, di *Octavio Ianni*

Il Nuovo mondo può essere visto come un enigma che si reitera periodicamente, sfidando i suoi abitanti e indicando alcune configurazioni e movimenti della storia universale. Accanto ad altri enigmi altrettanto importanti, il Nuovo mondo solo in apparenza è situato, chiarito, definito o codificato.

Alla fine del XX secolo, quando già si annuncia il XXI, il Nuovo mondo continua a preoccupare la vita e il pensiero dei suoi abitanti, e degli uni e degli altri nel mondo intero.

#### **Parole chiave**

Colonialismo, schiavitù, nazionalismo, imperialismo, globalizzazione, Stato-Nazione.

### **Educazione rurale e culture: un dibattito sulle pedagogie alternative**, di *Alberto Merler, Erineu Foerste, Gerda Margit Schütz-Foerste*

Gli autori affrontano la questione dell'educazione rurale nelle lotte collettive per un'educazione pubblica di qualità per tutti, intesa come diritto sociale dei cittadini e dovere dello Stato. L'analisi si concentra sulla pratica educativa nelle zone rurali intesa come pedagogia alternativa che lavora con le culture dei popoli tradizionali contadini. Educazione come processo emancipatorio, come esperienza storica concreta delle persone e/o gruppi sociali nelle loro lotte e resistenze, di soggetti esclusi nelle città e nelle campagne, nella correlazione di forze di società di classe.

#### **Parole chiave**

Educazione rurale, pedagogie alternative, culture, partenariato.

### **Povertà, sociabilità e tipi di reti sociali in São Paulo e Salvador**, di *Eduardo Marques*

L'autore presenta i risultati di una sua ricerca sulle reti sociali e sulla sociabilità in situazioni di povertà urbana nelle città di São Paulo e di Salvador, dando seguito ad un'antecedente indagine condotta su 209 reti attive nella sola città di São Paulo. La comparazione tra i risultati precedenti e quelli relativi alle 153 reti presenti nella capitale baiana, contesto metropolitano, sociale ed economico molto diverso, rafforza il significato dei modelli ottenuti e specifica i diversi elementi ancora non evidenziati. Le risultanze indicano la presenza di una solida tipologia di reti e di sociabilità nella maggioranza dei casi studiati.

#### **Parole chiave**

Povertà urbana, Reti sociali, sociabilità, Brasile.



**Un'analisi sociologica del multiculturalismo cubano tra ajiaco e diversità. L'approccio storico ai problemi del riconoscimento e della razza, di *Tristano Volpato***

L'autore discute alcune dinamiche coloniali della storia di Cuba descrivendo la traiettoria socio-politica dell'Isola, il commercio di schiavi africani durante il periodo compreso tra i secoli XVI e XIX, lo sviluppo dell'economia dello zucchero, le dinamiche del riconoscimento-rifiuto della diversità culturale. Ricostruendo i motivi della discriminazione, del mestizaje e del sincretismo, offre una traiettoria teorica del tentativo di interpretare il modello cubano in termini multiculturali.

**Parole chiave**

Omogeneità, diversità, razza, identità.

**Banditismo giovanile e mercato della sicurezza in un barrio di Città del Guatemala, di *Paolo Grassi***

È opinione comune ritenere che con la firma degli accordi di pace e lo smantellamento degli apparati militari in Guatemala sia venuto meno il monopolio dello Stato nella gestione della sicurezza pubblica. Nuovi spazi economici all'interno del mercato della sicurezza si sarebbero allora aperti; spazi presto occupati anche da attori armati e illegali quali narcotrafficanti e bande giovanili. L'autore analizza a questo proposito il processo di formazione delle prime maras (gang) e la fondazione di alcune ronde notturne in uno slum di Città del Guatemala a partire dalla seconda metà degli anni Ottanta.

**Parole chiave**

Guatemala, mara, pandilla, mercato della sicurezza.

**Il Parco statale di Caracol attraverso il profilo dei suoi visitatori, di *Paula Carina Mayer da Silva, Eurico de Oliveira Santos, Silvio Luiz Gonçalves Vianna***

La presente ricerca ha come obiettivo generale la descrizione del profilo dei visitatori del Parco statale di Caracol nello Stato brasiliano di Rio Grande do Sul. Per l'indagine si è impiegato il metodo statistico descrittivo utilizzando per la raccolta dei dati un questionario contenente domande aperte e chiuse. È stato somministrato a duecento visitatori nell'aprile 2011. Il Parco statale di Caracol è stato istituito nel 1973 su una superficie di 100 ettari e sua principale attrazione è la Cascata di Caracol.

**Parole chiave**

Turismo, ambiente, conservazione dell'ambiente, unità di conservazione, Parco statale di Caracol.



## Resumen

### **Metamorfosis del Nuevo mundo**, de *Octavio Ianni*

El Nuevo mundo puede ser visto como un enigma que se repite periódicamente, desafiando a su gente y dando algunas configuraciones y movimientos de la historia universal. Junto a otros enigmas no menos importantes, el Nuevo mundo se encuentra sólo en apariencia, claro, definido y codificado. A finales del siglo XX, cuando ya promete ser el siglo XXI, el Nuevo mundo sigue preocupando la vida y el pensamiento de uno o el otro, en todo el mundo, además de sus propios habitantes.

#### **Palabras clave**

Colonialismo, esclavitud, nacionalismo, imperialismo, globalización, Estado-Nación.

### **Educación del campo y culturas: una discusión sobre pedagogías alternativas**, de *Alberto Merler, Erineu Foerste, Gerda Margit Schütz-Foerste*

El artículo aborda la problemática de la educación del campo en las luchas colectivas por educación pública de calidad para todos como derecho social de los ciudadanos y deber del Estado. Se enfocan análisis sobre práctica educativa en contextos campesinos como una pedagogía alternativa que trabaja con las culturas de los pueblos tradicionales campesinos. Educación como proceso emancipador, como experiencia histórica concreta de personas y/o grupos sociales en sus luchas y resistencias, en su condición de sujetos excluidos en las ciudades y en el campo, en la correlación de fuerzas de sociedades de clases.

#### **Palabras clave**

Educación del campo, pedagogías alternativas, culturas, asociación.

### **La pobreza, la sociabilidad y los tipos de redes sociales en São Paulo y Salvador**, de *Eduardo Marques*

El autor presenta los resultados sobre las redes sociales y la sociabilidad de individuos en situación de pobreza urbana en las ciudades de Sao Paulo y Salvador, dando continuidad a los resultados obtenidos anteriormente con 209 redes en la primera metrópolis. La comparación de los resultados encontrados antes con los de las 153 redes de la capital de Bahía, su contexto metropolitano, social y económico muy distinto, aumentan la robustez de los patrones obtenidos, así como especifican diversos elementos aun no destacados. El resultado del análisis indica la presencia de tipos consistentes de redes y de sociabilidad que abarcan la gran mayoría de los casos estudiados.



**Palabras clave**

Pobreza urbana, Redes sociales, sociabilidad, Brasil.

**Un análisis sociológico del multiculturalismo cubano entre ajiaco y diversidad. Aproximación histórica a los problemas del reconocimiento y de la raza, de *Tristano Volpato***

El autor discute algunas de las dinámicas coloniales de Cuba, describiendo la trayectoria socio-política de la Isla, la trata de esclavos africanos ubicada entre los siglos XVI-XIX, el despegue azucarero, las dinámicas de reconocimiento-olvido de la diversidad cultural local. Reconstruyendo los motivos de la discriminación, mestizaje y sincretismo, ofrece una trayectoria teórica tentativa abocada a la interpretación del modelo cubano en términos multiculturales.

**Palabras clave**

Homogeneidad, diversidad, raza, identidad.

**El bandidaje jóvenes y el mercado de la seguridad en un barrio de la Ciudad de Guatemala, de *Paolo Grassi***

Generalmente se sostiene que en Guatemala, con la firma de los acuerdos de paz y el desmantelamiento de los aparatos militares, el Estado perdió su monopolio en la gestión de la seguridad pública. Nuevos espacios económicos se abrieron en el mercado de la seguridad. Actores armados no estatales (narcotraficantes y pandillas por ejemplo) los ocuparon. El autor analiza el origen de las primeras maras y la fundación de algunas rondas nocturnas en un asentamiento de la Ciudad de Guatemala a partir de la segunda mitad de los Ochentas.

**Palabras clave**

Guatemala, mara, pandilla, mercado de la seguridad.

**El Parque estadual de Caracol a través del perfil de sus visitantes, de *Paula Carina Mayer da Silva, Eurico de Oliveira Santos, Silvio Luiz Gonçalves Vianna***

Este estudio tiene como objetivo describir el perfil general de los visitantes que han pasado una estancia en el Parque estadual do Caracol. Para el estudio se utilizó el método estadístico descriptivo, siendo utilizado para la recolección de datos, el cuestionario, de carácter cuantitativo, que contenía preguntas abiertas y cerradas. Celebrada en abril de 2011, el muestreo incluyó 200 visitantes. La creación del Parque estadual do Caracol fue en 1973, con una superficie total de 100 hectáreas, presentando como principal atracción la Cascata do Caracol.



**Palabras clave**

Turismo, medio ambiente, preservación del medio ambiente, unidades de conservación, Parque estadual de Caracol.



## Abstract

### **Metamorphosis of the New World**, by *Octavio Ianni*

The New World can be seen as an enigma that resurfaces periodically, challenging people and indicating a number of configurations and movements in world history. Along with other just as important enigmas, the New World may seem clear, defined and codified, but only in appearance. At the end of the 20th century and approaching the 21st century, the New World continued to occupy the minds and lives of everybody around the world as well as its own inhabitants.

#### **Keywords**

Colonialism, slavery, nationalism, imperialism, globalization, Nation-State.

### **Rural education and cultures: a discussion on alternative pedagogies**, by *Alberto Merler, Erineu Foerste, Gerda Margit Schütz-Foerste*

The paper addresses the issue of rural education in the context of collective struggles for quality public education for all citizens as a social right and state duty. The study focuses on educational practices in rural contexts as alternative pedagogies that work with the cultures of traditional peasant populations. Education is seen as an emancipatory process, as actual historic experiences of people/social groups in their struggles and resistance, as excluded subjects in cities and countryside, in the correlation of forces of social classes.

#### **Keywords**

Rural education, alternative pedagogies, cultures, partnership.

### **Poverty, sociability and types of social networks in São Paulo and Salvador**, by *Eduardo Marques*

The author presents the results of his research on social networks and sociability in situations of urban poverty in the cities of São Paulo and Salvador, following a previous survey of 209 networks in the city of São Paulo. The comparison between the previous results and those related to 153 networks in the Bahian capital – of quite a different metropolitan, social and economical context – reinforces the significance of the obtained models and specify the various elements to be focused on. The results indicate the presence of a solid type of networks and sociability in the majority of cases studied.

#### **Keywords**

Urban poverty, social networks, sociability, Brazil.



**Sociological analysis of Cuban multiculturalism between ajiaco and diversity. The historical approach to the problems of recognition and race, by *Tristano Volpato***

The autor discusses some colonial cuban dynamics describing the socio-political trajectory of the island, the slave trade of the 16th- to the 19th-century, the development of the sugar trade, and the dynamics of recognition-rejection of cultural diversity. By presenting the reasons behind discrimination, miscegenation and syncretism, the autor offers a tentative theoretical trajectory aimed at interpreting the Cuban model through a multicultural perspective.

**Keywords**

Homogeneity, diversity, race, identity.

**Youth banditry and the security market in a barrio in Guatemala City, by *Paolo Grassi***

It is commonly argued that in Guatemala, after the peace accords and the dismantling of the military apparatus, the state no longer has the monopoly in the management of public security. New economic opportunities within the security market opened up; opportunities that were soon grabbed by illegal armed actors such as drug dealers and juvenile gangs. The author analyzes the process that led – from the second half of the 1980s – to the birth of the first maras (juvenile gangs) and the creation of some civil night patrols in a slum of Guatemala City.

**Key words**

Guatemala, mara, pandillia, security market.

**The Caracol State Park through the profile of its visitors, by *Paula Carina Mayer da Silva, Eurico de Oliveira Santos, Silvio Luiz Gonçalves Vianna***

The present study has as its overall objective the description of the profile of visitors to the Caracol State Park. The survey employed the descriptive statistical method, using a questionnaire with open and closed questions for data collection. It was filled out by two hundred visitors in April 2011. The Caracol State Park was established in 1973 on an area of 100 hectares and its main attraction is the Caracol Waterfall.

**Keywords**

Tourism, environment, environmental preservation, conservation units, Caracol State Park.



## Hanno collaborato a questo numero

### **Roberto Colonna**

Dottore di ricerca in Culture dei paesi di lingue iberiche ed iberoamericane. Storico della filosofia presso la Facoltà di sociologia dell'Università degli studi di Napoli, Federico II, attualmente è contrattista presso il Centro di ateneo per la comunicazione e l'innovazione organizzativa (Coinor). Dirige la collana *La battaglia dei libri* e la rivista *Pagine inattuali*.

### **Eurico de Oliveira Santos**

Docente de Turismo no espaço rural da Universidade de Caxias do Sul (Ucs).

### **Erineu Foerste**

Professor associado da Universidade federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do colegiado do Programa de pós-graduação em educação. Coordenador do grupo de pesquisa Culturas, parcerias, e educação do campo.

### **Silvio Luiz Gonçalves Vianna**

Docente de Turismo, organização e gestão na Universidade de Caxias do Sul (Ucs).

### **Paolo Grassi**

Dottorando in Antropologia della Scuola di dottorato di studi umanistici dell'Università degli studi di Verona.

### **Octavio Ianni**

Professor emérito da Universidade de São Paulo (Usp) e professor da Universidade de Campinas (Unicamp) (Itu-Sp 1926 – São Paulo 2004).

### **Eduardo Marques**

Professor livre docente do Departamento de ciência política e pesquisador do Centro de estudos da metrópole. Pesquisa e ensina nas áreas de Políticas públicas e Sociologia e Políticas urbanas, Universidade de São Paulo (Usp).

### **Paula Carina Mayer da Silva**

Mestranda em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (Ucs) e bacharel em Turismo pela Ucs.

### **Alberto Merler**

Professor titular de Sociologia da Universidade de Sassari.

### **Veronica Riniolo**

Dottoranda in Sociologia e metodologia della ricerca sociale presso l'Università cattolica del sacro cuore di Milano. È stata *visiting researcher* presso la Stockholm



university in Svezia. Dal 2008 è ricercatrice presso la Fondazione Ismu dove si occupa di tematiche legate ai processi di integrazione e di inserimento sociale dei migranti, dei rom e dei sinti. Collabora alle attività dell'Osservatorio regionale per l'integrazione e la multietnicità (Orim) in qualità di assistente del coordinatore generale.

### **Gerda Margit Schütz-Foerste**

Professor associado da Universidade federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do colegiado do Programa de pós-graduação em educação. Coordenadora do grupo de pesquisa Culturas, parcerias e educação do campo.

### **Tristano Volpato**

Asistente de investigación en el Instituto de investigaciones jurídicas de la Universidad nacional autónoma de México, ha conseguido una maestría internacional en la Facultad latinoamericana de ciencias sociales de la Ciudad de México con una especialización en dinámicas sociales y problemas latinoamericanos. Actualmente forma parte del programa de doctorado en Sociología general en el Institut für Soziologie de la Albert-Ludwigs-Universität Freiburg, en Friburgo de Brisgovia, Alemania.

